

MARIA DA GLÓRIA MINGUILI

Este exemplar corresponde à redação final da Tese
defendida por Maria da Glória Minguilí e apro-
vada pela Comissão Julgadora em 12/12/84

— Campinas, 12/12/84 —

Evaldo A. Vieira

DIREÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU NO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação apresentada como exi
gência para obtenção do grau de
Mestre em Educação (Administração
e Supervisão Educacional) à Comis
são Julgadora da Faculdade de Edu-
cação da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof.
Dr. EVALDO AMARO VIEIRA.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS - 1984

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A Vicente e Marina, meus pais
e Fernando, meu irmão. Com eles
aprendi a viver a liberdade e
o amor.

À Diva, Cristiane, Valéria, A
lessandro, Luiz Carlos e Bru
no, com carinho.

AGRADECIMENTOS

A todos os que confiaram e participaram deste trabalho;

aos alunos, professores, funcionários, pais e membros da Direção da EEPSEG "ANCHIETA" de Pederneiras;

ã Profã Dirce May, Assistente de Diretor;

a Evaldo, mestre e amigo;

a DEUS, pelo dom da Vida...

COMISSÃO JULGADORA

Evaldo J. Vieira

Wtraj Tely

Ron Juber

INDICE

RESUMO	07
INTRODUÇÃO	08
1. Tema	08
2. Justificativa	08
3. Delimitação do Tema	10
4. Metodologia	12
4.1. Referencial teórico	12
4.2. Modo de tratamento do Tema	15
CAPÍTULO I: A ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU, CONFORME AS LEIS	
1. A Escola Média no Estado de São Paulo baseada na LDBEN nº 4024/61	18
1.1. Introdução	18
1.2. Organização Estadual de Ensino Secundário	24
2. A instalação do Ensino de 2º Grau nas Escolas Estaduais a partir da L.F.5692/71	31
2.1. Introdução	31
2.2. Plano Estadual de Implantação da L.F.nº5692/71	33
2.3. Redistribuição da Rede Física	37
2.4. Reorganização da Secretaria da Educação	42
2.5. Organização Curricular do Ensino de 2º Grau	44
2.6. Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e de 1º e 2º Graus	50
Conclusões	60
CAPÍTULO II: PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO	
Introdução	66
1. Burocracia	67
2. Escola como Instituição Burocrática	71
3. Planejamento escolar	74
3.1. Aspectos políticos	74

3.2. Planejamento Escolar	75
4. Participação	84
Conclusões	89
CAPÍTULO III: A REALIDADE DA ESCOLA - O CASO DE PEDERNEIRAS	
Introdução: o caminho percorrido	92
1. Da Renovação Pedagógica	93
1.1. Realidade da Escola em 1969	93
1.2. Início da Mudança	96
1.3. Fundamentação Teórica e Instrumental	100
1.4. A conquista da autonomia	103
1.4.1. A escola se organiza	103
1.4.2. As instituições criadas	112
2. Da força burocrática	119
3. Da reconstrução pedagógica	124
Conclusões	129
CAPÍTULO IV: DIREÇÃO DE ESCOLA: DILEMAS E CAMINHOS	
Introdução	133
1. Direção de Escola conforme o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e de 1º e 2º Graus	134
2. Heterogestão e Autogestão	137
3. Autonomia e Compromisso com o pedagógico	140
Conclusões	144
CONCLUSÕES FINAIS E GERAIS	148
ANEXOS	154
BIBLIOGRAFIA	172

RESUMO

Ao pretender estudar a direção de escola estadual de 2º grau no período de 1976 a 1982 - implantação da Lei Federal 5692/71, este trabalho faz um estudo crítico da administração escolar ao longo do período de 1962 a 1982 no Estado de São Paulo, uma vez que pretende buscar no contexto histórico, o pano de fundo onde se desenvolveram as chamadas "reformas" da educação paulista.

Na verdade, desvelou o autoritarismo imposto às escolas através da burocratização e a falência das mesmas, porque fugiram do seu sentido original que é o atendimento ao aluno.

A análise segue os fatos pelos níveis do legal, do ideal e do real (realização concreta) da educação.

O trabalho analítico tomará por base as determinações e as contradições existentes em cada nível estudado.

As conclusões levam a uma proposta de direção de escola estadual baseada na autonomia e no compromisso com o pedagógico. Essa proposta autogestionária é possível de ser realizada no interior das escolas estaduais a partir da relação "educador x educando".

INTRODUÇÃO

1. TEMA

Consiste em focalizar a direção de Escola Estadual de 2º Grau, no período de 1976 a 1982, baseado em estudos de documentos oficiais e nas atividades realizadas na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Anchieta", de Pederneiras, Delegacia de Ensino de Jaú, Divisão Regional de Ensino de Bauru.

2. JUSTIFICATIVA

Até o final da década de 1970, os trabalhos relativos à Administração Escolar apresentavam propostas de administração de empresas adaptadas às escolas, através da Teoria Clássica da Administração (Taylor e Fayol), Teoria das Relações Humanas, Análise Sistêmica¹. Ao serem analisadas essas diferentes formas de administrar uma organização aparecem no final, como conclusão, propostas de como deve ser a direção de escola, a relação entre o diretor e seus subordinados.

Em que pese todo o trabalho de pesquisa, tais propostas aparecem desvinculadas da realidade brasileira, nacional e regional, bem como, da própria realidade da educação. Ao se transplantarem modelos de organização fabril às escolas, fica muito clara a visão de escola enquanto "produção em série", enquanto manipulação de coisas, individual e coletivamente. Daí, o trabalho educativo ser diferente do trabalho fabril; este é fragmentado e o operário não tem visão do processo como um todo, nem intervém nele. Por outro lado, o trabalho educativo envolve o ser humano em suas relações consigo mesmo, com o mundo e sua intervenção nesse mundo.

1. Lourenço Filho, Querino Ribeiro, Myrtes Alonso, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas-CENP; Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação-DRHU.

Recentemente (anos 80), estão se desenvolvendo trabalhos de pesquisa em torno de educação popular, própria do povo brasileiro, cuja temática principal é "saber, para intervir na realidade". Babette Harper e outros, no livro "Cuidado, Escola", consideram não haver possibilidade de desenvolver um trabalho crítico, criativo e transformador em escolas mantidas pelo Governo, uma vez que as mesmas reproduzem o modo de organização social dominante: ... "por sua própria radicalidade, esta pedagogia (institucional) é praticamente impossível de ser praticada no interior do sistema oficial de ensino"². Contudo, alguns relatos de experiências em revistas especializadas, em Forum de Debates e a nossa própria experiência profissional mostram que é possível transformar a escola oficial, do Estado, em escola pública, isto é, do povo que a frequenta. Em que condições, porém, isso pode acontecer?

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo fez publicar um regimento único, comum a todas as escolas estaduais agrupadas em escolas de 1º grau, escolas de 2º grau, escolas de 1º e 2º graus: regimento comum de escolas estaduais de 1º grau; regimento comum de escolas estaduais de 2º grau; regimento comum de escolas estaduais de 1º e 2º graus. Em todos os regimentos, a Direção da escola aparece como sendo um núcleo executivo, composto pelo diretor de escola, assistente de diretor e um órgão consultivo, o Conselho de Escola. Este Conselho é formado pelos representantes dos diferentes grupos que atuam na escola, inclusive os pais. Somente os alunos de 2º grau têm direito expresso de participarem do Conselho de Escola através de dois representantes.

Na organização de cursos a serem ministrados no 2º grau deve-se levar em conta as opções e interesses dos alunos, bem como as possibilidades da escola, em termos de recursos físicos e de pessoal.

2. Babette HARPER e outros. Cuidado, Escola, p.114.

A determinação legal de os alunos de 2º grau participarem do Conselho de Escola, bem como de optarem por cursos a serem ministrados, estaria indicando uma escola aberta ao diálogo, numa tentativa de participação dos alunos no processo decisório da Escola? Ao mesmo tempo, a definição de "direção de escola" como "núcleo executivo" não estaria reforçando a divisão de trabalho burocrático e autoritário do sistema educacional? Esses problemas envolvem um estudo da estrutura e funcionamento escolar; estudo da função da direção, enquanto órgão de decisão, a fim de desvelar a figura do diretor como membro da organização burocrática e, ao mesmo tempo, como educador, ao lado dos demais educadores envolvidos no processo ensino x aprendizagem. Envolve, ainda, a possibilidade de desenvolver uma educação participativa dentro dos muros da Escola Oficial, não porém por força de sua estrutura, mas por força de seu dinamismo interno, de suas contradições: da luta entre o "querer" dos usuários da escola e as determinações dos órgãos centrais do Sistema Educacional.

Enfim, esta pesquisa visa a analisar a função da Direção de Escola Estadual de 2º Grau, enquanto realização concreta para:

- a) explicitar o autoritarismo da legislação e da prática administrativa sobre as escolas e dentro delas;
- b) propor um trabalho de direção de escola que permita às pessoas envolvidas no "processo ensino x aprendizagem" participarem da decisão e execução desse mesmo processo.

3. DELIMITAÇÃO DO TEMA

A pesquisa tomará por base o período de 1976 a 1982, uma vez que:

- a. em 1976, com a Redistribuição da Rede Física, teve início a implantação da reforma preconizada pela Lei Federal 5692/71;

- a.1. estabeleceu-se a escola única de 8 (oito) anos pa

ra o 1º grau, acoplando o antigo ensino ginásial ao antigo ensino primário;

a.2. o antigo ensino médio foi reestruturado em ensino de 2º grau;

a.3. houve remanejamento de pessoal (alunos, professores e funcionários) para atender a essa nova estrutura de escola;

b. em 1977 teve início a instalação da 2ª série, do 2º grau profissionalizante, de acordo com os pareceres CFE nº 45/72 e 76/75;

c. em 1978 a Secretaria da Educação constatou a falta de recursos materiais e de pessoal especializado para o 2º grau, e reformulou esse ensino, estabelecendo cursos de Formação Profissionalizante Básica (FPB), conforme indicação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 5/77;

d. em 1977 e 1978 foram instituídos os regimentos comuns das escolas de 1º grau, de 2º grau e de 1º e 2º graus;

e. foram instituídos treinamentos de pessoal para atender à nova legislação de ensino;

f. os concursos públicos para magistério foram ativados e realizados até duas vezes por ano, com ingresso e remoção de pessoal durante o período letivo. A partir de 1980 essa situação se normalizou, ocorrendo o evento uma vez por ano, pelo menos;

g. o Governo Federal estabeleceu em 1982 nova lei para o ensino de 2º grau (L.F. 7.044/82), retirando a obrigatoriedade da profissionalização nas escolas de 2º grau, refazendo a Lei Federal nº 5692/71.

h. a Escola Estadual de 1º e 2º Graus "Anchieta" de Pederneras, Delegacia de Ensino de Jaú, Divisão Regional de Ensino de Bauru, realizou desde 1969 um trabalho de educação participativa. A implantação da reforma de 1976 trouxe consequências e mudanças

estruturais; a escola antiga desestruturou-se por força da burocracia implantada; a partir de 1981 essa mesma escola procurou retomar o seu compromisso com o pedagógico. Até 1975, era uma escola de ensino médio; a partir de 1976 passou a ter ensino de 1º grau, de 2º grau e, recentemente, classes de pré-escola. A análise da experiência pedagógica-administrativa ali executada irá mostrar o caminho percorrido em busca da autonomia e vivência da liberdade.

4. METODOLOGIA

4.1. Referencial teórico

Entendendo "método" como a trajetória teórica para explicação de um fenômeno, partiremos do estudo de "Política Social", passando pelo estudo de "Política Educacional", até chegar na "Teoria de Administração", a fim de entender a proposta de educação para as escolas oficiais e a reação dos usuários da escola: alunos, professores, funcionários, pais.

Política Social é um conjunto de diretrizes destinadas a realizarem as necessidades básicas da sociedade civil³, determinadas pelo Poder Público e atingem setores referentes à Habitação, Saúde, Previdência Social, Educação, Lazer e Assistência Social⁴. Portanto, a Política Educacional é fruto da Política Social e como tal, é marcada pela ideologia da classe dirigente. No entanto,

3. Sociedade civil é a sociedade de classes e nela acontecem os antagonistas e os conflitos. É na sociedade civil que aparecem os diferentes modos de pensar e agir. A sociedade política é constituída pelo Estado e organizações que sustentam a visão de mundo própria do Estado; a sociedade política existe sobre e na sociedade de civil, concretizando a direção e a dominação na sociedade civil.

4... "especialmente a partir de 1930, o governo brasileiro exerceu seu forte domínio no âmbito da política econômica, como também, no campo da política social, alargando cada vez mais seus recursos para operar nestas áreas". Evaldo VIEIRA, Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel, p.12.

se vincula à escola; esta, por sua vez, está vinculada à sociedade civil, logo, contém em si, os conflitos e antagonismos da sociedade civil. A escola é depositária da ideologia da classe dirigente, através da Política Educacional, mas contém em si a contra-ideologia existente na sociedade civil.

A Política Educacional é passada à Escola, através da Administração Escolar, que, a propósito, integra nela seus interesses.

Para Maurício Tragtenberg⁵, Teoria de Administração é análise da legitimação do Poder. Como tal, é repressiva, necessita adaptar e controlar o homem, disciplinar as pessoas e para isso, cria a organização. A Teoria da Organização se volta contra o sujeito; tende a transformá-lo em objeto; a sua vontade depende da vontade da Organização. Esta, precisa de um "corpo" para poder disciplinar o grupo - é a Burocracia. Ela emerge como "mediadora entre os interesses particulares e os gerais"⁶. A burocracia está profundamente ligada à idéia que separa o trabalho intelectual (dos que pensam) do trabalho manual (dos que executam). Em função dessa divisão e a pretexto de servir a sociedade, a burocracia coloca-se acima dela (dominação). Em consequência, o que era meio passa a ser fim. Na escola, por exemplo, o aspecto burocrático passa a predominar sobre o pedagógico.

Teoria de Administração é Poder e o exercício de um certo Saber; é legitimada pela burocracia e pela ideologia (maneira de explicar e justificar o real) que ajuda a sustentar essa burocracia.

Maurício Tragtenberg, analisa três tipos de administração, considerados como "harmonias administrativas"⁷: Teoria Científica

5. Maurício TRAGTENBERG, Burocracia e Ideologia, p.15.

6. Ibidem, p.187

7. Ibidem, capítulo II.

da Administração (Taylor e Fayol); Teoria das Relações Humanas e Teoria Sistêmica. Para o autor, todas elas são práticas patronais para "domesticarem" operários e subordinados; evitarem os conflitos na empresa e maximizarem o lucro.

Ao analisar a estrutura e funcionamento da escola estadual paulista, encontram-se essas diferentes maneiras de administrar: a escola é burocratizada na medida em que valoriza a hierarquia, os títulos, os cargos e papéis, os concursos para ocupação de cargos, separação de meios de decisão dos meios de execução do trabalho escolar; as orientações e determinações emanam dos órgãos centrais. O modelo taylorista de administrar foi empregado durante muito tempo. Recentemente, estudos da Secretaria da Educação estão apresentando o diretor da escola como líder e o ato de administrar como sendo um ato de liderança pessoal, para promover as relações humanas de cooperação e solução de conflitos. No fim dos anos 70 tentou-se instalar nas escolas o planejamento sistêmico. Portanto, considerando que essas teorias administrativas são "patronais" e estão a serviço da classe dirigente, as escolas estaduais paulistas sempre estiveram sob a administração da classe dirigente e sempre permitiram em seu interior o exercício da prática administrativa autoritária, tendendo a supervalorizar a hierarquia e "coisificar" os usuários dessas escolas.

Para Maurício Tragtenberg, somente a autogestão pode ser resposta ao autoritarismo⁸. Autogestão social significa a sociedade assumindo o seu destino, autogovernando-se. A proposta de autogestão é ligada a todo um projeto político-social, acontecendo não

8... "Ante uma civilização burocrático-autoritária, há o caminho progressivo que consiste em assumir as lutas políticas de seu tempo". Maurício TRAGTENBERG, Administração, Poder e Ideologia, p.33.

são a nível da sociedade, mas também, da organização⁹. Na escola, por exemplo, os alunos devem participar das decisões do trabalho escolar.

4.2. Modo de tratamento do Tema

A Direção de Escola Estadual de 2º Grau será estudada a partir da proposta de educação a nível do legal (legislação); do ideal (planejamento) e da realização concreta (nas escolas). O trabalho analítico tomará por base os condicionamentos e as contradições existentes em cada nível estudado.

No primeiro capítulo, estudaremos a escola estadual de 2º grau conforme as Leis, com o objetivo de indicar a imposição de uma legislação que retirou das escolas o seu poder de decisão e de autonomia, descaracterizando-as.

Para tanto, a análise terá início a partir de 1962, quando da implantação da Lei Federal 4024/61, uma vez que esta lei termina as finalidades da educação brasileira e está em vigor até hoje. Contudo, sofreu modificações no que diz respeito ao ensino de 1º e 2º graus, através da Lei Federal 5692/71.

Em 1968, com a Lei Estadual 10.025/68, a educação paulista foi atrelada ao que se chamou de desenvolvimento econômico; começou a ser retirado das escolas o seu poder de decisão e criação. Com a implantação da Lei Federal 5692/71, em 1976, instalou-se explicitamente a tecnocracia nas escolas, comprometendo a ação do diretor e demais elementos a esse condicionamento legal.

No segundo capítulo, analisaremos o ideal proposto através da burocracia escolar e o seu instrumento de manutenção da ordem - o planejamento; meios de inculcação de planejamento - os trei

9..."O indivíduo só pode recuperar seu poder social, apreender a dimensão do político e influenciar a sociedade no interior de sua classe social". Maurício TRAGTENBERG, Administração, Poder e Ideologia, p.30.

namentos de pessoal; a reação dos educadores e, ao final, analisaremos uma proposta de participação que permita às pessoas envolvidas serem autoras do processo educativo.

O terceiro capítulo apresentará o relato de uma experiência que vem sendo realizada desde 1969 na EEPSP "Anchieta" de Pederneiras. Pode parecer estranho apresentar um caso particular para se analisar a realização concreta da proposta educacional nas escolas; contudo, a administração das escolas estaduais é centralizada nos órgãos de cúpula da Secretaria da Educação, cuja administração se manifesta pelo Regimento Comum. Por isso, a análise do caso particular da escola de Pederneiras, poderá indicar os condicionamentos e contradições de uma escola estadual ao procurar o seu caminho de autonomia; indicará, ainda, o autoritarismo existente sobre as escolas (legislação e planejamento impostos) e nas escolas (autoritarismo arraigado em cada pessoa); mas indicará principalmente, a luta pela realização da educação crítica e criativa.

O quarto capítulo abordará a posição do diretor, como elemento da organização escolar e como educador. De um lado, é o cumpridor de ordens, o executivo; do outro, assume com todos os elementos da escola, o processo educativo. De um lado, a Organização é estruturada e deve ser realizada; de outro lado, a sociedade é dinâmica e contraditória pela própria vida dos grupos sociais que a compõem. Dessa maneira, as forças populares que frequentam a Escola (alunos, professores, funcionários, pais) se confrontam com as ordens, programas, conteúdos, orientações emanados da hierarquia, assegurados pela burocracia.

Que fazer? Quais os caminhos que a Direção de Escola poderá seguir, ou terá que descobrir, a fim de tentar uma ação conjunta capaz de realizar a educação que atenda às expectativas e necessidades dos educandos; a transmissão da bagagem cultural; a intervenção na realidade, criando e recriando a cultura? Se escolher o

caminho da hierarquia, fatalmente cairá no imobilismo da rotina administrativa; caso contrário, assumirá com o povo, o seu projeto de educação.

Por último, as conclusões gerais e finais indicarão os pontos principais propostos no início da pesquisa: o autoritarismo existente sobre e nas escolas e a função da direção de escola, como um dos elementos para ação pedagógica.

Foram pesquisados documentos e publicações oficiais, legislação pertinente, artigos de revista, jornal, atas de resultados finais de alunos, atas de reuniões de escola, relatórios de atividades. Foram ouvidos, também, depoimentos de alunos e professores.

CAPÍTULO I - A ESCOLA ESTADUAL DE 2º GRAU, CONFORME AS LEIS

1. A ESCOLA MÉDIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, BASEADA NA LDBEN Nº 4024/61

1.1. Introdução

A partir de 1962, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 4024/61 e até a implantação da Lei Federal 5692/71 no ano de 1976, vigoraram no Estado de São Paulo dois ramos de ensino médio: de um lado, o ensino secundário e normal, e de outro lado, o ensino técnico, ambos subdivididos em dois ciclos de estudos: ginásial e colegial.

Cada ramo de ensino tinha, por lei, seu objetivo próprio. O primeiro cuidava da formação integral do educando, preparando-o para estudos futuros e, ainda, quando fosse o caso, para o exercício do magistério primário, pré-primário, ensino de excepcionais, orientadores e administradores de grupo escolar. O ensino técnico era responsável pela formação da "mão-de-obra", quer a destinada ao setor primário de produção, através das Escolas Agrícolas; quer a formação destinada ao setor secundário de produção, através das Escolas Industriais. Para o setor terciário, área de serviços, a maioria das escolas pertencia à rede particular que preparava auxiliares de escritórios e técnicos em contabilidade; a rede particular mantinha o monopólio das escolas denominadas comerciais. Somente na segunda metade da década de 1970 o Estado de São Paulo passou a permitir a instalação de cursos desse setor, em escolas estaduais de 2º grau. O curso de Economia Doméstica e Artes Aplicadas¹ fazia parte do Ensino Técnico, mais especificamente do Ensino Industrial. O objetivo do curso era a preparação para as tare-

1. LEI Estadual nº 6052/61. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.1, p.227.

fas e responsabilidades do lar, bem como para desenvolvimento de habilidades técnicas e artísticas aplicáveis ao artesanato.

A LDBEN nº 4024/61 em seu texto legal, permitia a realização de ensino experimental com currículos, métodos e períodos escolares próprios, dependendo de autorização do Conselho Estadual de Educação (art.104). Assim sendo, no Estado de São Paulo foram realizadas experiências pedagógicas tais como: ginásio vocacional, ginásio pluricurricular, Grupo Escolar-Ginásio (GEG). Outras experiências aconteceram, mas destacamos estas três pela influência que exerceriam, mais tarde, nas escolas estaduais. O trabalho educativo nas escolas experimentais tentou conciliar a posição teórica e prática através de uma proposta baseada na vivência do educando, cuja teoria fosse sustentada pela prática oriunda da vida.

O ingresso na Escola Média era feito mediante exame de admissão ao ginásio, 1º ciclo do curso médio. Para matrícula no 2º ciclo, curso colegial, bastava o comprovante de conclusão do curso ginásial ou equivalente (art. 36 e 37).

Uma vez dentro da Escola Média, os alunos eram submetidos a avaliação mensal e a exames parciais (em junho) e finais (em dezembro) para conseguirem aprovação às séries subsequentes. Se o aluno fosse reprovado mais de uma vez na mesma série, teria sua matrícula cancelada (art.18). Aos professores eram asseguradas a liberdade de formulação de questões e a autoridade de julgamento dos exames e provas²; os exames, no entanto, eram realizados perante comissão examinadora formada por professores do próprio estabelecimento (art.39); os alunos não tinham direito de discutirem a avaliação, a não ser quando provassem ter motivos e, neste caso,

2. Situação diversa do que acontecia no antigo ensino primário mantido pelo Estado de São Paulo, onde as provas eram organizadas e aplicadas pelo Diretor da Escola. Na zona rural, além do Inspetor Escolar, eram os professores das Escolas da cidade que aplicavam as provas; o professor da classe não tinha autoridade nenhuma sobre a prova final dos alunos.

poderiam requerer "revisão de prova"³. Este tipo de avaliação por meio de provas era considerado verdadeira "barreira" para os "me nos capazes". Embora o texto legal da LDBEN nº 4024/61 falasse em Escola Democrática, a Escola Média em seu interior era seletiva⁴ não sō pelos exames, mas sobretudo, pela prática educativa: o cur rículo era percebido como um rol de disciplinas (matērias) a ser ensinado aos alunos; cada professor procurava dar ā disciplina le cionada um fim em si mesma; os conteūdos não atendiam ās necessi dades individuais e sociais dos alunos; o mētodo de aprendizagem era passivo, pois alunos ouviam e anotavam o que o professor ex plicava e procuravam devolver esses conhecimentos durante as pro vas. Os que não conseguiam acompanhar esse tipo de ensino, eram re provados ou abandonavam a Escola. Na verdade, os "mais capazes" eram os que possuīam um capital cultural que favorecia sua promo ção nesse tipo de Escola que se caracterizava, ainda, por ser eli tista⁵.

A situação era diversa nas Escolas Experimentais. Alē m de contarem com recursos materiais, possuīam pessoal devidamente pre parado para um ensino crītico e criativo, voltado para a comunida de.

Durante o Encontro de Diretores de Estabelecimentos de En sino Secundārio e Normal, promovido pelo Setor de Assistēncia Pe dagōgica da Chefia do Ensino Secundārio e Normal da Secretaria da Educaçāo, realizado em setembro de 1967 na cidade de Santos, um gru po de educadores que trabalhava no Gināsio Vocacional apresentou

3. art.88 das Normas Regimentais. In: Legislaçāo de Ensino de 1º e 2º Graus - Ementārio. Vol.3, p.1151

4. Luiz Antonio CUNHA. Educaçāo e Desenvolvimento Social no Bra sil, p.158 e segs.

5. A literatura atual de Educaçāo Brasileira ē farta na anālise do carāter de "cultura de classe dominante" existente nas escolas oficiais.

sua experiência pedagógica. Houve uma grande polêmica, porque os diretores das escolas comuns da rede estadual não contavam com os recursos existentes nas escolas experimentais. Mas o anúncio da renovação estava lançado. Desse encontro saíram reivindicações à Secretaria da Educação, tais como: hora-atividade remunerada para o professor; assistência pedagógica junto às Delegacias de Ensino, planejamento escolar visando buscar uma unidade de ação pedagógica. Os diretores reivindicaram uma postura mais pedagógica para as escolas estaduais de São Paulo.

Em dezembro de 1967 a Secretaria da Educação traçou algumas normas para "democratizar" o ensino médio. Determinou o Exame Unificado de Admissão, cujas provas seriam elaboradas na própria Secretaria da Educação e teriam um índice esperado de 80% de promoção. Essa medida procurou combater a grande seletividade do antigo exame de admissão organizado em cada Escola. O objetivo do Exame Unificado de Admissão era testar o grau de escolaridade primário dos candidatos ao ginásio. Para tanto, não precisavam estar de posse do diploma de grupo escolar; bastava um atestado de escolaridade expedido por educador idôneo e a aprovação no exame de admissão. Tal medida garantiu o ingresso ao ginásio de todos os alunos oriundos do curso primário, mesmo dos que haviam abandonado a escola sem concluí-la. Isso causou reação dos professores e da comunidade, pois temiam que o povo na Escola Secundária rebaixasse o "nível" cultural da mesma. Uma das medidas do Governo, para garantir a "democratização" do ensino foi atribuir pontos ao professor que aprovasse mais alunos no final do ano letivo⁶.

6. Pela Portaria nº 20 de 23/02/68, publicada no Diário Oficial de 24/02/68, o professor deveria receber nota de merecimento atribuída pelo Diretor da Escola, levando-se em conta sua colaboração, eficiência e assiduidade. Essa nota de merecimento valia pontos na classificação para atribuição de aulas no início do ano letivo.

O novo enfoque para o ingresso ao curso ginasial estadual foi seguido de uma proposta pedagógica que a Secretaria da Educação apresentou às Escolas, em caráter experimental e optativo. O novo esquema de currículo visava o desenvolvimento integral do educando, sua integração à comunidade, sua auto-realização. Todas as ações educativas das diferentes disciplinas deveriam ser voltadas para os objetivos - Plano Integrado de Disciplinas - incentivou-se o uso da técnica de estudo em grupo; a avaliação passou a ter sentido de diagnóstico do processo educativo dando orientação para o trabalho posterior do professor. Este não deveria ser mais o "dono" exclusivo da avaliação. A avaliação não consistiria apenas em "provas", mas deveria ser feita também, por meio de fichas de avaliação do trabalho realizado por aluno em classe, individualmente e em grupo de estudos. Quanto ao regime disciplinar, tratou-se de não mais impor regras e normas de conduta, mas de estimular a auto-disciplina, através de orientação do professor, organização dos alunos em grupos de trabalho e de "Conselho Estudantil".

Em virtude do Exame Unificado de Admissão, cuja taxa esperada de promoção era de 80% dos alunos oriundos do curso primário, aumentou o número de alunos nas escolas ginasiais. Em fins de 1968 foi autorizado aos diretores dessas escolas que aproveitassem ao máximo a capacidade física dos prédios escolares e se eles não fossem suficientes, os diretores poderiam providenciar junto à comunidade, prédios para serem alugados pelo Estado até que o mesmo construísse todas as salas de aulas necessárias. Mas o Estado não possuía pessoal administrativo suficiente para suprir as necessidades das escolas; tampouco possuía acomodações físicas para todos os alunos. As escolas funcionavam em períodos reduzidos de trabalho e em muitas delas, a limpeza do prédio era feita apenas uma vez por semana.

O Plano Integrado de Disciplina não foi instituído obriga

toriamente em todos os ginásios da rede estadual. Funcionou como proposta experimental, mas teve curta duração, porque em 1969, com as mudanças havidas na Secretaria da Educação, esse trabalho foi desativado e, com ele, toda uma proposta de mudança.

Tem início um período de recrudescimento na organização escolar. Os ginásios vocacionais foram extintos, após ruidoso processo administrativo e judicial; os ginásios estaduais comuns foram transformados, por lei, em ginásios pluricurriculares. No entanto, a falta de verba e de pessoal especializado impediram a sua implantação de fato. O curso colegial sofreu transformação a partir de 1969: foram instituídos os dois primeiros anos básicos; o terceiro era direcionado para áreas diferentes de estudo. O curso de formação de professores primários passou a ter 4 anos de duração. Ainda em 1969, foram criadas e instaladas as Divisões Regionais de Educação, atualmente, de Ensino, uma em cada região administrativa do Estado, para "descentralizar" a Secretaria da Educação. Analisando à luz da legislação e da prática administrativa, na verdade, descentralizou-se apenas o "controle" sobre as escolas, e não o poder de decisão.

Em 1970 foi criado o Grupo Escolar-Ginásio (GEG), primeira experiência de ensino básico de 8 anos. A direção dessa escola era exercida pelo diretor do antigo primário (grupo escolar). Em 1975 essa escola foi denominada Escola de 1º grau e foi a precursora da Escola Única de 8 anos, implantada no Estado, a partir de 1976. E, para gerenciar o projeto de implantação, foi designado um diretor do antigo GEG.

A análise da legislação estadual no período de 1962 a 1975 e começo de 1976, indicará um recrudescimento na liberdade de propostas educacionais, e também a implantação paulatina de uma estrutura burocrática absorvendo a criatividade das escolas. E mais que isso, as modificações na legislação estadual, a partir de 1968,

podem ser consideradas anunciadoras da Lei maior que seria outorgada em 1971: L.F. 5692.

1.2. Organização Estadual do Ensino Secundário

O Conselho Estadual de Educação-CEE foi criado pelo Governo do Estado, através da Lei 7.940/63⁷. Sua função era traçar normas para organização e funcionamento das escolas de ensino primário e médio, bem como a autorização e fiscalização de estabelecimentos estaduais de ensino superior, de estabelecimentos mantidos por Fundação e autorização de funcionamento de cursos e escolas experimentais de ensino primário e médio. O CEE deveria, ainda, promover estudos e congressos de educadores visando à melhoria de ensino e também, manter intercâmbio com o Conselho Federal de Educação-CFE e com o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo⁸. No mesmo ano de sua criação, o CEE estabeleceu normas para a organização de currículos de cursos de grau médio⁹.

A Secretaria da Educação fez publicar um regimento único para as escolas secundárias. O C.E.E. fez ver à Secretaria da Educação que tal atitude feria o princípio da LDBEN nº 4024/61, no seu artigo 43 e que o Estado poderia, quando muito, baixar normas regimentais¹⁰. Por conta disso, o regimento único foi revogado em 1966 e nesse ano foram aprovadas Normas Regimentais do Ensino Secundário e Normal-NNRR¹¹. O Ensino Técnico tinha sua legislação específica e era ligado aos órgãos próprios do ensino profissional. Continuava mantida a dualidade do ensino médio, após o ensi-

7. LEI Estadual nº 7.940 de 7/6/63. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.1, p.282.

8. Única Universidade pública existente na época

9. RES. CEE 7/63 homologada por Ato da Secretaria da Educação em 24/01/64. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.1, p.221

10. Depoimento de José Augusto Dias, In: "Apostila Magistério Secundário e a função do Diretor". p.18 e 19.

11. DECRETO nº 47.404/66 de 19/12/66. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.3, p.1151.

no primário.

Pretensamente estruturada a unidade escolar pelas Normas Regimentais, o Governo partiu para o Sistema¹² Estadual de Ensino. A Lei Estadual nº 10.038/68¹³ cuidou da Organização do Sistema Estadual de Ensino no Estado de São Paulo. Ela definiu fins e direitos de Educação; organização e estrutura legal das escolas; determinou que o regimento interno do ensino primário fosse feito pela Secretaria da Educação, porém, os estabelecimentos de ensino médio e superior fariam o seu próprio regimento. Este não saiu e as escolas secundárias continuaram regidas pelas Normas Regimentais até 1977, quando então, a nova legislação permitiu que fosse "outorgado" um regimento único para as escolas estaduais.

Com relação ao ensino médio, a Lei Estadual 10.038/68 manteve o objetivo de ser prosseguimento do ensino primário, contribuir para a formação integral do adolescente e dar iniciação técnica e profissional de 2º ciclo e pré-profissionalizante de 1º ciclo (art. 29). O ensino médio abrangia o 1º e 2º ciclos, respectivamente curso ginásial e colegial. Todo curso ginásial, com duração de 4 anos, passou a denominar-se ginásio pluricurricular (art. 36). O curso colegial ficou dividido em colégio secundário, colégio técnico (industrial, agrícola e comercial) e colégio normal. O objetivo do colégio secundário era preparar para cursos superiores; o colégio técnico deveria preparar o jovem para o exercício de atividades especializadas, com ênfase na formação geral dos educandos; o colégio normal tinha a finalidade de formação de professores, orientadores, supervisores, administradores de ensino pri-

12. A Definição de "sistema" para a Secretaria da Educação, foi explicitada no Código Estadual de Educação, cuja citação segue a diante.

13. LEI 10.038/68 de 5/2/68. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.1, p.332.

mário, aperfeiçoamento e especialização de professores para o ensino pré-primário e de excepcionais (art.38 a 45).

A análise da Lei 10.038/68 deixa explícito o domínio da estrutura administrativa sobre o ensino primário, "domesticando-o", pois as escolas desse ciclo de estudos não podiam fazer o seu próprio regimento; deveriam obedecer ao regimento único determinado pela Secretaria da Educação. Na organização interna das escolas havia grandes diferenças: as escolas de ensino primário não tinham secretaria para cuidar da vida funcional dos professores e funcionários; tudo era feito na Delegacia de Ensino Básico, mediante informações mandadas pelas escolas; os registros sobre aproveitamento e frequência de alunos eram feitos pelos professores em livros próprios e assinados pelos diretores; estes é que elaboravam e aplicavam as provas de exame (vide nota nº 2 deste capítulo). Enquanto isso, as escolas secundárias tinham um grau de liberdade um pouco maior, pois além de seguirem as Normas Regimentais, essas escolas eram consideradas "órgãos diretivos": tinham competência para cuidarem da vida funcional de professores e funcionários, expedirem certidão de licença-prêmio, concederem adicional e expedirem certidão de tempo de serviço. Os professores tinham autonomia de execução do planejamento. Essas escolas eram menos dependentes das Delegacias de Ensino Secundário e Normal do que as escolas primárias em relação às Delegacias de Ensino Básico. Porém, o maior grau de liberdade (sem falar dos extintos ginásios vocacionais) estava junto das escolas técnicas industriais e agrícolas, pois estas, além de serem "órgãos diretivos", tinham em sua organização um Conselho Deliberativo junto à Direção da Escola, bem como autonomia de decisão quanto ao emprego de verbas que lhes eram próprias.

O Código Estadual de Educação foi estabelecido pela Lei Es

tadual nº 10.125/68¹⁴. Esta Lei determinou a Política Educacional do Estado de São Paulo (art. 1º e 2º). A educação passou a ter função eminentemente social e mesmo as entidades privadas, ao manterem estabelecimentos de ensino, estariam exercendo uma função de caráter público (art.3º). Foi dada prioridade para programas que se referissem ao desenvolvimento sócio-econômico (art.4º). Sistema Estadual de Educação foi definido como "conjunto de normas que disciplinam em seus vários aspectos, o processo educativo desenvolvido em São Paulo" (art.9º). O planejamento da educação ficou vinculado ao desenvolvimento econômico e social (art.15 e 16). Garantiu para o ensino médio os mesmos objetivos determinados pela Lei 10.038/68 (art.36 e 37) e, tendo em vista a necessidade de mão-de-obra, seria desenvolvida prioritariamente a rede de colégios técnicos no território do Estado (art.38).

O ensino secundário e normal, responsável pela "elite pensante", foi regulamentado à parte, através do Decreto nº 50.133/68¹⁵. Tal decreto estabeleceu a diversificação de estudos para esse ramo de ensino e determinou que o curso normal tivesse 4 anos de duração. Esta novidade e mais o desenvolvimento prioritário do curso técnico deixa transparecer a pretensão, já em 1968, de reter o aluno na escola média, longe das universidades. Deixa transparecer, também, o slogan "educação para o desenvolvimento", a fim de apresentar uma escola redentora, uma "escola que salva" o desenvolvimento nacional. Tudo isso pode ser explicado pela situação do país durante o período de 1964 a 1967 que viveu dentro da chamada "recessão econômica" e que, a partir de 1968, passou a adotar incentivos à produção de bens industriais e de consumo, mudando a

14. LEI Estadual nº 10.125/68, de 04/06/68. Ibidem, p.348

15. DECRETO nº 50.133/68, de 02/06/68. Ibidem, Vol.3, p.1251.

política econômica: era o ano do "boom" industrial¹⁶. Era necessário conter o número de alunos que pretendiam a universidade e, ao mesmo tempo, era necessário estimular a mão-de-obra. A política educacional do Estado de São Paulo veio atender a esses interesses e foi, por assim dizer, a precursora da Lei Federal nº 5692/71. Quando esta foi promulgada, poucas novidades trouxe à estrutura escolar uma vez que a ideologia da profissionalização já estava contida na legislação estadual de 1968.

Em 1969 o Governo Estadual promulgou o decreto nº 51.319/69¹⁷, onde fixou a estrutura da Secretaria da Educação, estabelecendo 5 (cinco) órgãos básicos:

- Gabinete do Secretário
- Grupo de Planejamento Setorial
- Coordenadoria de Ensino Básico e Normal (CEBN)
- Coordenadora de Ensino Técnico (CET)
- Coordenadoria de Ensino Superior (CES)

A novidade desse decreto foi a criação (art.12) das Divisões Regionais de Educação-DRE como proposta de descentralização e, portanto, de "democratização" de ensino. As DREs foram instaladas uma em cada região administrativa do Estado e eram diretamente subordinadas à Coordenadoria de Ensino Básico e Normal. Cada DRE era responsável pelo ensino básico e normal, bem como pelo ensino secundário da região, onde estava instalada. O ensino profissional mantinha sua posição de independência, pois era subordinado à Inspeção Regional do Ensino Profissional-IREP, e esta era diretamente subordinada à Coordenadoria do Ensino Técnico-CET.

Ficou mantida a dualidade de ensino e a relação hierárquica se manteve subdividida em dois ramos:

16. Paul SINGER, A crise do "Milagre", pp.112-119.

17. DECRETO nº 51.319/69 de 27/01/69. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.4, p.1297.

- a. Secretaria da Educação - Coordenadoria de Ensino Básico e Normal (CEBN) - Divisão Regional de Educação (DRE) - Delegacias de Ensino (secundário e normal-DESN; ensino básico-DEB) - Escolas (ginásios e colégios; grupos escolares).
- b. Secretaria da Educação - Coordenadoria de Ensino Técnico (CET) - Inspetoria Regional de Ensino Profissional (IREP) - Escolas Técnicas.

A descentralização que instituiu o órgão intermediário - Divisão Regional de Educação, desenvolveu cada vez mais o controle sobre as escolas de ensino primário, secundário e normal. E, mais que isso, o controle que antes era forte sobre o ensino primário, começou a estender seus tentáculos sobre o ensino secundário e normal, acentuando-se a partir de 1972 com os preparativos da implantação da L.F. 5692/71. A Secretaria da Educação começou a assumir decisões que, por competência legal, pertenciam às Escolas. Exemplo foi a Resolução SE nº 29/72 proibindo a matrícula, no 2º grau, de aluno que completasse 20 anos de idade após 15/02/73¹⁸. Segundo as Normas Regimentais-NNRR, que eram suporte legal das escolas secundárias, a competência de aceitar ou não matrículas de alunos pertencia ao diretor da escola dentro dos casos previstos, e nenhum era por limite de idade. No entanto, a Res. SE 29/72 cerceou o ingresso de alunos à 1ª série do 2º grau, tomando por base o limite de idade. Os alunos recorreram à Justiça através de mandados de segurança¹⁹, tiveram seus direitos resguardados e vagas garantidas. Além de cercear o direito à matrícula, bloquear a decisão do diretor de escola, essa Res. SE 29/72 teve como consequência o incentivo aos cursos supletivos e, por isto mesmo, ao ensino par-

18. RES. SE. nº 29/72, de 22/12/72. Ibidem, Vol. 5, p. 1895.

19. "Alunos ganham mandado de segurança". O Avaré, 7/3/73, p. 3. "Juiz concede novo mandado de segurança contra a SE". Folha de São Paulo, 23/3/73, p. 12. "Vitória de alunos é confirmada". O Estado de São Paulo, 10/11/73, p. 20.

ricular, responsável por esse tipo de ensino²⁰.

A partir de 1969, foram instituídas as "horas atividades" remuneradas para professores a fim de, entre outras atividades, participarem de reuniões de estudo e planejamento do trabalho escolar. Era uma abertura para que os docentes pudessem pensar a Educação. E isso era feito através de reuniões periódicas.

Durante os anos de 1971 a 1976, a Secretaria da Educação não promoveu concursos públicos de ingresso de professores e diretores do antigo ensino médio; por conseguinte, a admissão de professores nas escolas era feita através de inscrição e classificação onde os títulos acadêmicos tinham maior valor. Além disso, tendo em vista o crescimento do número de escolas secundárias a partir de 1968, bem como a reforma universitária de 1968, foi estimulada a licenciatura de curta duração a fim de suprir a falta de professores habilitados. Teve início a grande corrida para cursos de "fim-de-semana" para obtenção de títulos necessários à classificação e, por conseguinte, à admissão de professores. A presença de professores em atividades e em aulas aos sábados ficou difícil, até que a legislação excluiu esse dia do calendário escolar. As reuniões periódicas foram se escasseando e essa situação se complicou a partir de 1972, quando mudanças preparatórias da Reforma foram introduzidas na estrutura das Escolas e levaram à desarticulação das mesmas e, conseqüentemente, abriram caminho para a falência do ensino.

20... "O ideal seria que houvesse vagas para todos. Mas diante do ideal impossível ela (SE) utilizou um sistema que me parece ser pelo menos indiscutível do ponto de vista legal. Pode ser atacado do ponto de vista social, do desejo de todos nós. Mas aí então a solução pode parecer com facilidade dentro da absorção pelo supletivo do pessoal que tenha ultrapassado a idade". in "Ministro considera legal limite de idade para entrar no colégio". Folha de São Paulo, 20/03/73, p.15.

2. A INSTALAÇÃO DO ENSINO DE 2º GRAU NAS ESCOLAS ESTADUAIS A PARTIR DA LEI FEDERAL 5692/71

2.1. Introdução

Tendo em vista as transformações políticas, econômicas e sociais do Brasil na década de 60, tão conturbada, principalmente pelos movimentos estudantis, o governo federal começou a arranjar paliativos e "remendos" para o sistema educacional, até que em 1971 o Congresso Nacional aprovou a "nova" Lei de nº 5692/71²¹.

Essa Lei manteve as finalidades da Educação Nacional determinadas pela Lei Federal nº 4024/61; fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus a partir dos objetivos gerais dispostos no artigo 1º: desenvolver as potencialidades do educando, qualificá-lo para o trabalho e prepará-lo para exercício consciente da cidadania. A mesma Lei define o 1º grau como sendo o antigo primário e o 2º grau, como sendo o antigo ensino médio. Na verdade, a análise da legislação indica que o ensino primário "engoliu" o ensino ginásial e a soma dos dois recebeu o nome de 1º grau.

A L.F. 5692/71 determina que o 1º grau atenda à formação da criança e do pré-adolescente, compreendendo a faixa etária de 7 a 14 anos, instituindo assim, a escolaridade obrigatória de 8 anos (art.17 a 20). O ensino de 2º grau está destinado à formação integral do adolescente e sua qualificação para o trabalho (art. 21 a 23). A Lei determina diretrizes para o ensino especial destinado às crianças que apresentam deficiências e não podem seguir cursos regular (art.9º); determina suprimento de escolarização regular dos adolescentes e adultos, bem como estudos de aperfeiçoamento e atualização; institui o ensino supletivo através de cursos e

21. LEI Federal nº 5692/71, de 11/08/71. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º graus - Federal. Vol.1, p.403.

exames (art. 24 a 28).

O pessoal docente e especialista em Educação deve ser ha bilitado de acordo com a legislação e devidamente registrado no Ministério de Educação e Cultura-MEC (art.29 a 40).

As escolas particulares de ensino médio, anteriormente vin culadas ao sistema federal, passam a ser vinculadas aos sistemas estaduais de ensino (art.47).

Estabelecem-se diretrizes para a organização curricular, ad ministrativa e disciplinar de cada estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus; determinam-se os ôrgãos competentes para indicar as matérias do currículo pleno: Conselho Federal de Educação - Conse lho Estadual de Educação - Conselho Municipal de Educação e Estabelecimentos de Ensino (art.29 a 89).

A Lei Federal 5692/71 determina, ainda, a duração mínima dos períodos letivos (art.11); vincula a promoção do aluno ã assi duidade e aproveitamento (art.14); estabelece o regime de matrícula com dependência a partir da 7ª série do 1º grau (art.15); dis põe sobre a transferência de aluno de um para outro estabelecimento ou curso e conseqüente adaptação e aproveitamento de estudos (art.13). Incorpora-se ã Lei, o regime de exceção para atender alu nos com afecções e traumatismos previsto pelo Decreto-Lei nº 1044/69²². Estipula o regime de financiamento de educação pelos pode - res públicos e entidades particulares e empresas (art.41 a 63). Por fim, estabelece prazos e diretrizes para implantação gradual e pro gressiva da reforma nos Estados (art.71 a 76). Permite ã adminis tração dos sistemas de ensino, bem como às pessoas jurídicas de direito privado que mantêm escolas, a instituição de um regimento comum para as escolas de 1º e 2º graus, a fim de assegurar a uni dade básica estrutural e funcional da rede, preservando a flexibi

22. DECRETO-LEI nº 1044/69. Ibidem, p.400.

lidade didática de cada escola (art.70). A L.F.5692/71 permite que a mantenedora estabeleça um regimento para suas escolas, ao contrário da L.F. 4024/61 que previa a possibilidade das escolas de ensino médio elaborarem seu próprio regimento. A "domesticação" do antigo primário se estende, agora, por todo o ensino de 1º e 2º graus.

2.2. Plano Estadual de Implantação da L.F.5692/71

No Estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Educação (CEE), por Deliberação 27/71, homologada pela Resolução da Secretaria da Educação em 13/01/72²³ emitiu parecer no sentido de que a implantação do regime instituído pela L.F.5692/71 fosse progressiva e que as medidas previstas fossem tomadas a partir de 1972 (art.1º e 2º).

Garantiu que os estabelecimentos de ensino já em funcionamento continuassem a observar os seus regimentos até a aplicação do Plano Estadual de Implantação (art.3º). Ficou vedado o exame de admissão à 5ª série do 1º grau (art.3º, parágrafo único).

A Deliberação do CEE repetiu os mínimos letivos estipulados pela Lei Federal, mas permitiu que os estabelecimentos de ensino organizassem o seu próprio calendário escolar (art. 4º). Esta determinação não foi seguida pela Secretaria da Educação nos primeiros anos de implantação da reforma, uma vez que a Secretaria da Educação determinou em Diário Oficial, o calendário único para todas as escolas estaduais de 1º e 2º graus. Somente a partir de 1979, para vigorarem em 1980, começaram a ser publicadas diretrizes para que as escolas organizassem o seu próprio calendário escolar, devendo, contudo, submetê-lo à homologação da Delegacia de

23. RES. SE de 13/01/72 (s/n), homologa a Deliberação CEE 27/71 . In: Legislação do Ensino de 1º e 2º graus-Ementário. Vol.6, p. 2094.

Ensino²⁴.

Para garantir o direito dos alunos que estavam concluindo cursos de 1º e 2º graus, a Deliberação CEE 27/71 determinou que esses alunos terminassem seus cursos pela legislação anterior (art. 5º). Permitiu que os antigos grupos escolares, bem como os antigos ginásios fossem instituindo, progressivamente, a partir de 1972, as séries restantes para completarem as 8 (oito) do 1º grau (art.6º). Os cursos supletivos foram autorizados a funcionar (art. 8º e 9º).

A partir dessa Deliberação, o Conselho Estadual desenvolveu outros estudos, tais como: relação de matérias da parte diversificada do currículo, normas para elaboração do currículo pleno, etc... .

Em seguida, o Governo do Estado, através do Decreto nº 52.867 de 18/01/72²⁵, determinou que no ano de 1972, a título precário, poderia ser instalada a 5ª série nos antigos estabelecimentos de curso primário e que os estabelecimentos de curso ginásial, instalados em prédios de grupos escolares desde 1970, seriam integrados a esses grupos escolares, formando uma só unidade de ensino de 1º grau. As séries do curso ginásial e colegial passaram a receber, respectivamente, o nome de 5ª a 8ª série do 1º grau, e de 1ª a 4ª série do 2º grau. Na realidade, porém, com exceção do acoplamento acima descrito, somente os grupos escolares receberam ordem de instalar a 5ª série e no ano seguinte a 6ª série. Assim sendo, os alunos, na sua maior parte, permaneceram nas escolas onde fizeram as 4 (quatro) primeiras séries do 1º grau. Os professores

24. Sobre "Organização do ano escolar": Res.SE nº 72/76, D.O. de 21/02/76; Res.SE nº 231/76, D.O. de 30/11/76; Res.SE nº 197/77, D.O. de 02/12/77. Sobre "diretrizes para elaboração do Calendário Escolar": Res.SE nº 128/79, D.O. de 02/11/79; Res.SE.217/80, D.O. de 04/12/80; Res.SE nº 249/81, D.O. de 19/12/81.

25. DECRETO nº 52.867 de 18/01/72. In: Legislação de ensino de 1º e 2º graus-Ementário. Vol.4, p.1437.

do antigo ginásio tiveram suas aulas diminuídas nessas escolas²⁶ e precisaram se inscrever nos antigos grupos escolares para as aulas de 5ª série. Já não pertenciam a uma única escola. Dependendo da matéria lecionada, os professores precisavam percorrer duas, três ou mais escolas por dia, para poderem manter o seu salário-aula mensal. Teve início aí a situação do professor "itinerante", muito comum em nossos dias e já chamado de "boia-fria". As reuniões pedagógicas se tornaram raras pela dificuldade de se reunir o pessoal, por escola, num mesmo dia; a Educação deixou de ser "pensada" pelos elementos nela envolvidos. Por ocasião da "implantação" da reforma em 1976 e, conforme determinação em Diário Oficial, as reuniões pedagógicas ficaram reduzidas a 4 (quatro) por ano. A Educação deixou de ser pensada por quem trabalhava nela. Os anos imediatos que se seguirão à implantação da reforma irão acentuar esse "ir refletir" da educação, que levará, por consequência, à falência do ensino. Dados extraídos da própria Secretaria da Educação²⁷ indicam, em 1971, um índice de evasão e reprovação de 1ª a 4ª série de 1º grau, na ordem de 14,5%; índice de evasão e reprovação da 5ª a 8ª séries do 1º grau, na ordem de 22,9%. No entanto, em artigo publicado na "Folha de São Paulo" em 1982²⁸ o índice apenas de repetência no 1º grau era na ordem de 40%.

Por decreto de 20/04/72²⁹, foi criado o Sistema de Assessoramento do Secretário da Educação com inúmeras incumbências, das

26. No período de 1971 a 1974 houve um decréscimo, no antigo curso ginasial, de 42% no nº de classes de 5ª série e de 6% de 6ª série do 1º grau. A situação reflete a instalação gradativa dessas séries nos antigos grupos escolares. SÃO PAULO, Secretaria da Educação, CERHUPE. Estatísticas Escolares Básicas-Ensino de 1º e 2º graus. p.145 a 151.

27. SÃO PAULO, Secretaria da Educação. Reforma de Ensino - Aspectos da Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus. p.s/n.

28. "Pedagoga mostra quadro negro no ensino público". Folha de São Paulo, 25/07/82, p.26.

29. DEC. de 20/04/72, In: SÃO PAULO, Secretaria da Educação. Reforma de Ensino - Aspectos da Implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus. p.s/n.

quais destacam-se a assessoria na proposição da Política Educacional e de Construções Escolares; o estabelecimento de diretrizes gerais e objetivos da Secretaria da Educação e, ainda, a tarefa de orientar, controlar a implantação do Plano Estadual da Reforma de 1º e 2º graus, definindo diretrizes e normas para o desenvolvimento dos programas e projetos, metodologia de acompanhamento, controle e execução do Plano. Era a instalação oficial da tecnoburocracia na Secretaria da Educação. A partir daí, a estrutura de cargos e funções vai se ramificando, sendo criados equipes, grupos de trabalho, etc... . A descentralização de serviços é reforçada; porém, a decisão permanece no órgão central que passa às Escolas através de publicações em Diário Oficial (ver notas 18 e 19 deste capítulo).

A Secretaria da Educação precisava de um instrumento legal para dar início à reforma determinada pela L.F. 5692/71. O Conselho Estadual de Educação, no Parecer nº 990/72-CPG/CSG³⁰ em 24/07/72, aprovou o "Plano Estadual de Implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus". O Plano, à vista do diagnóstico apresentado pela Secretaria da Educação, propôs treinamento e aperfeiçoamento de pessoal docente, técnico e administrativo, com dois projetos principais: um, quanto ao calendário de implantação; outro, quanto à Redistribuição da Rede Física (RRF). O Plano apresentou, também, a política de implantação, explicitada através de objetivos, modelos de referências, diretrizes e medidas, núcleos de irradiação, controle e avaliação da implantação. Surgiram os guias curriculares e os treinamentos de pessoal, numa tentativa de "passar" a todos o conteúdo e os instrumentos da reforma. Com a mudança do Secretário da Educação no ano de 1974, o Plano ficou

30. PARECER CEE nº 990/72-CPG/CSG. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.7, p.2498.

"guardado" à espera do momento oportuno. Porém, as medidas iniciais foram executadas - organização de guias curriculares para 1º grau e treinamento de pessoal. O Plano foi retomado em 1975 e a implantação da reforma teve início em 1976.

2.3. Redistribuição da Rede Física

O Projeto de Redistribuição da Rede Física já estava previsto no Plano de Implantação da Reforma, em 1972; somente em 1975 começou a ser acionado. O Projeto se caracterizou pelos objetivos propostos para atender à instalação de escola de 1º grau de 8 (oito) séries, para aproveitar a ociosidade dos prédios dos antigos grupos escolares no período noturno e para receber os alunos em escolas mais próximas de suas residências.

Estabeleceram-se os grupos de trabalho: grupo setorial, da Secretaria da Educação; grupos regionais, tantos quantos fossem as Divisões Regionais de Ensino; grupos sub-regionais, tantas quantas fossem as Delegacias de Ensino; grupos locais, tantos quantos fossem os municípios abrangidos pelo projeto. Esse projeto teve início com o treinamento de pessoal envolvido, em cada nível. Foi estabelecido o chamado "modelo pedagógico" que determinava o máximo de 35 alunos por classe. Nessa época havia classes de curso no período noturno com aproximadamente 60 alunos. Por conta desse "modelo pedagógico de classe", era necessário que a Secretaria da Educação tivesse um diagnóstico das necessidades físicas, quanto ao número de salas de aula, material e equipamento, para, além de aproveitar a capacidade ociosa dos prédios, estabelecer a política de ampliação e construção de prédios escolares. O grupo local de trabalho iniciou o levantamento de alunos e previsão da demanda escolar, mapeando a cidade, levantando as necessidades, recursos humanos e materiais, buscando a localização de alunos, por endereço. À princípio, seria uma redistribuição compulsória dos alunos se-

guindo o critério de proximidade da escola. Isto causou reação por parte de alunos e pais; a Secretaria da Educação baixou nova Resolução³¹, dando direito de opção ao aluno que poderia permanecer na escola de origem ou ser transferido para a nova escola.

Enquanto essa preparação era executada, outras medidas legais foram acionadas. Por decreto nº 6907/75³² de 23/10/75, os antigos Grupos-Ecolares-Ginásios(GEG) passaram a ter a denominação de Escolas Estaduais de 1º Grau, ficando sob a direção dos antigos Diretores de Grupos Escolares, extintos quando da criação do GEG, em 1970.

Em 14/11/75, por Resolução da Secretaria da Educação de nº 95³³ o Secretário da Educação determinou critérios para orientar a reorganização da rede escolar para fins de implantação da reforma. O art. 1º determinou que a execução do Projeto de Redistribuição de Rede Física ocorresse a partir de 1976, atendendo às propostas aprovadas pelo Grupo Setorial. Foi dada prioridade de atendimento aos alunos de 1º grau (art.4º); os alunos de 2º grau seriam atendidos na medida em que fosse considerado o binômio "existência da demanda escolar e disponibilidade física" (art.10).

As escolas, quer as de 1º grau, quer as de 2º grau, deveriam funcionar em prédios distintos. Sõ quando não fosse possível, elas funcionariam em um prédio sõ, como Escolas de 1º e 2º graus (art. 6º).

A redistribuição dos alunos, em cada estabelecimento, a partir de 1976, obedeceu aos seguintes critérios (art.9º):

31. Sobre "redistribuição compulsõria". Res.SE 80/75 e Res.SE nº 81/75, D.O. de 08/10/75. Portaria CEBN-CET nº 7, D.O. de 23/10/75 Sobre "direito de opção ao aluno jã matriculado na escola de origem": Res.SE nº 95/75, D.O. de 15/11/75.

32. DECRETO nº 6907/75, de 23/10/75. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário. Vol.5, p.1658.

33. RES. SE nº 95/75. Ibidem, p.1942.

- setorização rigorosa para a 1ª série do 1º grau;
- preferência para matrícula na escola do setor, para alunos de 2ª a 7ª séries; as vagas remanescentes foram oferecidas para os demais alunos da escola;
- preferência para permanecerem no estabelecimento, aos alunos da 8ª série.

O diretor da unidade escolar seria o responsável direto pelo cumprimento dos critérios de setorização, quanto às matrículas futuras (art.16).

Os ginásios industriais e escolas técnicas de 1º e 2º graus, seriam transformados em Centros Interescolares. Estes, ofereceriam formação especial a nível de 2º grau, na forma de entrega e intercomplementariedade com outras escolas estaduais. Sendo assim, a Resolução SE nº 96/75³⁴ propôs a extinção, a partir de 1976, da 5ª série que funcionava no antigo ginásio industrial. As séries subsequentes seriam extintas aos poucos, até excluir o ginásio industrial dos Centros Interescolares. Definitivamente, estava extinto o ensino técnico-industrial no Sistema Estadual de Ensino, bem como descaracterizadas as escolas técnicas agrícolas, que passaram a ser escolas estaduais de 2º grau. E tudo isso, em nome da L.F. 5692/71, que pretendia ser profissionalizante!

Ao final de dezembro, por Decreto nº 7400/75³⁵ foi estabelecida a estrutura da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo (art. 1º):

- Escola Estadual de 1º Grau
- Escola Estadual de 2º Grau
- Escola Estadual de 1º e 2º Graus
- Centro Estadual Interescolar

34. RES. SE nº 96/75. Ibidem, p.1944.

35. DECRETO nº 7400/75, de 30/12/75. Ibidem, p.1683.

Esse decreto, fundamentado na L.F.5692/71, foi garantido pelo ATO INSTITUCIONAL Nº 8; deu ao Secretário da Educação a competência de criar, conservar, transferir, fundir, incorporar, alterar estabelecimentos de ensino e classes; relotar cargos do Quadro do Magistério (QM) e do Quadro da Secretaria da Educação(QSE); redistribuir funções, transferir materiais e equipamentos e, por fim, transferir aluno de um para outro estabelecimento.

Estava consolidada a Implantação da Reforma de Ensino nas Escolas Estaduais de 1ª e 2ª Graus, com a garantia da redistribuição da rede física e, conseqüente, remanejamento de pessoal e equipamento. Porém, essa consolidação não surgiu do apoio popular, nem da querência dos educadores, nem dos interesses dos educandos. Ela aconteceu por um regime de força. Foi necessário para o Governo do Estado, usar o AI.nº 8 a fim de conseguir a implantação: o direito da força para se "fazer" educação.

As resoluções da Secretaria da Educação que se seguiram, de nº 5/76; 11/76 e 32/76³⁶, todas de janeiro de 1976, regulamentaram o Dec. nº 7400/75 e, antes de ser iniciado o período letivo desse ano, os professores já haviam sido remanejados, alguns por opção, outros à revelia. Mas nenhuma reação conseguiu superar a força do AI. nº 8.

Quanto aos diretores de escola, a situação foi mais grave. Uma vez que os grupos escolares e ginásios se "fundiram", apareceu número duplo de diretores efetivos numa mesma escola, isto porque, pela Lei Complementar nº 114/74³⁷, os diretores de grupo escolar haviam sido equiparados aos diretores de ensino médio. Aqueles, para exercerem suas funções não necessitavam de curso superior; para

36. RES. SE.5/76; 11/76; 32/76. Ibidem, respectivamente nas páginas 1955, 1961, 1965.

37. LEI COMPLEMENTAR 114 de 14/11/74. Ibidem, Vol.1, p.140.

os diretores de ensino médio era obrigatória a formação universitária. Mesmo assim, a L.C.114/74 equiparou todos com uma única de nominação "diretor de escola". Portanto, em 1976 já estava mais fácil determinar quem ficaria com a direção da escola. Bastava a plicar um critério para classificação. E esse critério foi o de maior tempo de serviço ao Estado. A gerontocracia estava instalada oficialmente! Os mais velhos, na sua maioria eram diretores dos antigos grupos escolares e passaram a dirigir as escolas estaduais de 1º e 2º graus. Os diretores do antigo ensino médio, mais novos, ficaram relegados a condição de "adidos" junto às Delegacias de Ensino, apesar de sua formação universitária, contestadora, criativa. Os mais velhos, diretores dos antigos grupos escolares, sofreram mais a influência de uma estrutura de "domesticação" do an tigo ensino primário, por força da própria Lei que regia esse ti po de ensino.

O critério de classificação por maior tempo de serviço ao Estado foi aplicado em todos os níveis, até para os antigos Inspe^utores de Ensino, que passaram a ser denominados Supervisores Ped^ugógicos e, atualmente, Supervisores de Ensino. No entanto, com re lação a Delegado de Ensino, a situação funcionou diferentemente. A Secretaria da Educação "escolheu" os chefes e os designou. Assim sendo, Delegado de Ensino do antigo ensino primário, efetivo por concurso, foi preterido por elementos do antigo ensino secundário, normal ou ensino técnico, sem concurso para o cargo. Aqueles Dele^gados de Ensino, através de processo judicial, conseguiram retor³⁸ nar à chefia das Delegacias de Ensino .

38. Delegado do antigo Ensino Básico de Avaré impetrou e ganhou mandado de segurança contra a Secretaria da Educação, retornando às suas funções naquela Delegacia de Ensino. O mesmo aconteceu com o Delegado de Ensino Básico de Jaú. Ambos ganharam na Justiça contra a determinação da Res.SE.nº 37 de 30/01/76 sobre a designação de Delegados de Ensino Básico junto à Divisão Regional de Educação (atual de Ensino). Vide RES.SE.37/76 In: Legislação de Ensino de 1º e 2º graus-Ementário. Vol.5, p.1978.

O pessoal administrativo das escolas foi remanejado por força da Res.SE.nº 139/76³⁹.

A fusão do ensino primário, secundário e técnico numa só escola, causou mudanças na atribuição de aulas: professores da antiga escola industrial ficaram sem aulas e, portanto, sem trabalho. Os efetivos percebiam vencimentos na base de 18 (dezoito) aulas semanais que era o teto salarial, mas perderam as chamadas "aulas excedentes", com as quais faziam um total de 44 (quarenta e quatro) aulas semanais. Os admitidos e contratados pela CLT foram dispensados. Começou a época avassaladora de mandados de segurança de professores contra a Administração e os assuntos educacionais passaram a ser resolvidos na Justiça⁴⁰.

Primarização de ensino, "domesticação" da rede estadual de ensino, chefes impostos, pessoal descontente, assim teve início a implantação da reforma de ensino de 1º e 2º graus.

Em 1977, por Resolução SE.nº 163/77⁴¹, o Sistema Operacional da Redistribuição da Rede Física foi incorporado às tarefas da Secretaria da Educação, como rotina administrativa.

2.4. Reorganização da Secretaria da Educação

Consolidada a implantação da reforma e estando as unidades escolares com a nova nomenclatura dada pelo Decreto 7400/75, havia necessidade de reorganizar a Secretaria da Educação para atender a tantas mudanças. Foi instituído o Decreto nº 7510/76⁴², garantido pelo Ato Institucional nº 8.

39. RES. SE.nº 139/76. Ibidem, Vol.6, p.2039.

40. RES.SE.nº 15/79 de 09/02/79 baixou normas às autoridades de ensino, para que no atendimento à ordem judicial, em caso de dúvida, recorressem às Procuradorias Regionais do Estado ou à Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação. Ibidem. Vol.VII (atualização), p.129.

41. RES.SE.nº 163/77, de 11/10/77. Ibidem.Vol.IV (atualização),p.832.

42. DECRETO nº 7.510/76, de 29/01/76. Ibidem, Vol.5, p.1692.

Este Decreto estabeleceu o campo funcional da Secretaria da Educação, ressaltando as competências das Universidades Estaduais: estrutura e relações hierárquicas, atribuições e competências de pessoal, desde funcionários dos órgãos centrais, passando pelos funcionários dos órgãos intermediários e chegando às unidades escolares. O Decreto fixou, ainda, os colegiados e o Fundo de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (FUNDESP).

As Escolas deixaram, expressamente, de ser órgãos diretivos; toda a vida funcional passou a ser registrada nas escolas e enviada às Delegacias de Ensino, através de atestados de frequência. Ainda hoje, as escolas não estão autorizadas a expedir certidão de tempo para qualquer fim. Todo o controle da vida funcional passou a ser exercido pela Delegacia de Ensino e, recentemente, pela Divisão Regional de Ensino, através do Serviço de Recursos Humanos-SERHU⁴³.

Há muito tempo os diretores de escola vinham tendo seus atos decisórios tolhidos por resoluções da Secretaria da Educação. O Decreto 7510/76 eliminou de vez as competências deliberativas da Direção da Escola, conferindo-lhe a posição de executiva (art.145). Os diretores de escola não podem mais admitir pessoal para a unidade escolar que dirigem; não podem, sequer, decidir sobre o uso do prédio escolar pela comunidade, durante os períodos ociosos. Esta decisão é de âmbito da Delegacia de Ensino (art.144).

A Resolução SE nº 36/76, de 30/01/76⁴⁴, determinou a distribuição das Delegacias de Ensino e respectivas áreas de jurisdição, atendendo aos art.14 e 18 do Decreto 7510/76.

43. DECRETO nº 17.329, de 14/07/81. Ibidem. Vol.XII (atualização) p.69.

44. RES.SE.nº 36/76, de 30/01/76. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º graus-Ementário. Vol.5, p.1967.

O Decreto 7400/75 e 7510/76, ambos garantidos pelo AI-8, "aprontaram" a estrutura das escolas e da Secretaria da Educação. Restava a organização curricular para que as escolas pudessem funcionar dentro do regime estabelecido pela L.F. 5692/71.

2.5. Organização Curricular do Ensino de 2º Grau

A Secretaria da Educação determinou para o ano de 1976⁴⁵ a organização curricular do ensino de 1º grau, nas séries de 1ª a 5ª, e a organização curricular de ensino de 2º grau na 1ª série. As demais séries de 1º grau (6ª a 8ª) e de 2º Grau (2ª, 3ª e 4ª) deviam ser concluídas pela legislação anterior, ou seja, pela LDBEN 4024/61. Portanto, coexistiram na mesma escola, dois tipos de organização curricular.

A mesma Resolução (SE nº 38/76), determinou o número de aulas diárias permitidas para o período noturno, que não podia exceder a 5 (cinco). Determinou, ainda, que deveriam ser aplicados os critérios de avaliação, recuperação, promoção de alunos a todas as séries de 1º e 2º graus, regidas ou não pela organização curricular da L.F. 5692/71.

As Normas Regimentais dos antigos estabelecimentos de ensino secundário e normal não estavam revogadas; elas estavam vigindo nas escolas que foram transformadas a partir dos antigos ginásios e colégios. Os antigos grupos escolares tinham, por sua vez, o regimento próprio, que continuou vigindo, apesar da transformação em escola de 1º grau. Além da dualidade de organização curricular dentro da escola, havia também, entre as escolas, dualidade de estrutura legal, acrescida das resoluções para o funcionamento nos novos moldes. Configurou-se uma verdadeira "colcha de retalhos" nas escolas da rede estadual.

45. RES. SE. nº 38/76, de 30/01/76. Ibidem, p.1978

Por Resolução SE nº 72/76⁴⁶, a Secretaria da Educação estabeleceu o calendário escolar para 1976, a ser seguido pelas Escolas Estaduais de 1º e 2º graus e Centros Interescolares, ferindo o princípio de autonomia das escolas, proposto pela Deliberação CEE 21/71. O calendário cuidou de determinar o mínimo letivo, duração dos turnos diários, período de planejamento, avaliação, feriados, férias, reuniões, atividades culturais e de lazer. As reuniões pedagógicas ficaram reduzidas a 4 (quatro) obrigatórias por ano.

Para o 2º grau, foi implantada em 1976, a 1ª série, cuidando somente da Educação Geral. A profissionalização começou a ser implantada em 1977 a partir da 2ª série. Mas para que isso acontecesse em cada escola, foi preciso que, em dezembro de 1976 os alunos fizessem "opção" para uma habilitação de sua preferência, antes mesmo de serem publicadas grades curriculares para os cursos de 2º grau e após a maioria dos alunos terem terminado suas avaliações anuais. Alunos e professores não tiveram condições de discutirem o assunto. A opção foi um "tiro no escuro"⁴⁷.

Em janeiro de 1977, foi assinada a Res. SE 15/77⁴⁸ que determinava novas instruções para a 1ª série e 2ª série do ensino de 2º grau nas escolas estaduais. Elas deveriam ser organizadas de acordo com o quadro publicado em anexo à Resolução, seguindo as habilitações profissionais (plenas, parciais e/ou básicas), de formação profissionalizante básica, tudo fundamentado nos seguintes

46. RES. SE. nº 72/76, de 20/02/76. Ibidem, Vol. 6, p. 2003 e segs.

47. "...as escolas, na sua quase totalidade, ausentes os alunos, procuraram ajustar-se às diretrizes emanadas do documento CENP-76" In SÃO PAULO. Secretaria da Educação-Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional-ATPCE. Melhoria do Processo de Planejamento de Ensino de 2º Grau. 1978, p. 7.

48. RES. SE. 15/77, de 24/01/77. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º graus-Ementário. Vol. II (atualização), p. 336.

textos legais: Parecer CFE 45/72; Deliberação CEE 18/72; Parecer CFE 76/75, Deliberação CEE 21/76; Parecer CEE 77/77 e Deliberação CEE 3/77.

A Res. SE.15/77 regulamentou o número de alunos por classe, abandonando o "modelo pedagógico" inicial e permitindo um número variando entre 35 e 40 alunos (atualmente este número atinge o máximo de 45 alunos). Regulamentou a admissão de professores para os mínimos profissionalizantes das habilitações plenas e parciais, e para as disciplinas específicas das habilitações básicas. Em vista disto, somente as antigas escolas industriais e agrícolas tinham recursos materiais para instalarem cursos nestas áreas, além de outras habilitações e cursos de formação básica. As antigas escolas secundárias conseguiram instalar habilitações do setor terciário, tais como: contabilidade, administração, secretariado e habilitação específica para magistério de 1ª a 4ª série do 1º grau. Este curso só foi autorizado para as escolas que já mantinham o curso normal, antes da reforma. As escolas novas de 2º grau não foram incentivadas a instalarem esse curso.

No final do ano de 1977, outra Resolução da Secretaria da Educação, de nº 169/77⁴⁹ deu nova organização curricular ao ensino de 2º grau a partir de 1978. Essa Resolução manteve a 1ª série do 2º grau determinada pela Res. SE.15/77; desativou as habilitações profissionais básicas propostas pelo CFE; determinou a permanência das habilitações plenas e parciais e as 3(três) modalidades de Formação Profissionalizante Básica (FPB), propostas pelo Conselho Estadual de Educação. Assim sendo, as escolas do antigo ensino técnico-industrial tinham condições para cursos dessa área, bem como as antigas escolas agrícolas, para cursos desse setor. As

49. RES. SE.169/77 de 01/11/77. Ibidem, Vol. IV (Atualização), p.832.

antigas escolas secundárias permaneceram com os cursos de setor terciário e o de formação de professores para as quatro primeiras séries do 1º grau. Os cursos de Formação Profissionalizante Básica (FPB) poderiam ser implantados em qualquer escola de 2º grau, desde que houvesse opção dos alunos. A própria legislação, querendo combater a dualidade de ramos de ensino, ao ser implantada sem condições materiais e humanas, criou espaço para se configurar esta realidade: ensino técnico profissionalizante e ensino propedêutico ao ensino superior. Além dessa contradição dentro da Lei, os interesses dos alunos e a falta de mercado para trabalho fizeram mudar o quadro inicial das opções e cursos.

O acompanhamento da implantação do ensino de 2º grau ocorreu através do projeto MEC/DEM/SE/77 que tinha por objetivos "introduzir na Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional-ATPCE, um sistema de acompanhamento e análise da evolução do ensino de 2º grau, tendo em vista a melhoria gradativa de sua implantação"⁵⁰. Por conta disto, realizaram pesquisa em 571 municípios do Estado de São Paulo, que implantaram o ensino de 2º grau, perfazendo um total de 891 unidades escolares, entre escolas de 2º grau de origem as mais diversas: antigas escolas industriais, antigas escolas agrícolas, antigos colégios e institutos de educação, escolas de 2º grau criadas em 1976 e escolas de 1º e 2º graus que reuniam os antigos ginásios e colégios. O resultado foi o seguinte⁵¹:

- . 107 escolas reuniam melhores condições para a manutenção das habilitações implantadas;

50. SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional-ATPCE. Melhoria do Processo de Planejamento de Ensino de 2º grau. 1978, p.5.

51. Ibidem, p.11 a 13.

- . 377 escolas implantaram as habilitações do Parecer 45/72, das quais 120 não têm condições algumas, e as restantes estão em perspectivas de manutenção;
- . 407 escolas implantaram as habilitações básicas federais (Parecer CFE 76/75), demonstrando a cautela quanto à profissionalização.

Para Maria de Lourdes Mariotto Haidar⁵², os alunos rejeitaram a nova proposta do currículo de 2º grau, porque não viram satisfeitas suas necessidades de estudos para prosseguimento em cursos superiores. A esta altura, o Conselho Estadual de Educação, com base no próprio Parecer do CFE 76/75, definiu para o 2º grau, cursos de Formação Profissionalizante Básica. Essa definição só foi publicada em fevereiro de 1977, quando as escolas de 2º grau já haviam decidido os seus cursos. Assim sendo, após o ano de 1977, a Secretaria da Educação desativou a oferta feita pelo Parecer CFE 76/75 (habilitação básica), substituindo pelo seu correspondente, a Formação Profissionalizante Básica (FPB) nas 3 (três) modalidades propostas pelo Parecer CEE 77/77, respectivamente, destinadas ao setor primário, secundário e terciário de produção econômica.

Não havia recursos humanos, físicos, financeiros para a manutenção das habilitações iniciais e os municípios, na sua maioria, não ofereciam mercado de trabalho a tantos "técnicos". Somente as escolas que tinham condições humanas e físicas, continuaram com as habilitações pelo Parecer CFE 45/72, com opção também para as FPBs. As escolas que mantinham exclusivamente o curso de formação de professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau poderiam ampliar sua oferta, acrescentadas as modalidades das FPBs.

Os dados da pesquisa revelam a versão oficial de que as escolas não tinham condições para a implantação da reforma. Na ver

52. Ibidem, p.29-30.

dade, pelo sistema centralizado de administração vigente, as condições materiais e humanas das escolas sempre foram dadas pelos órgãos centrais da Secretaria da Educação. No caso específico da implantação de ensino de 2º grau, não houve verba estadual disponível e suficiente. As escolas interessadas tiveram que recorrer à Associação de Pais e Mestres (APM) ou à Prefeitura Municipal. De qualquer forma, as verbas foram escassas e não puderam suprir as necessidades do ensino de 2º grau. Diante desta realidade, com a possibilidade de instalação de cursos de formação profissionalizante básica e, considerando as opções dos alunos, a previsão para 1978 ⁵³ inverteu o quadro da demanda :

HABILITAÇÃO	2ª série-1977 Nº implantado de		2ª série-1978 Previsão de	
	escola	classe	escola	classe
Plena Parecer CFE 45/72	678	1.428	581	895
Parcial Parecer CFE 45/72	265	643	62	109
Básica Parecer CFE 76/75	552	1.322	-	-
F.P.B. Parecer CEE 77/77	188	390	1.394	3.339
TOTAL DE CLASSES	-	3.783	-	4.343
Obs.: O nº de estabelecimentos não corresponde ao real - 891, porque uma mesma escola optou por vários setores e habilitações				

A partir de 1978 e observando a realidade, sem ter feito um trabalho mais demorado, podemos afirmar que a tendência do 2º grau é concentrar os cursos em torno das habilitações plenas e das

53. Ibidem, p.14-17.

FPBs, confirmando a dicotomia real do ensino de 2º grau no Estado de São Paulo. A alteração da L.F. 5692/71, em 1982, confirmou essa dicotomia.

Em 1982, pela L.F. 7044⁵⁴, o Governo Federal modificou a L.F. 5692/71, retirando a obrigatoriedade da profissionalização a nível de 2º grau. Tem início uma nova fase para esse tipo de ensino.

2.6. Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau, e de 1º e 2º Graus

Estabelecida a organização curricular para o ensino de 2º grau, restava a organização interna das escolas. Estas foram definidas pelo Dec. 7400/75 em 4 (quatro) tipos: escolas estaduais de 1º grau; escolas estaduais de 2º grau; escolas estaduais de 1º e 2º graus; centro estadual interescolar. Os centros interescolares, que inicialmente ofereciam estudos da parte diversificada de 2º grau, foram transformados em escolas de 2º grau. Assim sendo, o Estado de São Paulo ficou apenas com os 3 (três) tipos iniciais de Escola.

Uma vez que a L.F. 5692/71 permitia a mantenedora das escolas elaborar um regimento comum, o Governo e a Secretaria da Educação outorgaram os regimentos específicos para cada tipo de escola: Decreto nº 10.623/77 estabeleceu o regimento comum para as escolas estaduais de primeiro grau-RCEEPG; o Decreto nº 11.265/78 estabeleceu o regimento comum para as escolas estaduais de segundo grau-RCEESG; a Resolução da Secretaria da Educação de 01/08/78 aprova o Parecer CEE nº 309/78 que estabeleceu o regimento comum das escolas estaduais de primeiro e segundo graus-RCEEPSG⁵⁵.

54. A análise da Lei Federal nº 7044/82, de 18/10/82 encontra-se expressa na Res. SE nº 236/83, publicada em D.O. de 04/10/83.

55. DECRETO nº 10.263/77 de 26/10/77. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º graus-Ementário. Vol.IV (atualização), p.804; DECRETO nº 11.625/78 de 23/05/78. Ibidem, Vol.V (atualização), p.153; PARECER CEE nº 390/78. Ibidem, p.386.

O Decreto nº 10.623/77 revogou o Decreto nº 47.404/66, que estabelecia as Normas Regimentais-NNRR para as escolas de ensino secundário e normal. Desta forma, as escolas de 2º grau e as de 1º e 2º graus ficaram sem regimento até 1978. Tais escolas recebiam ordens das autoridades superiores.

A nossa análise se deterá nos artigos do Decreto nº 11.625 e da Res.SE.s/nº de 01/08/78 por tratarem de escolas que ministram o ensino de 2º grau.

O Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus têm pontos iguais, mas diferem quanto à representação de alunos e de professores no Conselho de Escola, bem como promoção e retenção de alunos em virtude da especificidade de cada grau de ensino. Contudo, tomaremos para análise dos dois Regimentos, apenas os artigos que dizem respeito ao ensino do 2º grau em particular, e à organização da escola em geral. Ambos determinam a caracterização da Escola, a organização administrativa, os direitos e deveres dos participantes do processo educativo, a organização didática, o regime escolar, as disposições transitórias.

A caracterização e objetivos da Escola de 2º grau e da Escola de 1º e 2º graus são determinados pelos arts.1º a 3º dos respectivos Regimentos. Repetem os objetivos da L.F. 5692/71 e mantêm as finalidades da LDBEN 4024/61.

Na organização administrativa⁵⁶, apresentam como núcleos de atividades os seguintes: Direção de Escola; Apoio Técnico-Pedagógico; Apoio Administrativo, Assistência ao Escolar; Instituições Auxiliares da Escola, Corpo Docente. Os alunos estão fora da orga

56. Art.4º a 5º do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º graus; art. 4º a 58 do Regimento Comum das Escolas Estaduais de segundo grau.

nização escolar: esse artigo do Regimento (art.4º) indica explicitamente que o processo ensino-aprendizagem é um ato unilateral dos mais velhos sobre os mais novos.

A Direção da Escola, composta do Diretor e do Assistente, é definida como "núcleo executivo" que "organiza, superintende, coordena e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar"(art.5º). Essa definição é coerente com as competências determinadas pelo Decreto 7.510/76 que reorganizou a Secretaria da Educação. Esse "núcleo executivo" deixa transparecer o conceito de divisão de trabalho taylorista: um grupo planeja(órãõ central) e outro executa.

Existe, por regimento, um órgão consultivo - Conselho de Escola, composto por representantes de todos os grupos que atuam na Escola, inclusive, por representantes de alunos do 2º grau, eleitos anualmente por seus pares (art.9º). Mesmo nas escolas de 1º e 2º graus, os representantes de alunos no Conselho sãõ podem ser escolhidos entre os alunos do 2º grau;o 1º grau fica de fora,sem representação. Quanto aos representantes de professores, estes sãõ escolhidos proporcionalmente entre professores de Educação Geral e Formação Especial. Além desses, nas escolas de 1º e 2º graus hãõ representantes dos professores de 1ª a 4ª sãrie do 1º grau, em número de 2 (dois). O secretário da escola, o coordenador pedagógico, o orientador educacional, o orientador de Educação Moral e Cívica, o diretor de escola e o assistente de diretor têm seu lugar já garantido por lei, no Conselho da Escola. Os pais sãõ representados por um membro da Associação de Pais e Mestres-APM. A possibilidade de escolha recai apenas entre os alunos, pais e professores. Os demais membros do Conselho já têm o seu lugar determinado. E, por ser consultivo, o Conselho de Escola estãõ bem longe de ser equiparado ao Conselho Deliberativo das antigas Escolas Técnicas, que de fato, decidiam sobre a sua vida escolar.

O núcleo de apoio técnico-pedagógico compreende atividades de:

- . Coordenação Pedagógica, composta de Coordenador Pedagógico e professores coordenadores de área;
- . Orientação Educacional, composta de um Orientador Educacional e professores conselheiros de classe;
- . Multimeios, envolvendo trabalhos de Biblioteca, Laboratório, Oficinas e outras salas especiais;
- . Conselhos de série e classe, compostos por professores de séries (de 1ª a 4ª série do 1º grau) e de classe de 5ª série em diante. O diretor é membro nato desses conselhos.

Além dessas atividades, os professores e diretores participam das atividades de Assistência ao Escolar e das Instituições Auxiliares da Escola (Associação de Pais e Mestres e Centro Cívico Escolar). Quanto à Associação de Pais e Mestres, o estatuto-padrão⁵⁷ (art.26) proíbe os educadores exercerem o cargo de Diretor Financeiro (tesoureiro) junto à Diretoria Executiva. Interessante notar que as crianças e adolescentes podem ser confiadas aos docentes e diretores, mas não o dinheiro da Associação... .

Com exceção do número de aulas e de 10% de hora-atividade, o professor não é remunerado pelas outras atividades que desempenha. Elas constituem a sobrecarga do professor, além de sua jornada de trabalho. No entanto, deixam transparecer o conceito de que "trabalho escolar" é aquele que especificamente é realizado em aula. O resto não faz parte da jornada do professor, porém pertence ao "sacerdócio", ou a "quebra-galho". Isto, sem falar do caso específico do diretor que deverá "avocar" para si qualquer função da Escola, desde que não haja o profissional para executá-la. E, como

57. DECRETO nº 12983/79. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º graus Ementário. Vol.VI (atualização), p.145.

a maioria das escolas não tem Orientador Educacional, Coordenador Pedagógico, Orientador de Saúde, o Diretor assume, também, essas funções.

O núcleo de apoio administrativo tem por objetivo dar sustentação às atividades-fins. Há dois grupos de trabalho: secretaria (secretário, escriturário, almoxarife) e atividades complementares (zeladoria, vigilância e atendimento ao aluno, manutenção e conservação de equipamentos). Este núcleo de trabalho não faz parte do Estatuto do Magistério⁵⁸; portanto, não tem uma escala especial de vencimentos, e nem tampouco faz jus à aposentadoria especial do magistério. No entanto, cuidam dos alunos e são educadores, no amplo sentido do termo.

A Associação de Pais e Mestres e o Centro Cívico Escolar compõem o grupo de Instituições Auxiliares da Escola. Ambas foram outorgadas pelo Governo, com estatutos próprios. Os alunos podem ter seus representantes no Conselho Deliberativo da Associação de Pais e Mestres, na proporção de 20% dos membros do Conselho, desde que os alunos sejam maiores de 18 anos. Caso contrário, as vagas que lhe são pertinentes serão preenchidas com elementos da Escola⁵⁹. Por conseguinte, numa escola de 1º grau, dificilmente haverá alunos no Conselho Deliberativo da APM. Tal determinação comprova que a Escola Estadual, além de seletiva, e elitista, é, também, discriminatória.

O Centro Cívico Escolar foi instituído por Decreto Federal de nº 68.065/71⁶⁰. Os alunos podem e têm de escolher seus representantes em eleições diretas desde que a Direção da Escola aprove as chapas concorrentes à eleição⁶¹. O Centro Cívico Escolar-CCE,

58. LEI COMPLEMENTAR nº 201/78. Ibidem, p.43.

59. DECRETO 12.983/78. Ibidem.p.145,art.16,alínea "c",§3º

60. DECRETO Federal nº 68.065, de 14/01/71. Ibidem Federal,Vol.2,p.306

61. RES.SE.nº 84, de 31/07/78. Ibidem, p.163.

não pode ser chamado de órgão de representação dos alunos junto à Direção da Escola, ou junto ao Conselho de Escola, porque tem função de executar as atividades cívicas e culturais.

Todo o pessoal da Escola é selecionado por meio de concursos de títulos e provas, realizado pelas autoridades superiores. Ao diretor de Escola compete apenas dar posse e exercício ao candidato selecionado por concurso público. Em alguns casos, como o Orientador de Educação Moral e o assistente de diretor, o diretor de Escola faz a indicação dentro dos critérios estabelecidos por Lei. A margem de liberdade na escolha fica muito limitada por essa legislação. Não havendo professores efetivos para todas as aulas, a Delegacia de Ensino fará a admissão de professor a título precário e o enviará à Escola.

Os direitos e deveres dos servidores da Escola são regidos pelo Estatuto do Funcionário Público-EFP e pelo Estatuto do Magistério (este, somente para especialistas em educação e professores). O horário de trabalho é regulamentado pela Secretaria da Educação, mas determinado pelo diretor de Escola⁶².

Os direitos dos alunos são expressos em 7 (sete) itens⁶³. Alguns falam das liberdades fundamentais da pessoa humana, sem contudo defini-las; outros itens asseguram o direito às "condições ótimas de aprendizagem" mas não discriminam quais sejam. Este item fica ao sabor do entendimento individual em cada escola. O Regimento reconhece o direito à agremiação, desde que aprovada pelo Diretor de Escola. Os deveres⁶⁴ são expressos em 12 (doze) itens e, entre eles, está a determinação de se cumprir um código disciplinar

62. Art.60 e 61 do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º grau-RCEESG; art.61 e 62 do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º graus-RCEEPSG.

63. Art.62 do RCEESG; art.63 do RCEEPSG.

64. Art.63 do RCEESG; art.64 do RCEEPSG.

da Escola e as ordens superiores. O descumprimento dos deveres a carretará punição para o aluno, aplicada pelo diretor da Escola. Sendo falta grave, o aluno poderá ser transferido compulsoriamente, caso em que será designada uma comissão de professores para apurar os fatos. O aluno terá direito à defesa e, se for menor, será assistido pelo pai ou responsável. O resultado obtido por essa Comissão será homologado ou não pelo Conselho de Escola.

A organização didática é determinada pelas diretrizes quanto ao currículo pleno⁶⁵, expostas na legislação federal e estadual. A grade curricular (rol de matérias e carga horária por série e curso) é determinada pela Secretaria de Educação⁶⁶, oferecendo uma opção, somente, para a Escola de 2º grau, no que se refere à Matéria de Livre Escolha⁶⁷.

O número mínimo e máximo de alunos, por classe, bem como condições de instalação de novas classes são determinados pela Secretaria da Educação⁶⁸.

A forma de verificação do rendimento escolar⁶⁹ é definida no Regimento e feita através do aproveitamento e da frequência. Para avaliar o aproveitamento são usados, pelos professores, conceitos, menções e definições operacionais. O aluno que ultrapassar o limite de faltas previsto em Lei terá direito de compensar a ausência, se os professores concordarem e acharem oportuno. Caso contrário, os alunos ficarão retidos na disciplina e/ou na série. Além da compensação de ausência durante o ano, no final do ano letivo o aluno que apresentar aproveitamento e/ou frequência insuficientes

65. Art. 66 do RCEESG; art.67 do RCEEPSG.

66. Art. 75 do RCEESG; art.76 do RCEEPSG.

67. Em 1983, as escolas tiveram liberdade para organizarem os quadros curriculares de 2º grau, para o ano de 1984.

68. Art. 76 do RCEESG; art.77 do RCEEPSG.

69. Art. 79 a 93 do RCEESG; art.80 a 96 do RCEEPSG.

poderá ser submetido a estudos de recuperação, desde que os professores concordem. A sistemática da recuperação deverá estar prevista no Plano Escolar, embora os períodos específicos sejam determinados pela Secretaria da Educação e registrados no Calendário Escolar. Os alunos terão direito de recorrer da avaliação, em qualquer fase. O pedido de recurso será apreciado pelo Conselho de Série/Classe, e a decisão final caberá ao Diretor da Escola.

Ao Conselho de Série/Classe⁷⁰ cabe a incumbência de avaliar o rendimento da classe ou série, e confrontar os resultados de aprendizagem relativos aos diferentes componentes curriculares; avaliar o comportamento da classe ou série; e decidir sobre a promoção do aluno. Neste item, está determinado que o Conselho de Série/Classe julgará a conveniência de proporcionar ao aluno compensação de ausências, determinará retenção ou acesso, a estudos de recuperação, e finalmente homologará o conceito definitivo dos alunos submetidos a recuperação final. Ao Conselho de Classe/Série compete ainda, decidir sobre os casos de discrepância entre o conceito final e os bimestrais obtidos pelos alunos. Esse conceito final é aplicado pelo professor após os resultados dos 4 (quatro) bimestres. É também chamado, pelos alunos, de "5º conceito". É este "5º conceito" que decide a promoção, retenção ou recuperação dos alunos. O Conselho de Série/Classe pode apreciar apenas quando houver discrepância, assim mesmo, seguindo instruções da Secretaria da Educação e órgãos superiores⁷¹.

A avaliação é o ponto mais crítico do Regimento, na medida em que coloca a promoção do aluno na dependência de conceitos

70. Art.26 a 28 e art.94 do RCEESG; art.26 a 29 e art.97 do RCEEPSG

71. PORTARIA da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas nº 53/78, de 03/03/78, publicado no D.O.de 04/03/78, dispõe sobre a identificação de discrepâncias entre conceito final e bimestrais.

expressos pelos professores, cuja decisão é do Conselho de Classe/Série, sem que os alunos tenham acesso a esse Conselho. Os conceitos procuram expressar o resultado da aprendizagem (excelente-bom-satisfatório-sofrível-insatisfatório) e são grafados por menções (A, B, C, D, E, respectivamente). No entanto, o ponto vulnerável está no critério para ser estabelecido esse conceito que acaba sendo subjetivo, porque é "propriedade" do professor; não é discutido com os alunos e tampouco, com os pais. Estes, ainda não conseguiram decifrar por inteiro o código de "notas" do filho! Tanto é verdade que a maioria das escolas ainda usa o sistema de cor azul para identificar as menções de promoção (A-B-C) e de cor vermelha, para identificar as menções de retenção (D-E).

O Plano de Escola, determinado em Regimento⁷², tem por objetivo programar o processo de escolarização, devendo ser elaborado por todo o pessoal da escola; a coordenação é de competência do Diretor assessorado pelo Coordenador Pedagógico. O Regimento Escolar determina os itens que devem compor o Plano Escolar. Há, porém, uma contradição no que se refere à elaboração do Plano Escolar. A Lei determina que seja feito por todos os elementos da Escola, embora excluindo os alunos. Além disso, a própria legislação proíbe reuniões em horário de trabalho, isto é, em horário destinado às aulas. Desta maneira fica muito difícil todo o pessoal reunir-se, mesmo porque os professores lecionam em mais de uma escola e não há condições para que todos possam estar juntos na elaboração inicial e, ao longo do processo, para reajustar o Plano de acordo com as necessidades que surgirem. Aqui transparece o conceito de que "educação" se faz em "sala-de-aula", de que o trabalho docente se resume em "aula" e de que nas escolas, o pessoal é pago para traba

72. Art.95 a 104 do RCEESG; art.98 a 108 do RCEEPSG.

lhar (dar aulas) e não para pensar⁷³ (taylorismo), por isso, nada de perder tempo com reuniões.

As matrículas e suas condições⁷⁴ estão previstas no Regimento; a época de sua realização é prevista no Calendário Escolar. No ensino de 2º grau é permitida a matrícula com dependência em até dois componentes curriculares desde que preservada a sequência do currículo⁷⁵. Essa indicação deveria estar na programação das atividades curriculares da Escola, no entanto, a Secretaria da Educação baixou normas determinando, por série e curso, quais as disciplinas suscetíveis de dependência e as que se constituem em pré-requisitos⁷⁶.

Estão previstas no Regimento, as transferências e adaptações⁷⁷, bem como aproveitamento de estudos. Mas não há regulamentação específica pelos órgãos superiores. É a própria Escola que faz o estudo do caso e verifica, dentro das determinações regimentais, as condições de adaptação e aproveitamento de estudos. O aluno oriundo de escola estrangeira terá sua matrícula condicionada ao órgão superior que cuida da equivalência de estudos.

Ao término dos cursos, serão expedidos certificados de conclusão. Quando se tratar de término de uma habilitação plena, a Escola está autorizada a expedir o diploma de técnico que será registrado no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura⁷⁸.

As petições feitas por qualquer elemento da escola sã se

73. Marluce MEDEIROS, Organização Racional do Trabalho e a Educação, Educação e Sociedade, 16:16.

74. Art.105 a 107 do RCEESG; art.109 a 111 do RCEEPSG.

75. Art.108 do RCEESG; art.112 do RCEEPSG.

76. RES.SE.nº 122, de 12/12/78. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º graus-Ementário. Vol.VI (atualização), p.196.

77. Art.109 a 116 do RCEESG; art.119 a 120 do RCEEPSG.

78. Art.117 a 122 do RCEESG; art.121 a 127 do RCEEPSG.

rão encaminhadas aos órgãos superiores devidamente informadas pelo diretor da Escola, e deverão seguir a linha hierárquica⁷⁹.

Por fim, os assuntos não previstos no Regimento Escolar serão encaminhados e resolvidos pelas autoridades competentes⁸⁰.

A leitura analítica do Regimento Comum das Escolas Estaduais revela que as decisões são tomadas a nível de Secretaria da Educação e repassadas à Escola através de determinações feitas aos Diretores, por Resoluções e Comunicados. A nível de sala de aula, as decisões são tomadas por professor ou grupo de professores. Por conseguinte, as decisões são tomadas sempre na linha vertical, do superior sobre o subalterno.

Conclusões

Ao longo desses anos verificou-se que as atividades realizadas no Sistema Estadual de Ensino, por força da LDBEN 4024/61, foram tentativas de se instalar a Escola Estadual mais autônoma, mais criativa e inserida na realidade social. O início da década de 60 marcou um período de escolas experimentais; contudo, a partir de 1968, no momento em que a Educação passou a ser atrelada ao desenvolvimento econômico (Lei Estadual 10.125/68), qualquer tentativa no sentido de inovar foi tolhida. Os ginásios vocacionais foram extintos; os ginásios comuns (secundários) foram transformados em pluricurriculares, porém nunca foram instalados como tais, por falta de verba e recursos. A Política Educacional adotada começou a retirar das escolas a sua autonomia de decisão e, portanto, a sua criatividade.

A partir de 1969 teve início a descentralização de servi-

79. Art.123 do RCEESG; art.128 do RCEEPSG.

80. Art.127 do RCEESG; art.132 do RCEEPSG.

ços da Secretaria da Educação, através da criação de Divisões Regionais de Educação, atuais, Divisões Regionais de Ensino. Não houve, no entanto, a descentralização para as decisões pedagógicas. Estas permaneceram no órgão central.

Em 1972 ocorreu a instalação do Sistema de Assessoramento da Secretaria da Educação e com ele, a instalação oficial da tecnocracia no Sistema Estadual de Ensino. O principal objetivo desse órgão era preparar a implantação da Lei Federal 5692/71. A força tecnocrática cresceu e tomou corpo definitivo, por ocasião da reorganização da Secretaria da Educação em 1976, através do Decreto 7.510/76. Foram criados órgãos junto à Secretaria da Educação: ATPCE-Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacionais; CENP-Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas; DRHU-Departamento de Recursos Humanos; CEI-Coordenadoria de Ensino do Interior; COGESP-Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo. Junto à Divisão Regional de Ensino foi criada a Equipe Técnica de Supervisão com a finalidade de subsidiar a ação dos supervisores de ensino que atuam nas Delegacias de Ensino e que foram encarregados de passarem às Escolas, as determinações sobre a reforma. A divisão de cargos e funções em órgãos especializados, nos vários níveis do Sistema Estadual, fortaleceu o controle administrativo e pedagógico nas escolas.

Ainda em 1972, foram tomadas medidas para iniciar a implantação da reforma nas escolas estaduais. Foram autorizadas classes de 5ª e 6ª séries nos antigos grupos escolares; os grupos escolares-ginásios (GEGs.) foram transformados em escolas completas de 1º grau. A primeira medida mencionada fez aparecer a figura do professor "itinerante", pois ele começou a se locomover de uma para outra escola a fim de continuar lecionando suas aulas e manter a sua remuneração na base de "hora-aula", e não na base de salário.

A implantação da L.F.5692/71 só ocorreu a partir de 1976,

quando o governo utilizou o Ato Institucional nº 8. Ela se transformou em ato de força e gerou descontentamento e reações de alunos, professores, funcionários, comunidade. Alunos reagiram à redistribuição compulsória e ganharam o direito de opção e permanência na escola de origem; os professores também se revoltaram contra o sistema de remanejamento compulsório e ganharam o direito de retorno à escola de origem, quando houvesse vaga; especialistas em Educação impetraram mandados de segurança para não perderem seus postos nos cargos que lhes eram de direito.

A redistribuição da rede física foi benéfica para os alunos no sentido de possibilitar o atendimento desses alunos o mais próximo de suas casas e, possibilitar ainda, à escola, organizar o seu trabalho levando em conta a realidade social de seus alunos. Foi benéfico, também, o "modelo pedagógico", o qual determinava o número máximo de 35 alunos por classe, numa época em que havia até 60 alunos em classe noturna dos antigos ginásios e colégios. Contudo, essa mesma redistribuição de rede física deu fim aos grupos escolares, ginásios, colégios, transformando-os nas atuais escolas de 1º grau, de 2º grau, ou ainda, de 1º e 2º graus, os ginásios industriais foram extintos. Por conseguinte, muitos professores tiveram número de aulas diminuído ou extinto. Aumentou o número de professor "itinerante"; desta vez, até os efetivos passaram a completar suas aulas em mais de um estabelecimento de ensino. Aqueles que não conseguiam, ficavam na sede de lotação percebendo apenas pelo fixo de seu ordenado, sem a remuneração das chamadas "aulas excedentes". Os professores não efetivos, admitidos, ou contratados pela CLT, em situação idêntica a dos efetivos (sem aula) foram dispensados. A redistribuição da rede física, favoreceu os alunos, mas não ajudou os professores, porque gerou o desemprego. Não foi acompanhada de uma política mais criteriosa com relação aos professores. Teve início o período conturbado para as escolas

e para a Secretaria da Educação, através de mandados de segurança impetrados por professores, principalmente os regidos pela CLT-Consolidação das Leis Trabalhistas. O medo do desemprego gerou a insegurança e esta, a questão judicial.

A situação interna das escolas não era menos conturbada. Diretores dos antigos grupos escolares e das antigas escolas médias passaram a dirigir escolas de 1º grau ou de 1º e 2º graus. Na maioria dos casos, tendo em vista o critério adotado para permanência na Direção (de maior tempo de serviço ao Estado) a experiência profissional dos Diretores não coincidia com a realidade da nova escola que dirigiam; eles exerciam suas funções de acordo com o que faziam antes da "reforma". Os concursos públicos para ingresso e remoção foram acelerados e a troca de professores ocorria até duas vezes por ano; somente a partir de 1980 essa situação se normalizou e passou a ocorrer anualmente. Em virtude de um calendário escolar imposto pelo órgão central, com uma carga horária máxima de trabalho, ficou difícil reunir o pessoal da escola, periodicamente. Sem possibilidade de reuniões semanais ou quinzenais, não havia condições de integração entre o pessoal. Na verdade, apesar da nova nomenclatura, as escolas pareciam um amontoado de pequenas escolas (grupo escolar mais ginásio). Sem as reuniões para estudar, programar uma ação conjunta, avaliar os resultados e reajustar a programação de ensino x aprendizagem, este tendeu a zero. O caos estava estabelecido.

Quanto ao 2º grau, especificamente, a instalação ocorreu em 1977 com a 2ª série profissionalizante. No entanto, a opção prematura dos alunos, a falta de preparação dos professores, a ausência de mercado de trabalho e ainda, a precariedade de condições materiais e humanas das escolas, fizeram com que o Conselho Estadual de Educação procurasse uma situação conciliatória e estabelecesse cursos de Formação Profissionalizante Básica (FPB), a fim de se

cumprir a obrigatoriedade da Lei Federal. Obrigatoriedade esta que mais tarde foi abolida pelo próprio Governo Federal, através da Lei 7044/82.

A implantação da L.F. 5692/71 pretendia acabar com a dicotomia das escolas transformando todos os colégios em escolas de 2º grau. No entanto, por falta de verbas, equipamento, preparo de pessoal, os cursos de 2º grau se aglutinaram em torno das antigas escolas, da seguinte maneira: a habilitação para o magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau e cursos do setor terciário de produção foram instalados em sua maioria, nas antigas escolas secundárias (ginásio, colégio, escola normal); as habilitações plenas e parciais do setor secundário de produção foram mantidas nas antigas escolas industriais; o mesmo aconteceu com os cursos específicos do setor primário de produção que ficaram mantidos nas antigas escolas agrícolas. Os cursos de Formação Profissionalizante Básica foram instalados em qualquer tipo de escola de 2º grau. Assim, não obstante a legislação abolir a dicotomia entre escolas secundárias e escolas técnicas, o funcionamento, de fato, manteve a distinção. A própria Lei, que queria nivelar o 2º grau na profissionalização obrigatória e "terminar" com a dualidade de ensino, acabou gerando essa mesma dualidade no momento em que não criou condições de execução, real, das mudanças pretendidas.

Por outro lado, a implantação da L.F. 5692/71 no Estado de São Paulo, descaracterizou a estrutura das antigas escolas técnicas; todas as escolas foram niveladas por um REGIMENTO COMUM, sem atentar para suas peculiaridades. Interessante ressaltar que, pela legislação anterior, "regimento comum" era obrigatório e próprio do ensino primário; as escolas médias (secundárias e técnicas) tinham suas normas regimentais próprias, portanto, tinham um maior grau de liberdade e autonomia de ação. As escolas técnicas tinham, ainda, a autonomia para decidirem sobre verbas próprias recebidas

diretamente do governo estadual e federal. Com a instituição do Regimento Comum para todas as escolas de 1º grau, a partir de 1977, e com a instituição do Regimento Comum para todas as escolas de 2º grau e de 1º e 2º graus, a partir de 1978, ficou instituída legalmente a "primarização" do ensino, isto é, sua "domesticação". Por força da legislação imposta, as escolas perderam seu poder de decisão, assumiram uma postura "acrítica", "ahistórica", e, por conseguinte, "não criativa". O planejamento imposto surgirá como suporte para sustentação desse "irrefletir" da Educação.

CAPÍTULO II - PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO

Introdução

Numa organização burocrática, toda a ação planejada tem por objetivo assegurar a "ordem administrativa", ou seja, assegurar as normas que pretendem valer para a conduta do quadro administrativo e seus membros. A ordem administrativa é o que regula a ação da associação¹. Portanto, a ação planejada, numa organização burocrática, regula a ação dessa associação.

A organização escolar é uma organização burocrática e, como tal, espera que o planejamento lhe sirva de instrumento da ordem e disciplina. A análise dos documentos oficiais comprova esse ideal. No entanto, a realidade nas escolas revelará a reação dos educadores.

No Estado de São Paulo, a partir de 1968, a educação ficou atrelada ao desenvolvimento econômico e social por força da Lei Estadual 10.125/68. Esse texto legal (19 capítulo) mostra claramente a intervenção do Estado em assuntos educacionais. A partir de 1972 a tecnocracia foi estabelecida no Estado de São Paulo para preparar a implantação da Lei Federal 5692/71. O planejamento escolar passou a ser obrigatório; em 1977 foi instituído o modelo sistêmico para planejamento nas escolas estaduais. Essa imposição foi feita através de treinamento. Os educadores reagiram àquela linguagem específica de empresa. A forma sistêmica foi deixada de lado, porém os educadores ainda se debatem em torno do planejamento escolar, porque este é inserido no contexto burocrático em que a escola está organizada, legalmente.

Neste capítulo será analisada a burocracia escolar e o seu

1. Max WEBER, Economía y Sociedad. Vol.I, cap.I, p.42 e segs.

instrumento de manutenção da ordem - o planejamento, a partir de documentos da Secretaria da Educação, do comportamento dos educadores e, por fim, será analisada uma proposta de participação onde as pessoas envolvidas são sujeitos da ação educativa, são autores do processo educativo.

1. BUROCRACIA

Para Weber, associação deve ser entendida como uma relação social, com regulamentos, e sua ordem garantida pela conduta do dirigente e quadro administrativo. No conceito "ordem" são incluídas normas que valem tanto para o quadro administrativo como para os membros da associação. Essa ordem é assegurada mediante ação planejada para se chegar aos fins propostos pela associação². Portanto, é o planejamento que garante o poder da associação. Poder significa possibilidade de impor sua própria vontade dentro de uma relação social, mesmo contra qualquer resistência. Para tanto, o "poder" exige "dominação". Dominação é a possibilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado grupo de pessoas. Essa dominação ocorre na medida em que existir um conjunto de pessoas com possibilidade de obedecer ao mandato; pessoas que, em virtude de suas atitudes arraigadas, torna essa disciplina pronta, simples, automática. É a obediência habitual das massas, sem resistência, sem crítica³. Quando a dominação se operar através de um quadro intermediário entre o chefe e os membros da associação, esse quadro será chamado quadro administrativo ou estrutura de dominação - burocracia. Weber define burocracia como "meio de transformar uma ação comunitária em ação societária racionalmente ordenada. Portanto, como instrumento de "socialização" das relações de poder, a burocracia foi e é um instrumento de poder de primeira or

2. Ibidem, p.39 e 40.

3. Ibidem, p.43.

dem para quem controla o aparato burocrático"⁴.

Para Weber, a moderna burocracia tem as seguintes funções⁵:

a. Rege o princípio de área de jurisdição através de leis ou normas administrativas. As atividades são propostas legalmente como deveres oficiais. Para executar esses deveres, as pessoas precisam ter qualificações especiais previstas em Lei. Quem dá a ordem para execução desses deveres é a autoridade superior que tem os meios de coerção.

b. A hierarquia é constituída por níveis de autoridade firmemente ordenados pelo mando e subordinação, onde o inferior é supervisionado pelo superior. Uma vez criado o cargo, ele tende a existir, independentemente de quem o exerça.

c. A administração moderna burocrática se baseia em documentos escritos - arquivos. Uma repartição pública se caracteriza por ser um grupo de pessoas exercendo um determinado cargo, e mais os seus arquivos de documentos e expedientes.

d. A administração burocrática pressupõe um treinamento especializado, para dar conta dos deveres, suas anotações e seus relatórios que constituem os arquivos.

e. A atividade oficial exige a plena capacidade de trabalho do funcionário. Este se aliena no serviço, isto é, passa a considerá-lo em primeiro lugar, enquanto a sua vida pessoal se torna secundária.

f. O desempenho das atividades segue regras especiais; o conhecimento dessas regras é um conhecimento técnico especial; envolve jurisprudência.

O funcionário não estabelece uma relação pessoal com o seu

4. Max WEBER, Ensaio de Sociologia, p.264.

5. Ibidem, p.229 e segs.

serviço. Este tem finalidades impessoais e até desumanas (as emoções não entram). Por isso mesmo, quem executa essas finalidades, tem uma "estima social específica"⁶, assegurada pelas normas da hierarquia. A pessoa não vale pelo que é, mas pela função que executa. Ao deixá-la, a pessoa se mistura à massa dos governados, perdendo essa estima social que é específica para quem ocupa o cargo.

Na organização burocrática, todos são "iguais perante a lei"; ela nivela as diferenças econômicas e sociais, pois pretende que qualquer um possa assumir as funções administrativas. Para ocupar o cargo, o funcionário depende de qualificação, exames especiais e da nomeação do seu superior. Esses exames especiais levam à aquisição de títulos educacionais, usados como instrumentos para vantagens econômicas e sociais. Os exames especiais correm o risco, ainda, de determinarem o "monopólio do saber" nas mãos de quem tem a riqueza, pois a educação necessária para aquisição do título exige despesas consideráveis⁷. Além disso, o funcionário nomeado por superior fica na sua dependência e maior subordinação. Por isso Weber é mais favorável à eleição dos funcionários; a nomeação de funcionários por meio de eleição modifica o rigor da subordinação hierárquica, levando a uma maior autonomia⁸.

Na organização burocrática há uma carreira do funcionário. Ele ingressa em postos menores e vai galgando a escala hierárquica, na medida em que vai se qualificando para tal; os postos mais elevados, porém, que são de natureza política, independem de certidões de estudo: é cargo de confiança. O funcionário recebe normalmente o salário fixo e tem auxílio à velhice (pensão). Esse salário não é pago pelo serviço feito, mas por tipo de função e tem

6. Ibidem, p.233.

7. Ibidem, p.278-279.

8. Ibidem, p.280

po de serviço⁹.

Para Weber, quando a burocracia se instala numa organização, torna-se muito difícil destruí-la. A burocracia permanece porque é instrumento de poder. O burocrata está atrelado até a medula na atividade burocrática. Ele se transforma numa peça da engrenagem e sua tarefa é tão especializada que não tem mais controle de todo o serviço. Este é posto em movimento pelos "altos funcionários", pelos que têm o poder de mando. No entanto, pela natureza especializada de trabalho, se o funcionário parar, causará um caos em toda a organização, porque é difícil improvisar substitutos. Os funcionários em conjunto têm interesse em que o mecanismo de suas funções continue e daí, a disciplina do funcionalismo tornar-se a base da ordem. É indispensável que o sistema de funcionários esteja racionalmente ordenado em relação aos fins da organização e continue a operar regularmente, mesmo que sejam mudados os "altos funcionários" (cargos de confiança). Weber chama esse sistema de funcionários de "máquina burocrática"¹⁰. É um instrumento de poder e precisão. O técnico é profissionalmente bem informado e oculta essas informações dos demais. Há um interesse em manter, dessa forma, o poder nas mãos de quem tem a informação. Técnica especializada e a informação oculta eis o poder da tecnocracia.

O ideal de "homem culto", tão característico em educação desde os tempos antigos, qualificava a camada dominante da sociedade em "classe cultural". No entanto, modernamente os sistemas educacionais começaram a lutar pela formação dos especialistas (técnicos) em detrimento do "homem culto". Para Weber, essa luta é marcada pela irresistível expansão da burocracia e pela crescente im

9. Na década de 60, os vencimentos do magistério paulista eram na base do tipo de serviço executado (professores-diretores, etc). Atualmente, o pagamento de salário é feito tendo por base o tempo de serviço e as horas de trabalho.

10. Max WEBER, Ensaio de Sociologia, p.266.

portância dos peritos e especialistas, a fim de manter a racionalização da organização: as atividades ordenadas para fins e valores determinados¹¹. Por serem determinados não são discutidos; valoriza-se a técnica para realizá-los, mas não se discutem os fins. Por isso, a burocracia pode ser usada tanto em regime capitalista quanto em regime socialista. Por não serem discutidos os fins, a burocracia aparentemente é neutra, no entanto, ela não é neutra, é instrumento do Poder.

A burocracia é uma divisão racional de trabalho para se atingir os fins propostos. É rica em formalismo, regras escritas, estrutura hierárquica, impessoalidade. No entanto, pode se tornar irracional quando fugir de sua esfera e atingir outras, a política, por exemplo.

Maurício Tragtenberg avança na análise da burocracia para tomá-la no seu aspecto de dinâmica interna, isto é, na "maneira pela qual ela estrutura suas raízes na sociedade e o princípio em torno do qual ela aumenta o seu poder"¹². Esse estudo mostra como a burocracia passa do quadro intermediário para a dominação automatizando-se ante a sociedade como "poder externo e acima da mesma", como poder político¹³.

Enquanto poder, tem exigências centralizadoras, que separam os centros de decisão dos de execução; o planejamento aparece como instrumento de poder, para manutenção da ordem interna da organização.

2. ESCOLA COMO INSTITUIÇÃO BUROCRÁTICA

Do ponto de vista formal (estrutura) e do ponto de vista dinâmico (funcionamento), a Escola Estadual Paulista é uma insti-

11. Ibidem, p.281-282

12. Maurício TRAGTENBERG, Burocracia e Ideologia, p.189.

13. Ibidem, p.189-190.

tuição burocrática. Tem suporte legal (Leis, Decretos, Regimento); é estruturada em níveis de cargos e funções que formam a carreira do magistério; os profissionais docentes e especialistas em educação precisam ter diploma específico e registro no Ministério da Educação e Cultura-MEC; são nomeados pela autoridade superior, mediante concurso de títulos e provas, incluindo a contagem de tempo de serviço. Ao pessoal administrativo também é exigido qualificação legal e concurso; a nomeação é feita pela autoridade superior.

As atribuições, normas, competências de trabalho, são pré-estabelecidas. Existe todo um aparato burocrático que parte dos órgãos centrais da Secretaria da Educação, passando pela Coordenação de Ensino, Divisão Regional de Ensino, Delegacia de Ensino e atinge as escolas. Todos esses órgãos são subdivididos em tantos outros setores e todos têm seus terminais na unidade escolar. Esta, precisa atender às solicitações, programações, exigências hierárquicas, enviar relatórios, cumprir prazos estipulados pelos vários setores, prestar contas de pequenas verbas de material de limpeza e de consumo; as grandes verbas são repassadas à Associação de Pais e Mestres, cujo diretor financeiro é, necessariamente, pai de aluno.

As decisões educacionais são tomadas a nível de Secretaria de Educação. Não há interesse em sentir as expectativas e possibilidades das escolas; não se discute, em conjunto, o sentido da Educação e como realizá-la na Escola. Do ponto de vista pedagógico e administrativo, não há crítica, nem criatividade; o trabalho educativo é realizado de maneira rotineira e a-histórica. O conteúdo dos diferentes componentes curriculares, é listado pela Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas-CENP, e lançado à rede escolar sob o título de "subsídios". O professor destaca o que mais lhe interessa e apresenta aos alunos sem colocar em discussão ou

verificar a validade e o sentido daquilo que está ensinando. Esse conteúdo passa a ser um conjunto de informações sem sentido para os ouvintes (alunos). Estes, ao final de um certo tempo (bimestre), devolvem tais informações através de provas formais, avaliações regulares; os que não conseguem êxito, abandonam os estudos no meio do caminho, ou são reprovados ao final do ano.

A Escola Estadual, por regimento¹⁴, tem 6 (seis) núcleos de atividades que compõem sua estrutura funcional: Direção, Apoio Técnico-Pedagógico, Apoio Administrativo, Assistência ao Escolar, Instituições Auxiliares da Escola, Corpo Docente. Todos têm direitos, deveres, funções, competências. Os alunos não fazem parte dessa estrutura; fazem parte do processo educativo¹⁵, enquanto membros da instituição. Lembra-se aqui, implicitamente, o conceito de Weber, no que diz respeito à associação e já citado alhures - associação é composta de dirigentes e quadro administrativo. Os seus membros são executores das decisões tomadas pela Associação.

Esse funcionamento propicia a alienação¹⁶ da Escola como um todo e dos elementos nela envolvidos; reforça a dominação dos mais velhos sobre os mais novos, dos superiores sobre os inferiores, dos dirigentes sobre os dirigidos. Excluiu os alunos e faz a Escola voltar sua atenção para a hierarquia a fim de cumprir ordens e deixa de se empenhar com o fundamental que é a relação educador x educando: O trabalho escolar torna-se irracional.

14. Art.4º do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e do Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus.

15. Título III, Cap.III do RCEESG; idem, RCEEPSG.

16. Alienação significa deixar o seu próprio eu, individual, para assumir impessoalmente outro papel; "O eu dirigido por outro". Maurício TRAGTENBERG, Burocracia e Ideologia, p.79 e 199.

3. PLANEJAMENTO ESCOLAR

3.1. Aspectos Políticos

A Educação Brasileira tem tido a função de legitimar a ordem econômica e social determinada pela classe dirigente; a Escola, e especificamente, a Escola Estadual é estruturada legalmente de modo a atender esse interesse. Sô a estrutura legal não basta; há a proclamação do "ideal" através do Planejamento Educacional e Planejamento Escolar. Contudo, o planejamento em Educação está ligado ao planejamento social. Seria ingenuidade de qualquer estudo pretender analisar o planejamento enquanto técnica de organização do trabalho escolar, desvinculada da globalidade social. O seu significado será dado pelo estudo do conjunto social onde o planejamento está inserido. A divisão de estudos em partes exclusivas favorece a ideologia¹⁷ da divisão de trabalho, da alienação do homem em relação à visão global do mundo. Planejamento faz parte do processo social; aparece como técnica social¹⁸ do processo social, isto é, forma histórica de controle social que exige pensamento planejador (apreensão da realidade na sua totalidade); restabelecimento do equilíbrio social; existência de uma agência para exercício do controle centralizado¹⁹.

O planejamento é um processo deliberado de interferir na realidade, ou para mantê-la, ou para inovar. O planejamento aparece como "praxis"²⁰ inovadora quando for um instrumento para a cons

17. "Conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações capazes de explicar e justificar a realidade concreta. Tem a função de realizar a lógica do Poder, ocultando a divisão, a diferença, a contradição". Marilena CHAUI, Cultura e Democracia, p.19 e 21

18. "Por técnicas sociais Mannheim entende todos os métodos ou procedimentos de influenciar o comportamento humano, tenham função conservadora ou inovadora". Luiz PEREIRA, Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento, p.14.

19. Ibidem, p.15.

20. "Praxis é aquela ação que identifica agente, sujeito, condições e objetivos". Marilena CHAUI, Cultura e Democracia, p.18.

trução deliberada da sociedade e da cultura, isto é, quando os homens assumirem a autoria da sua história, do seu projeto de vida e o executarem²¹. Assim sendo, o planejamento brota da realidade a partir do conhecimento dela em sua totalidade.

Quando, porém, a sociedade se caracteriza por ser controlada pelo Estado e pela burocracia estatal, aplica-se a análise weberiana onde "ação planejada" tem por objetivo a manutenção da ordem da associação. Assim sendo, são os dirigentes da associação que estabelecem as diretrizes controladoras da ordem social, fazendo uma divisão entre os que pensam e decidem pelo grupo e os que executam as decisões. Planejamento aparece como instrumento de intervenção estatal sobre o econômico e social. No campo social está incluída a Educação, portanto, planejamento educacional aparece como intervenção estatal na Educação. O planejamento escolar contém em si, as características e diretrizes do Planejamento Educacional, deixando de ser uma proposta coletiva da prática pedagógica realizada na Escola e pela Escola. Esta é a questão fundamental deste capítulo que buscaremos compreender através dos documentos oficiais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e da prática pedagógica ao analisarmos a proposta de implantação do ensino de 2º grau.

3.2. Planejamento Escolar

Por definição do Regimento²², plano escolar "deve programar o processo de escolarização, devendo ser elaborado pelo pessoal técnico, administrativo e docente da escola". Cabe ao Diretor organizar as atividades de planejamento no âmbito da Escola, assegurando sua compatibilização com o Plano Setorial de Educação. O

21. Luiz PEREIRA, op.cit., p.16-17.

22. Art.95 do RCEESG; art.97 do RCEEPSG.

Diretor é o elemento de ligação com o planejamento educacional, na medida em que fornece informações e garante a atualização, exatidão e o fluxo desses dados necessários ao planejamento educacional²³. Por essa determinação regimental, o planejamento escolar é "amarrado" ao planejamento educacional, o que equivale dizer, que é "amarrado" ao Sistema Educacional do Estado de São Paulo. Uma vez que a Escola Estadual Paulista é burocrática, a sua ordem interna é garantida pelo Planejamento Escolar.

Os princípios fundamentais, propostos pela Secretaria da Educação para serem seguidos numa "prática de planejamento e controle administrativos de ensino de 2º grau"²⁴, indicam nitidamente a linha burocrática de dominação através do planejamento. Para a Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional-ATPCE, administrar é processo de dirigir e controlar a vida de uma organização social²⁵. O conceito de administração ultrapassa o de direção porque envolve, também, o "controle". Dirigir é determinar as atividades dos membros da organização; mas administrar é, ainda, controlar e manejar os recursos materiais e humanos a serviço da organização²⁶. Esta é uma visão mecanicista de administração, onde se pretende que as coisas aconteçam com um simples apertar de botões, um simples manejo de recursos, principalmente os humanos. É uma visão coisificada do "ser humano": algo que pode ser manipulado, tal como máquina na fábrica.

Organização é explicada como sendo um grupo humano complexo em busca de metas específicas. A existência da organização resulta da divisão de trabalho na sociedade mais ampla e de proces-

23. Art.79 do RCEESG; art.79 do RCEEPSG.

24. SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional-ATPCE. Melhoria do Processo de Planejamento de Ensino de 2º Grau. 1979, p.9.

25. Ibidem.

26. Ibidem, p.10.

so estabelecidos para coordenar as atividades do grupo. Dessa forma, organização é igual a sistema, que por definição da ATPCE, é um "conjunto em que o todo é maior que as partes"²⁷. Nada explica a não ser que cada membro é subordinado ao todo, ao conjunto. Usando uma linguagem matemática para analisar essa conceituação, pode-se dizer que se trata de um "conjunto vazio", sem sentido.

Novamente o conceito weberiano de "associação" irrompe, no momento em que se propõe a separação entre os membros do grupo (partes) e o conjunto (organização), dado e mantido pelos que coordenam esse grupo.

Para ATPCE, a coordenação se faz, tendo em vista a consecução da meta desejada pela organização. Uma vez que a organização quer (tem como ideal), essa meta se torna prioritária e, por isso, determina as demais relações definindo processos, conferindo as pessoas e coisas, posições hierarquizadas - estrutura. Estrutura, portanto, é definida como inter-relação relativamente estável entre as partes da organização²⁸.

Se estrutura é que confere estabilidade à organização; se esta existe em função das metas desejadas; se as metas são podem ser alcançadas pelo "manejo" dos recursos humanos e materiais, está claro que para manter a organização funcionando há que se determinar sempre o que fazer e como fazer. E é essa a proposta para tomada de decisões definidas como "legitimação de metas". O processo de tomada de decisões "controla a utilização dos recursos do sistema como um todo" e "difícilmente os níveis mais inferiores da organização poderão por si só incrementar as metas estabelecidas". A tomada de decisão deverá ocorrer sempre a nível mais alto, onde há a definição do ideário e da estratégia de trabalho, chegando aos

27. Ibidem.

28. Ibidem.

níveis mais baixos, para operacionalizarem as decisões²⁹.

Fica explícita a divisão de trabalho da organização escolar: um grupo gerencial (dirigente); um grupo operante (quadro administrativo) disposto em linha, sob controle do 1º, para passar as decisões ao terceiro grupo - o executor, que realiza o que foi pensado pelo primeiro grupo³⁰. A integração da organização como um todo é obtida pela cooperação, pela intervenção nos "problemas motivacionais surgidos". A organização é um sistema aberto, dinâmico, por onde circulam as informações entre os elementos estruturados. A informação é um pressuposto da ação de integração; há que se ter por objetivo, "diminuir o quanto possível as interrupções do fluxo de informação". Essa atitude chama-se "controle". Para tanto, estabelecem-se padrões de qualidade e quantidade, acompanhamento da execução, medidas corretivas para restaurarem o circuito de ação, mecanismos de apoio - institucionais, humanos e técnicos³¹.

Finalmente, para a ATPCE, administrar é planejar e controlar, efetivando-se, porém, na medida em que se faz uma análise da estrutura do sistema e do processo de tomada de decisão³².

A ideologia subjacente a tal teoria de administração é baseada na visão do homem incapaz, inseguro, que necessita de alguém ou de um grupo para pensar por ele; a visão de mundo está indicada pela divisão de classe. A teoria administrativa proposta é fundamentada no "taylorismo"³³ não obstante usar das "relações huma

29. Ibidem, p.10-11.

30. Ibidem, p.11.

31. Ibidem, p.12.

32. Ibidem, p.12.

33. Taylorismo é racionalização de trabalho que enfatiza a divisão de tarefa e a especialização, a autoridade administrativa, e o como fazer e não o porque fazer. Princípio básico é a obediência. Maurício TRAGTENBERG, Burocracia e Ideologia, p.72-73.

nas³⁴ para tentar resolver os conflitos organizacionais, bem como, da "teoria sistêmica"³⁵ para explicar o funcionamento da organização escolar. Mudam-se os rótulos, mas não o fundamental.

Após a implantação da Lei Federal 5692/71 no Estado de São Paulo, em 1976, tiveram início os treinamentos de pessoal. Em 1977 e 1978, os treinamentos foram em cima do "planejamento": como fazer para programar o trabalho da Escola. O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria da Educação-DRHU, encarregou-se do treinamento de diretores e assistentes de diretores e a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas-CENP, encarregou-se do treinamento dos coordenadores pedagógicos. O DRHU extraiu a forma de planejar da teoria sistêmica, enquanto a CENP, baseou sua proposta na Escola de Relações Humanas³⁶. A teoria sistêmica prevaleceu quanto à forma do plano escolar e de ensino (do professor). Por essa nova forma, o plano da escola ficou subdividido em programas, sub-programas, projetos e sub-projetos. Todos tinham objetivos gerais, específicos e metas. A marcação era feita por código; os prazos eram determinados por cronogramas de execução. Toda uma linguagem empresarial foi passada às escolas, sem preocupação de serem procurados caminhos próprios que atendessem aos usuários da escola. Esta, estava sendo tratada como um empreendimento fabril, de produção, onde as bases são manipuladas: professores passaram a ser operários operando coisas - aluno. Instalou-se o "espírito de empresa"³⁷.

34. "Relações Humanas" significa agir sobre indivíduos e grupos para provocar neles as atitudes que convêm à empresa. Idem, Administração, Poder e Ideologia, p.21.

35. Teoria Sistêmica é "sistema de comunicação interligado, onde o operário é apenas um decodificador de sinais". Idem, Burocracia e Ideologia, p.88.

36. SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas-CENP. Supervisão em ação, p.25 e segs.

37. Luiz Antonio CUNHA, Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, p.19.

Esses treinamentos pecaram pela "inocência pedagógica"³⁸, pois trataram de discutir "capacitação para fazer", quando deveriam discutir "motivação do educador". Os treinamentos procuraram mostrar ao professor "como se tornar um agente de renovação" e esqueceram de indagar se ele queria executar esse papel e nessa forma estipulada pela Secretaria da Educação - teoria sistêmica. Essa conclusão ficou evidente quando os elementos envolvidos nas escolas começaram a "escrever" um plano para o supervisor passar o visto, e outro para ser executado³⁹.

A Divisão Regional de Ensino de Bauru-DREB, constatou essa realidade através de reuniões com elementos da rede escolar. No documento "Plano Trienal-DREB-1980/1982", expedido em março de 1981, às fls.8, solicitou que o planejamento de ensino contivesse o que o professor iria executar, dispensando o "planejamento paralelo". Esse documento apresentava a definição de Plano Trienal para a Divisão Regional de Ensino de Bauru, o pessoal envolvido, os objetivos e declarava que o apoio a esse trabalho era a própria realidade escolar. Em seguida, estabelecia os 11 (onze) projetos da DREB, e entre eles, o projeto de "revitalização do 2º Grau", com objetivo de aumentar o número de escolas de 2º grau na região, abrir o leque de opções para habilitações e melhorar o nível de

38. M. Amélia GOLDBERG, Por que temos sido, por que talvez continue mos sendo inocentes em Educação? Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, 17:76.

39. "Certa vez fui visitar uma escola de zona rural e solicitei à professora, o seu plano de trabalho. Respondeu-me que estava no armário, mas que o rato havia roído as folhas. Indaguei, então, como ela havia elaborado tal plano. Contou-me que foi numa reunião de professores de escola de zona rural, na sede do município. Fizeram um único plano e o mimeografaram, distribuindo para todas as escolas rurais. Além desse mimeografado já roído, a professora tinha um semanário onde estavam registradas todas as atividades a serem realizadas pela classe, durante a semana, através dos diferentes componentes curriculares. Respondi-lhe que o rato havia feito um bem às crianças ao "comer" o plano único, mimeografado. O importante era o semanário e a partir dele, iria discutir com a professora o seu trabalho". Experiência ocorrida em 1979, na Escola Estadual de Primeiro Grau (Isolada) do Bairro Barra Mansa, Itapuí-SP., quando eu exercia as funções de Supervisora de Ensino junto à Delegacia de Ensino de Jaú.

ensino.

Nesse mesmo documento, ~~na~~ da Divisão Regional de Ensino de Bauru, havia diretrizes para elaboração do Plano Escolar e para o Plano de Ensino. Nele, a Divisão Regional de Ensino de Bauru declarou não ter modelo padrão de plano e recomendou as Delegacias de Ensino que não estabelecessem modelo de plano para suas escolas, porque plano é um problema de cada Escola. Quanto ao plano do professor, recomendou que o mesmo fosse ou não padronizado a nível de escola; porém, no mínimo, deveria ser ⁴⁰:

- "a) objetivo: contendo somente o essencial, nada de supérfluo ou sofisticado;
- b) realista: contendo realmente o que o professor vai dar, dispensando outro planejamento paralelo, como vem acontecendo;
- c) simples: para que qualquer substituto possa entender e executar;
- d) exequível: planejar sempre o que possa ser dado, considerando as várias realidades".

Finalizando, a Divisão Regional de Ensino de Bauru solicitou que os professores elaborassem o seu plano como um verdadeiro instrumento de trabalho e não, para cumprir ou satisfazer determinações superiores ⁴¹.

Por esse documento (n.º 8) oficial, percebe-se que o plano escolar era feito para cumprir ordens, enquanto o plano principal era feito paralelamente.

A implantação de uma nova forma de linguagem para planejamento fundamentada na administração sistêmica encontrou resistência entre professores e diretores. Os professores abandonaram a linguagem empresarial e passaram a elaborar o seu plano de traba-

40. DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BAURU, Doc-PT-DREB, 1980/1982, p. 08 e segs.

41. Ibidem.

lho com quatro itens principais: objetivos, conteúdos, estratégias e avaliação. O plano de Escola, porém, seguiu formalmente os itens determinados no Regimento Escolar: diagnóstico, objetivos e metas, definição da organização geral da Escola, programação referente às atividades curriculares, de apoio técnico, de apoio administrativo, de assistência ao aluno e das instituições auxiliares da Escola - Associação de Pais e Mestres e Centro Cívico Escolar⁴².

Todo plano, além de forma, exige conteúdo a ser trabalhado. Uma vez que os professores deveriam organizar o seu plano de trabalho a partir das listagens - subsídios⁴³, publicadas pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas-CENP, a Divisão Regional de Ensino de Bauru constatou que, ao longo das quatro Delegacias de Ensino jurisdicionadas, os assuntos desenvolvidos nos diversos componentes curriculares eram os mais diferentes possíveis. Por exemplo, em algumas escolas, na 1ª série do 2º grau os professores abordavam História do Brasil, enquanto em outras escolas, na mesma série, era abordada a História da América ou História Geral. A partir daí, a Divisão Regional de Ensino de Bauru organizou o "Planejamento Integrado Regional"⁴⁴, tendo como objetivos "sensibilizar e racionalizar os procedimentos de docentes, especialistas e pessoal administrativo, considerando a melhoria do nível de en

42. Art.95-97 do RCEESG; art.98-100 do RCEEPSG.

43. A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas-CENP, elaborou Proposta Curricular para os diferentes componentes curriculares de 1º e 2º graus. Posteriormente, com o objetivo de complementar tal proposta com materiais instrucionais, elaborou subsídios que foram definidos pela CENP, como "meras sugestões, visando subsidiar a tarefa do professor. A este cabe, em última instância, diante das condições de trabalho e dos recursos existentes, decidir sobre a conveniência de aceitar essas sugestões, ampliá-las ou modificá-las, de modo a melhorar seu planejamento no sentido de atingir os objetivos propostos". SAO PAULO, Secretaria da Educação, Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, Subsídios para a implementação da proposta curricular de Matemática para o 2º grau. p.9.

44. DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO DE BAURU, Doc-PT-DREB/1980-1982.

sino"⁴⁵. Dos onze projetos apresentados, cinco referiam-se a conteúdo programático. Esse trabalho iniciou-se em 1981. Em 1982, a Divisão Regional de Ensino de Bauru, dando prosseguimento ao seu Plano Trienal, organizou um trabalho composto de cinco programas. O número 01 dizia respeito às atividades ligadas diretamente à montagem de currículos. Dentro desse programa, havia um projeto⁴⁶ destinado a conteúdos mínimos. Esse projeto procurou definir uma "listagem" de conteúdos mínimos dos vários componentes curriculares para 1º e 2º graus, com objetivos de:

- a) diminuir os problemas surgidos com os alunos transferidos de uma unidade escolar para outra, ou mesmo de um turno para outro dentro da mesma escola;
- b) garantir um mínimo de conteúdo que atenda às necessidades dos alunos egressos de 1º grau, tanto para os que terão continuidade de estudos, como para os que ingressarão em seguida no mercado de trabalho.

Com esse procedimento, a Divisão Regional de Ensino de Bauru pretendeu unificar as informações culturais transmitidas nas escolas de sua jurisdição, mas deixou a critério delas, a organização final do Plano Escolar. Contudo, os documentos analisados comprovam que o enfoque da Escola ainda estava voltado para a hierarquia, para o quadro burocrático e não para a população atingida por ela: os alunos. Os documentos comprovam, ainda, que a liberdade conquistada quanto ao planejamento dizia respeito tão somente à forma de organização e não ao conteúdo desenvolvido nas escolas. O conteúdo era controlado pelos subsídios de onde saíam as "listagens de conteúdo mínimo" por componente curricular e série, independentemente do interesse, necessidade, expectativas e bagagem

45. Ibidem, p.1.

46. Idem, Doc.02/82, p.5.

cultural⁴⁷ do povo. Os alunos, por sua vez, não se davam conta dessa alienação, não questionavam nada; envolviam-se na realização das provas, acostumados e acostumando-se ao êxito nelas ou ã reprovação. As famílias tinham o mesmo comportamento; ainda permanecia o ideal de Escola como meio de ascensão social e o interesse maior era a obtenção do título acadêmico.

O Planejamento Integrado da Divisão Regional de Ensino de Bauru-DREB, descentralizou o comando pedagógico, "retirando-o" da CENP e assumindo-o a nível regional. Essa atitude revelou uma postura pessoal da equipe de trabalho da DREB e não uma mudança estrutural. O princípio básico de planejamento escolar continuou sendo o mesmo de toda a organização burocrática: planejamento é instrumento de manutenção precária da ordem e da estabilidade da associação. É bem verdade que, desde março de 1983, a Secretaria da Educação do Estado vem tentando modificar esse quadro estrutural, no momento em que se propôs "ouvir as bases". A própria Divisão Regional de Ensino de Bauru e Delegacia de Ensino de Jaú, através das novas equipes de trabalho, têm procurado descentralizar as decisões, reconhecendo a autonomia das escolas. No entanto, este é assunto para outra pesquisa.

4. PARTICIPAÇÃO

O Planejamento Educacional na escola burocratizada, reflete a ideologia da classe dominante e, ao mesmo tempo, reforça essa dominância até chegar ao nível de sala de aula: professor x aluno. Aí, o aluno fica como que equiparado ã máquina, sem voz, sem vez, sem poder escolher o que é bom para ele. Torna-se manipulado por outro,

47. "Bagagem cultural" é entendida aqui como "conjunto de aspira-
ções, sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo
(mais frequentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros".
Lucien GOLDMAN, Dialética e Cultura, p.20.

que é também manipulado (professor) e assim sucessivamente, na escala hierárquica. Como fazer para romper essa estrutura de manipulação e massificação? Individualmente é muito difícil, quer para os alunos, professores, diretores, apesar das contradições do cotidiano. Por isso há necessidade de um trabalho conjunto de coscientização e ação: um trabalho coletivo que desenvolva a participação nas discussões e decisões relativas ao trabalho educativo.

Participar não é reproduzir e executar o que foi preparado por outrem, mas é ter acesso à decisão para produzir e transformar a realidade; assumir o seu destino, ser sujeito de sua história.

Safira B.Ammann destaca três componentes que julga fundamentais para o processo participativo⁴⁸: a produção de bens e serviços; a gestão da sociedade; usufruto dos bens da sociedade.

A produção de bens e serviços constitui a base da sociedade. O homem se relaciona com a natureza transformando-a; se relaciona com os outros homens, produzindo a sociedade. O modo pelo qual o homem se relaciona com a natureza e com os outros, cria a história e determina as relações sociais existentes. Safira Ammann faz uma breve análise do modo de produção ao longo da história, partindo do trabalho individual do artesão até a divisão de trabalho de uma sociedade complexa, onde o operário não vê concluída a sua mercadoria, perde o controle do processo produtivo, ficando a mercê de um grupo que dirige e controla a produção.

A sociedade, porém, não significa só produção de bens, mas transformação de si por si mesma⁴⁹. Isto significa que o ser humano é suficiente para analisar, criticar, decidir suas próprias ações. O ser humano é capaz de planejar e executar o seu trabalho, quer dizer, é capaz de gerir sua própria produção. Ele cria o seu modo

48. Safira B.AMMANN, Participação Social, p.47 e segs.

49. Ibidem, p.50.

próprio de saber e fazer; ciência e técnica com força para a transformação social. Um sistema de produção, de forças e de relações sociais geram tensões e conflitos de dominação e poder. Para evitar a dominação e poder político de um grupo sobre outro, Safira Ammann apresenta a proposta de "livre circulação de sugestões, proposições, direito à crítica e ao protesto, tendo em vista a tomada de decisões, o planejamento e a administração"⁵⁰.

Com relação ao usufruto dos bens produzidos, todas as camadas e todos os membros da sociedade têm direito a ter parte nestes bens produzidos, principalmente aqueles que dizem respeito às necessidades básicas do ser humano: alimentação, moradia, saúde.

Analisando a organização escolar e, particularmente, a escola estadual paulista, verifica-se a reprodução da história da sociedade. Antigamente o professor era um verdadeiro artesão que trabalhava com o aluno por inteiro, isto é, o professor era responsável pelo crescimento de seu aluno e o acompanhava em todas as etapas. Quando a escola foi se transformando em uma organização mais complexa, inspirada na ideologia empresarial, foi exigindo de seus educadores, estudos e trabalho especializados, retendo esses "educadores" em áreas e disciplinas cada vez mais determinadas e estanques em si mesmas. O saber se tornou fragmentado e distanciou-se da visão de "conjunto"⁵¹; os professores já não sentem mais a realização de um trabalho completo, pois cada qual tem visão particular e específica de sua área de atuação. Ainda circula entre eles um falso conceito de "liberdade de cátedra": cada professor é conhecedor absoluto na sua área de saber, sem permitir que outro penetre nessa área, para complementar as informações. Esse concei

50. Ibidem, p.52.

51. "...uma visão de conjunto do homem atual, de suas qualidades, de seus defeitos e por um ideal do que devem ser as relações do homem com os outros homens e com o universo na humanidade futura". Lucien GOLDMAN, Dialética e Cultura, p.19 e 20.

to reflete a ideologia dos "donos do saber", dificulta e impede uma proposta de trabalho conjunto visando a educação do homem como um todo - interdisciplinariedade. Essa fragmentação do saber é estimulada, não só pelos treinamentos especializados, como também, pela visão de trabalho do professor. A Organização Escolar entende que ser professor é "dar aula", e por conseguinte, não cria condições para o professor poder estudar, refletir, reunir-se aos companheiros e programar um trabalho em conjunto. Educadores e educandos ficam distantes da produção do processo educativo como um todo. Isto significa que educadores e educandos ficam na posição de "não fazer" e "não criar" a educação, mas apenas reproduz⁵²-la em determinados setores - componentes curriculares⁵², arcando com as incoerências; os "educadores" são levados a se especializarem cada vez mais, através dos treinamentos que abordam conteúdos e técnicas desses componentes curriculares e não, o sentido deles para a educação, para o processo de desenvolvimento do espírito crítico e criativo a fim de intervir na realidade, transformando-a. A escola não tem realizado esse trabalho e os alunos não têm sido solicitados a criarem em conjunto com os professores, o trabalho educativo.

O Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau e de 1º e 2º Graus, determinam que professores, funcionários, pais e alunos, através de seus representantes façam parte do Conselho da Escola, órgão consultivo; as decisões, porém, são de competência da própria Direção da Escola. Isto significa que a gestão da escola, por parte dos elementos nela envolvidos fica, de fato, na dependência legal do Diretor; os alunos maiores de 18 anos têm direito de participarem do Conselho Deliberativo da Associação de Pais e Mestres (APM), mas não têm direito a voto nesse Conselho; o Cen

52. Componentes curriculares são todas as atividades, áreas de estudos e disciplinas que compõem o quadro curricular de um curso.

tro Cívico Escolar é órgão que congrega todos os alunos da Escola, mas não é órgão de representação dos alunos junto à Direção e Corpo Docente, no sentido de reivindicar a participação no trabalho educativo. Aos alunos não é permitida a participação nos Conselhos de Série/Classe, "estamento professoral"⁵³ onde há troca de informações sobre os alunos: seu comportamento individual e social, seu aproveitamento, problemas e deficiências. São esses Conselhos de série/classe que decidem a promoção, retenção ou recuperação dos alunos. A participação dos alunos nesses Conselhos, através de seus representantes significaria o "mais alto grau de maturidade, abertura, espírito crítico e sentido comunitário"⁵⁴ existentes na Escola, mas isso não acontece.

Tendo em vista que a organização escolar ainda é centralizada em provas e avaliações para indicarem o êxito dos alunos, é exatamente aí que vamos analisar o usufruto dos bens "produzidos" na Escola. E é no resultado obtido pela maioria dos alunos que se comprova que os mesmos não estão usufruindo da escola. Pelo contrário, os alunos não conseguem acompanhar um ensino alienado e sem sentido para eles. A grande maioria é reprovada ou evade-se da Escola; as estatísticas mostram essa realidade⁵⁵, principalmente com relação aos alunos do período noturno. A maior reprovação e evasão escolar do período noturno explicam-se pelo fato de a escola, reprodutora das contradições presentes nas relações sociais de classe, não atingir os alunos que a frequentam, principalmente os alunos que trabalham durante o dia e estudam a noite. Nesse con-

53. Antonio Muniz RESENDE, O saber e o poder na Universidade: Dominação ou Serviço?, p.82

54. Helena M.B. ALBERTINI e Milton José de ALMEIDA, A participação do aluno no processo educativo: uma experiência concreta. Educação e Sociedade, 11:105.

55. Marcelo AULER, "Cursos Noturnos mantêm baixo nível de ensino". Folha de São Paulo. 08/08/82. "Pedagoga mostra quadro negro do ensino público". Folha de São Paulo, 25/07/82.

texto, os alunos provenientes de classe média e alta, conseguem a acompanhar o esquema escolar, muito mais pelo seu "capital cultural"⁵⁶ do que pelo próprio trabalho da escola⁵⁷.

Os educadores, em geral, aceitam a teoria da participação, porém a prática mostra a vivência do autoritarismo em todos os níveis.

Conclusões

Ao analisar a organização escolar estadual em sentido amplo, verifica-se que se trata de uma organização burocrática, não só pela estrutura, mas pelo seu funcionamento, chegando a burocracia a tomar conta de toda a organização⁵⁸ e a exercer as funções da classe dominante.

Nesse contexto, a unidade escolar reproduz, dentro de si, o quadro burocrático para manutenção da ordem e do poder. A unidade escolar reproduz, internamente, as relações de dominação existentes fora dela, bem como suas incoerências. A administração educacional, em geral, e a escolar, em particular, estão presas aos princípios que regem a administração fabril, tendo uma visão coisificada de homem e de mundo ao administrar, dirigir (direcionar) e controlar a ação.

Planejamento é técnica social e faz parte do processo social, das relações que acontecem entre as pessoas; o seu sentido é dado pelo conjunto social onde planejamento está inserido. Pode ser inovador e não-inovador, desde que os homens que atuam ne

56. "Capital cultural é bagagem cultural que as crianças trazem para a Escola".

57. Lia FUKUI, Efigênia SAMPÍO, Lucila BRIOSCHI, Escolarização e Sociedade: um estudo de excluídos da Escola. Educação e Sociedade, 11:72 e segs.

58. Iredes CARDOSO, "Burocracia afoga em papel escolas da rede estadual". Folha de São Paulo, 25/12/83, p.18. "Burocracia entrava funcionamento de escolas agrícolas. Folha de São Paulo, 31/12/83, p.21.

le sejam, respectivamente, sujeitos ou objetos da ação; autores ou atores da história. É ingenuidade desvincular o estudo de planejamento educacional da globalidade social em que está sendo trabalhada a educação. Dessa forma, sendo a organização escolar burocratizada, o planejamento passa a ter sentido de instrumento pelo qual o grupo gerencial (órgãos centrais da Secretaria da Educação) passa às escolas as ordens e direções do trabalho educativo.

Esse sentido está explícito nos documentos da Secretaria da Educação e da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional-ATPCE, bem como, nos treinamentos executados a nível de Delegacias de Ensino e de Escolas para docentes e especialistas em educação.

Os educadores, a nível de unidades escolares reagiram às imposições formais referentes ao Plano Escolar, criando um planejamento paralelo - um plano para as autoridades verem e outro para ser executado. A atitude dos educadores obrigou a hierarquia a aceitar os planos feitos a partir da realidade da sala-de-aula. No entanto, essa reação, por si só, não indica que está havendo participação no processo ensino x aprendizagem pelos elementos nele envolvidos; que esses elementos estão sendo sujeito da prática pedagógica.

Considerando participação nos seus três aspectos (Safira Ammann): produção, gestão e usufruto dos bens; e, considerando a estrutura e funcionamento da Escola Estadual de 2º Grau, conclui-se que a participação existente a nível de escola é controlada pelo regimento (âmbito legal) e pelo planejamento (âmbito ideal) que é ligado às diretrizes e metas da Educação, determinadas pelo Estado.

Tanto nos documentos da Secretaria da Educação, quanto no Regimento Comum das Escolas Estaduais de 2º Grau, como no Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus, fica explícito que

a escola é um órgão de execução; direção de escola é definida como um "núcleo executivo". Foi retirada da escola a sua autonomia para refletir a educação, a sua condição legal de "autora" da educação; contudo, é dentro da escola que está a contradição dessa proposta burocrática garantida pelo planejamento escolar. Dentro da escola estão as forças de contradição - educadores e educandos; ambos constituem uma realidade capaz de bloquear essa estrutura de poder e criar condições para novos rumos em Educação.

CAPÍTULO III: A REALIDADE DA ESCOLA - O CASO DE PEDERNEIRAS

Introdução: O caminho percorrido

Se, de um lado, o planejamento educacional tem se mostrado instrumento de dominação da Escola e do trabalho realizado, essa mesma Escola tem em seu interior forças capazes de contrariarem essa estrutura de poder. É bem verdade que há dificuldades para que essas forças possam ser liberadas, mas não é impossível.

A experiência que será relatada mostrará o que um grupo de pessoas e profissionais tentou realizar em termos de busca da criatividade e autonomia dentro de uma Escola Estadual: os avanços e recuos dessa liberação; as mudanças estruturais; o esvaziamento da Escola; a reconstrução pedagógica.

Esse estudo crítico abordará o trabalho realizado no período de 1969 a 1982, no Colégio e Escola Normal Estadual (CENE) "Anchieta" de Pederneiras, atual Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Anchieta" de Pederneiras, pertencente à sub-região da Delegacia de Ensino de Jaú, região da Divisão Regional de Ensino de Bauru.

Explica-se a faixa de tempo pelos fatos desenvolvidos e que puderam ser agrupados, pela pesquisadora, em três momentos:

- a) de renovação pedagógica: período de 1969 a 1975
- b) de força burocrática: período de 1976 a 1980 (implantação da Lei Federal 5692/71)
- c) da reconstrução pedagógica: a partir de 1981, retorno às raízes pedagógicas-redescoberta da criatividade

Os dados foram extraídos de atas de reuniões de professores, alunos, funcionários, pais; atas de resultados finais de alunos; depoimentos; observação assistemática dos fatos.

Pode parecer estranho falar-se em "realidade da Escola" e, em seguida, apresentar um caso particular. Contudo, sendo o Sistema Educacional do Estado, centralizado, as características estru-

turais são as mesmas nas escolas estaduais, portanto, ao invés de se descrever a realidade das escolas em geral no Estado de São Paulo e em seguida fazer uma proposta de como "deveria ser" cada escola, optamos por analisar o caso particular de uma escola estadual de Pederneiras que, ao procurar o seu próprio caminho de autonomia, vai mostrando o reverso da medalha que é o autoritarismo educacional manifestado pela administração e organização escolar, bem como, pelo autoritarismo arraigado em cada pessoa ao longo dos anos.

Como uma escola estadual, ligada ao Sistema Estadual de Ensino consegue se autodeterminar? Em que condições executa as suas atividades? Como suportou o peso da implantação da reforma em 1976?

O relato do "dia-a-dia" da EEPSG "Anchieta" irá mostrar a emergência da liberdade que se traduz pelo espírito crítico, criativo, de decisão e participação na realização dos trabalhos escolares; irá mostrar o relacionamento dessa escola com a comunidade e o trabalho de educação dos pais. Irá clarificar a função do diretor de escola em toda essa caminhada.

1. DA RENOVAÇÃO PEDAGÓGICA

1.1. Realidade da Escola em 1969

O então Colégio e Escola Normal Estadual "Anchieta" de Pederneiras até 1969 apresentava uma rígida estrutura de funções bem definidas e determinadas, cujo poder de decisão estava concentrado nas mãos da Direção. As poucas reuniões havidas de professores¹ continham em sua pauta, leitura de ofícios e correspondências, ordens de serviços, programas já prontos para as atividades extra-classe. As sugestões para resolver problemas pedagógicos eram fei

1. EEPSG "ANCHIETA", Livro nº 2 de Ata de Reunião de Conselho de Professores.

tas na linha e de solicitação de mais energia por parte dos professores e de punição aos alunos indisciplinados.

Direção, professores e funcionários executavam o seu serviço individualmente, como se fossem departamentos estanques. Bons profissionais, porém, não se colocavam em conjunto para discutir a educação e ação educativa mais ampla para a Escola e mais próxima do aluno: as ordens superiores (dos órgãos centrais) determinavam que o programa fosse cumprido; não havia tempo especificamente destinado às reuniões periódicas de professores, a não ser as obrigatórias por lei.

O trabalho em sala de aula era tão estanque que numa reunião de corpo docente e direção, realizada em 04/08/67, não foi aprovada a idéia de reunirem os pais para tratarem de assuntos relacionados ao aproveitamento de alunos. O grupo preferiu sugerir que a Escola se comunicasse com a família por meio de carta².

As classes eram organizadas pelo critério de homogeneidade quanto ao resultado final de aprovação: as primeiras classes do período da manhã eram compostas de alunos com melhores notas de aprovação; os menores, os mais lentos (os de notas mais baixas), os repetentes e os transferidos de outras escolas, formavam as classes do período da tarde; à noite, os alunos também eram colocados em classes homogêneas quanto ao aproveitamento e procedência de outras escolas. Os alunos das classes mais fracas que conseguiam boas notas durante os bimestres ganhavam o "prêmio" de serem remanejados para as classes mais adiantadas, da mesma série.

O pressuposto para essa estrutura de sala de aula era de que os professores poderiam organizar melhor o seu trabalho com os alunos, podendo dessa forma, atender as suas individualidades. No entanto, ao analisar os resultados finais de aprovação e reprova-

2. Ibidem, p.13.

ção, os quadros indicam que havia maior número de reprovação nas classes "mais fracas". De sorte que, as limitações individuais nunca foram atendidas nesse tipo de classe. Os alunos das classes mais adiantadas se achavam os "mais sabidos", os "intelectuais"; os de classes mais atrasadas eram considerados "burros" pelos próprios colegas e assim acabavam se sentindo. A relação social entre alunos era de competição; a violência deles se manifestava contra móveis e utensílios escolares; palavrões apareciam escritos nas paredes e portas. O regime disciplinar acionado era o de castigo e/ou suspensão das aulas.

Havia rigidez quanto ao uso obrigatório de uniforme por parte dos alunos. A verificação era feita na entrada das aulas, por um funcionário. Os alunos entravam no prédio, um a um, em silêncio e passando pela revista. Caso não portassem o uniforme completo, eram retirados da fila e proibidos de entrarem em aula³. Esse procedimento era comum nas Escolas Estaduais da época.

Ao adentrarem no prédio, os alunos se dirigiam para as respectivas salas de aula e se sentavam, obrigatoriamente, nos mesmos lugares, todos os dias; as carteiras eram pregadas no chão, uma atrás da outra. Tudo bem organizado e nos seus devidos lugares. Os alunos deveriam fazer a sua parte, isto é, aprenderem. Essa filosofia de trabalho ficou clara, quando, na reunião de pais⁴, os professores expuseram sua proposta: "o aluno estuda, aprende e passa de ano"⁵. Esta proposta refletia o modo de pensar do grupo de professores da época, o qual passava ao aluno o ônus da aprendizagem, como se esta fosse um ato único e unilateral.

3. A legislação sobre uniforme sofreu várias transformações até culminar, recentemente (ano de 1983), com a sua eliminação de uma vez por todas.

4. Por obrigatoriedade da Secretaria da Educação foi criada a Associação de Pais e Mestres no Cene "Anchieta", em 03/03/69.

5. EEPG "ANCHIETA", Ata de reunião de Pais e Mestres, Livro nº 02 da A.P.M., p.4-verso.

1.2. Início da mudança

Em fins de abril de 1969, em decorrência do concurso de remoção, a Direção da escola foi mudada. A atitude inicial assumida foi de observação dos acontecimentos, conversas com alunos, professores, pais, funcionários. Baseada em sua experiência anterior, fez algumas mudanças de imediato: aboliu as filas. Os alunos eram livres para transitarem pela Escola, porque precisavam aprender que ali era um lugar de convívio, não de repressão⁶. Essa atitude valorizou os alunos enquanto pessoas e não pela aprendizagem que faziam ou deixavam de fazer. Em seguida, para a reunião de pais e mestres marcada, a Direção convidou os alunos para participarem. Alguns poucos que compareceram assistiram aos debates sobre o sentido da Educação e método de trabalho da nova Direção da Escola, que era basicamente ensinar o aluno a aprender, e não a "ter a matéria" lecionada. Tudo fazer com muito carinho e amor. Ao final, os professores solicitaram que os alunos fossem excluídos desse tipo de reunião⁷. Essa participação só retornou mais tarde no momento oportuno, especialmente preparado e criado para isso.

As carteiras nas salas de aula foram despregadas do chão a fim de facilitarem os possíveis grupos de estudo; os castigos foram abolidos e a suspensão de aulas, como forma de punir, diminuiu de frequência e intensidade, porém, perdura esporadicamente até hoje.

6. Com a chegada de alunos pequenos em 1976 (1ª a 4ª série de 1º grau) tentou-se manter o esquema de "trânsito livre", mas ainda não foi conseguido pela Escola. Os pequenos entram em fila, porém, não com tanta rigidez.

7. A experiência de participação de alunos em reunião de Pais e Mestres foi vivida no Ginásio Estadual de Macatuba com bons efeitos para todos. Baseada nessa experiência a Diretora trouxe a inovação para Pederneiras, mas foi rejeitada. Reunião realizada em 09/05/69, Livro 02 da APM, p.7.

Não podendo abolir o uniforme por causa da obrigatoriedade legal, os alunos foram consultados sobre os acessórios que poderiam ser mudados; assim, os alunos foram atendidos quanto à escolha de sapato ou tênis, agasalhos de frios (tipo, cor).

A pauta de reuniões de professores foi mudada. Os assuntos relativos a ensino e aprendizagem foram colocados em discussão, culminando com as decisões do grupo. Em virtude de haver dois ou três professores da mesma disciplina, começou a surgir a necessidade de se fazer um planejamento conjunto, a fim de haver maior entrosamento. Os professores passaram a discutir entre eles, técnicas de trabalho, tais como, estudo em grupo, pesquisa, excursões, atividades extra-classe. Tudo isso já era feito antes de 1969, porém muito mais pelo esforço pessoal de alguns professores e da Direção do que como organização interna da Escola⁸.

Aproveitando a Semana da Escola - agosto de 1969 - foi discutido e preparado o trabalho em torno de um tema⁹. Foi a primeira experiência de trabalho coletivo envolvendo professores e alunos desde a preparação até a execução. Estava fixado um ponto importante de mudança: desenvolver o espírito de conjunto entre os elementos envolvidos na Escola, a fim de que fosse percebido que trabalho educativo é trabalho de todos e não, unilateral, como anteriormente havia sido exposto aos pais.

Outro ponto importante surgido desse trabalho na Semana da Escola foi a possibilidade de o grupo decidir e executar suas tarefas, sem recebê-las já planejadas e prontas para serem executadas.

No início do ano letivo de 1970 foi possível alterar o cri

8. Na década de 60, a Escola apresentou grandes atividades: Orfeão Escolar, Demonstração de Ginástica, Feira de Ciências de Pederneiras. Para esta Feira vinham visitantes de toda a região.

9. EEPG "ANCHIETA", Livro 02 de Ata de Reunião de Conselho de Professores, p.41-verso.

tério de organização das classes. Estas passaram a ser heterogêneas quanto ao aproveitamento. Assim sendo, respeitada a escolha de período, havia em cada classe, aproximadamente, 25% de alunos com as melhores notas, 50% com notas medianas, 25% com notas mais baixas. Havia três interesses para esse critério: fazer com que os alunos "mais fortes" auxiliassem os "mais fracos", através de serviço de monitoria e estudo em grupo; estimular a cooperação, através da convivência e tentar eliminar o conceito de classe de "elite" e classe de "pobre" na formação das classes de alunos. Houve relutância por parte dos pais e dos alunos, acostumados às classes homogêneas, contudo, o critério de heterogeneidade foi mantido e é mantido até os dias de hoje.

Com a chegada de novos professores e mudanças na estrutura e funcionamento das reuniões pedagógicas, os professores da Escola passaram a ter uma atitude mais ativa nas discussões e chegaram à conclusão de haver necessidade de reuniões de professores periódicas e quinzenais, bem como, reuniões de pais e mestres para a procura conjunta de soluções aos problemas dos alunos¹⁰. Sem as reuniões seria muito difícil levar em frente um projeto coletivo de educação. As reuniões do 2º semestre foram marcadas por textos de reflexão que serviram de pano de fundo para a discussão principal sobre o papel do professor, a realidade dos alunos, a consciência de si mesmo e suas possibilidades de realizações. Consolidou-se um tipo de trabalho em equipe dos professores e a necessidade de se propor aos alunos estudos de textos para refletirem sobre a vida, suas expectativas, suas esperanças em relação à Escola¹¹. Era o início da reflexão sobre a participação de alunos no trabalho educativo, outro ponto de mudança na renovação pedagógica.

10. Ibidem, p.48.

11. Ibidem, p.54.

A partir das reuniões, houve maior incentivo ao teatro e a livre criação dos alunos, com apresentação de peças e esquetes durante o recreio e nas festas escolares.

O novo estilo de trabalho aproximou a Escola dos pais e da comunidade¹².

O trabalho em equipe, iniciado em 1969 e consolidado em 1970 modificou a organização didática da escola, que passou a ter interesse no crescimento pessoal dos elementos envolvidos na educação.

Na avaliação das atividades do ano de 1970, analisando o planejamento e sua execução, os professores e a Direção chegaram às seguintes conclusões¹³:

1. havia falta de um Assistente Pedagógico para acompanhar a realização do planejamento;
2. a realização dos alunos foi positiva;
3. houve maior diálogo entre professores e alunos;
4. as violências diminuíram, pois a destruição de carteiras e material didático foi menor que em anos anteriores;
5. as reuniões periódicas de professores deveriam ser mantidas;
6. deveria ser mantido, também, o critério de heterogeneidade na formação das classes, em 1971.

A mudança pedagógica não podia ser imposta à força, mesmo que fosse em nome da liberdade. Era preciso que o corpo docente e administrativo, após reflexão, discussão, atuação, revisão, aceitassem mudar. Isso começou a acontecer a partir da participação de professores nas decisões da Escola, bem como, a partir de reuniões de funcionários administrativos para decisão na sua área de atuação.

12. EEPSPG "ANCHIETA", Relatório das Atividades do Ano de 1970. p. 02.

13. EEPSPG "ANCHIETA", Livro 02 da Ata de Reunião de Conselho de Professores, p.56 e segs.

A estratégia de renovação pedagógica foi essa: abrir os canais de participação aos alunos, professores, funcionários e pais.

1.3. Fundamentação teórica e instrumental

O ano de 1971 caracterizou-se pela decisão da linha de trabalho tolerante. Administração com participação de professores e funcionários, estendida aos alunos.

Era preciso discutir o que fazer, como fazer, quando fazer, tendo consciência de que a democracia não se constrói sem desentendimentos, sem contradições. A prática da liberdade não é passiva ou estática; ela é ativa, dinâmica, sempre em mudança (criatividade) e por isso mesmo, esse movimento contém em si, crises e transformações. Portanto, era preciso aceitar os desentendimentos e os desencontros como parte do processo de crescimento.

Decidiu-se que haveria um planejamento conjunto entre professores e Direção da Escola; o planejamento teria o sentido de instrumento de trabalho dos educadores para garantir a unidade entre pensamento e ação; ele deveria ser instrumento da práxis coletiva e inovadora, fugindo do contexto burocrático exposto no 2º capítulo. A Direção indicou e os professores elegeram um professor para ser coordenador de planejamento¹⁴. Sua função era a de pesquisar textos, preparar reuniões das equipes de trabalho docente, reuniões com alunos, com funcionários e pais. Essas tarefas eram executadas aproveitando as horas-atividades¹⁵, sem a professora ter deixado as aulas que ministrava.

14. A professora escolhida havia chegado na Escola no ano anterior; era titular da cadeira de Educação no Curso Normal.

15. Os docentes, além das aulas, poderiam ser convocados pela Direção para horas-atividades prestadas na Escola, além das aulas normais. DECRETO nº 51.575/69 pub. D.O.21/03/69.

Para o trabalho de classe, os professores precisavam de um instrumento mais adequado que servisse para suas anotações e registros de assuntos lecionados, observações de alunos, indicação de estratégias de trabalho, avaliações. O grupo decidiu, no início do ano letivo de 1971, por um novo tipo de Diário de Classe, criado pelos próprios professores e que foi impresso com verba própria da Associação de Pais e Mestres.

Com relação à avaliação, o grupo decidiu que a mesma deveria ser feita, tendo em vista os objetivos propostos para a aula.

Finalmente, havia chegado o momento de se discutir o sentido (objetivo) da Educação e como realizá-la na Escola.

O referencial teórico apresentado foi extraído do CELAM-Confederação Episcopal Latino-Americana, nas conclusões de Medellín, em 1968, capítulo de Promoção Humana: o educando é transformado em sujeito de seu próprio desenvolvimento¹⁶ através de um processo criativo, comunitário, aberto ao diálogo; processo que o capacite a transformar a sua realidade. Os pais não podem permanecer marginalizados desse processo e aos professores cabe a tarefa de ajudá-los a participarem das atividades educativas de seus filhos; cabe ainda, aos educadores, estimularem os pais para que se organizem em grupos de reflexão, estudos, propostas de ação. A valorização do trabalho do educador acontece na medida em que ele se percebe agente de transformação. Por conseguinte, é muito importante pensar a formação do professor. É preciso que ele, ao se preparar para sua função, adquira a consciência social do trabalho e entenda que a educação transcende a instrução. Educação de base, por exemplo, não se limita à alfabetização. Ela é a capacitação do ser humano, como agente de seu desenvolvimento individual, psíquico e como agente na comunidade. A Escola se transforma em centro

16. CELAM, A Igreja na atual transformação da América Latina, p.74 e segs.

cultural, social, espiritual dessa mesma comunidade, num processo dinâmico de experiência renovadora.

A temática da Educação Libertadora, proposta em Medellín, é baseada na auto-educação que ocorre no sujeito, mas por força da vida comunitária, uma vez que todos os seres humanos têm a mesma origem e, portanto, são fraternos. É uma proposta de educação que procura atingir o educando em seus mais variados aspectos de vida, inclusive a vida social: a relação educando consigo mesmo, com a natureza e com os outros, tendo em vista aquela origem comum que é também o seu ponto de chegada. Para tanto, necessita criar e recriar a própria vida e da comunidade.

Com base nesses princípios teóricos, o grupo de professores e a direção da escola passaram a discutir os pontos básicos de planejamento: os objetivos gerais da escola, dos cursos, dos assuntos a serem estudados, das técnicas de trabalho, dos recursos e da avaliação; como trabalharem os conceitos comuns às diversas disciplinas-INTEGRAÇÃO; como localizar os diferentes aspectos da Educação entre os objetivos e conceitos propostos nos diversos componentes curriculares-INTERDISCIPLINARIEDADE; como os alunos poderiam participar do seu processo educativo; como desenvolver a prática do estudo em grupo.

À medida que essas discussões iam se desenvolvendo, os professores iam executando o seu trabalho na sala de aula e na Escola, num movimento dinâmico de reflexão e ação. Este movimento dinâmico foi a garantia de todo o trabalho realizado e suas consequências.

Um novo conceito de escola surgiu ao final de 1971: o de valorização de cada um e de todos; escola como lugar de vivência da liberdade e com responsabilidade: lugar de aprender com liberdade de pensamento e de ação. Para tanto, foi preciso permitir que os alunos chegassem até aos professores; que os professores cres-

cessem junto com os alunos; que os alunos tomassem suas próprias decisões.

Algumas estratégias foram propostas para 1972, tais como, adequar o currículo¹⁷ aos alunos, dinamizar o estudo em grupo, abrir a biblioteca nos diferentes períodos de funcionamento da escola, rever o Calendário Escolar.

O Calendário Escolar deixou de ser um simples cronograma de eventos e passou a ser um CALENDÁRIO-META. Isso mudou todo o funcionamento da Escola, levando, posteriormente, à mudança da sua estrutura interna.

Esse tipo de Calendário Escolar congregava o corpo docente, administrativo e discente em torno de atividades, reunidas em TAREFAS-METAS: situações em que a escola procurava concretizar seus objetivos (ação). Para a execução da tarefa-meta era desenvolvido o tema-objetivo norteador da ação¹⁸.

A partir do Calendário-Meta, professores, pais, alunos e funcionários se reorganizaram e chegaram a conseguir participação nas decisões da escola: uma vez que a escola realizava seus objetivos através da tarefa-meta; uma vez que todos os elementos envolvidos na tarefa discutiam, decidiam e executavam, estava garantida a participação desses elementos nas decisões da escola. As reuniões periódicas foram instrumento importante para essa participação crítica, criativa e coletiva dos elementos envolvidos no processo educativo.

1.4. A conquista da autonomia

1.4.1. A escola se organiza

17. Currículo é o conjunto de atividades pelas quais se realizam os objetivos educacionais propostos: aulas, festas, excursões, teatro, pesquisas, danças, trabalhos artísticos, leitura, grupos de estudo, etc...

18. Ver ANEXO 01: sobre Calendário-Meta.

O Calendário-Meta exigia comunicação entre os diferentes níveis de atuação e, no mesmo nível, entre todos os elementos. O principal grupo de comunicação era formado pelos alunos. A fim de atingir a todos, optou-se por um esquema de trabalho baseado na representação de alunos. Cada classe escolhia dois representantes para serem o elo de ligação entre os professores e Direção.

Ao ser colocada em prática uma tarefa-meta, os alunos representantes eram acionados para formarem o grupo de decisão da tarefa. Antes, porém, um professor por classe, preparava os alunos para a atividade a ser realizada: orientava, punha em discussão, colhia idéias, preparava os representantes para as reuniões de grupo. Surgiu a figura do professor-orientador que também passou a ser escolhido pela própria classe. Professor-orientador e alunos-representantes de classe formavam o pequeno grupo de movimentação das classes. Intimamente ligados, passaram a expressar o sentido da relação ensino-aprendizagem, que é uma relação recíproca entre professor e aluno.

No início do ano de 1972, professores, funcionários e diretores prepararam a recepção de alunos. Quando as aulas se iniciaram, a Escola partiu para outra tarefa - recepção dos pais. Esta tarefa foi preparada pelos professores e alunos, quer quanto à forma de desenvolver a reunião, quer quanto ao conteúdo da mesma. Em consequência, os alunos adquiriram o direito de participarem da reunião de pais e mestres através de seus representantes, com direito a voz e voto¹⁹. Foi uma reunião histórica porque na realidade inaugurava os encontros entre pais, alunos, professores e escola (P.A.P.E.). Nessa reunião analisou-se a atuação da escola, seus objetivos, sua estrutura física, sua higiene, seus recursos didáticos e pessoal docente e administrativo. Todos os participantes

19. CENE "ANCHIETA", Fragmentos de Ata de Reuniões, reunião realizada em 25/03/72.

foram divididos em grupos de estudo, garantindo em cada grupo, a presença de alunos²⁰. Em maio de 1969 os alunos haviam sido excluídos das reuniões de pais e mestres por solicitação dos professores; 3(três) anos depois, os alunos conquistaram o seu espaço e junto com os professores, prepararam o encontro de pais e mestres. Não sō prepararam esta atividade, como estiveram presentes em todas as tarefas-metas e atividades da escola.

O primeiro semestre de 1972 terminou com a execução da Festa Junina. A idēia começou a ser trabalhada em maio, junto às classes, professores, funcionários e Associação de Pais e Mestres. As sugestões foram aparecendo e surgiu a necessidade de uma comissão organizadora para coordenar os trabalhos da festa. Essa comissão²¹ foi formada por um elemento de cada grupo de trabalho, funcionando como elemento de comunicação. As classes jã possuĩam seus representantes. Estes escolheram para representá-los na comissão organizadora uma aluna da 6ª sērie do 1º grau. Ela foi muito atuante na Comissão, inclusive sustentou debate com os mais velhos, alē m de liderar os alunos tanto do 1º grau como do 2º grau. A experiēncia nesse trabalho mostrou que ē possĩvel ao aluno de qualquer curso e idade, quando preparado para isso, atuar junto aos professores, funcionários, Direção. Essa experiēncia vem contrariar o atual regimento comum das escolas estaduais que proĩbe ao aluno de 1º grau participar do Conselho de Escola. Ela mostra, ainda, que a vivēncia da liberdade nō ē prōpria sō dos adultos; essa vivēncia se realiza ao longo da vida, independentemente da idade.

Apōs o 1º semestre, duas crĩticas foram levantadas. A pri

20. Idem, reuniō realizada em 11/04/72.

21. A Comissão Organizadora da Festa Junina de 1972 foi um dos instrumentos que preparou a formaçō do Conselho Tēcnico-Administrativo:CTA,da Escola em 1974.Esse CTA foi criaçō prōpria da escola e funcionava como um conselho deliberativo.

meira dizia respeito à participação de alunos ser necessária em reuniões de avaliação e planejamento; aos poucos os alunos conquistaram sua posição política através da participação na tomada de decisões da escola. A segunda crítica dizia respeito à parada que os professores davam em termos de "programa" a ser cumprido a fim de poderem realizar as tarefas-metas marcadas pelo Calendário. Chegou-se à conclusão de que o fundamental era SABER SE O QUE IA SER FEITO ERA IMPORTANTE PARA A ESCOLA E PARA OS ALUNOS. E essa importância só seria explicitada através do debate nos vários níveis de atuação.

Além da participação na avaliação das atividades gerais da escola, os alunos aprenderam a fazer sua própria avaliação. Ao final do bimestre, cada aluno analisava a sua situação de aprendizagem, seus problemas, suas dificuldades. Em sala de aula, sob a coordenação do professor-orientador, cada aluno preenchia uma ficha de aproveitamento e fazia seu gráfico bimestral²². Depois, indicava o que havia contribuído para o seu sucesso ou fracasso naquele bimestre. Em seguida, todas as informações de cada aluno eram lançadas no quadro-negro e era feita uma síntese da classe e do perfil de aproveitamento. O professor-orientador encaminhava todas as informações aos demais professores da classe para poderem reestruturar o seu trabalho no bimestre seguinte. Casos individuais urgentes eram encaminhados diretamente ao professor respectivo.

Outra estratégia de trabalho docente foi a reunião de alunos em grupos de estudos, dentro da própria sala de aula, aproveitando os melhores como monitores. Essa técnica foi bem aceita pelos alunos, principalmente pelos alunos do período noturno, uma vez que não tinham tempo para estudos durante o dia. E foi no período

22. A ficha individual de aproveitamento do aluno foi criada pela Coordenação de Planejamento, baseando-se na ficha existente na Secretaria da Escola.

noturno que os alunos organizaram o jornal da escola. Tudo era feito dentro da sala de aula, durante aulas de Língua Portuguesa: os artigos, a correção, a datilografia e a mimeografia. Os alunos do período diurno organizaram um grupo teatral: escreveram a peça e a encenaram. Na encenação o próprio grupo foi responsável pela iluminação, sonoplastia, coreografia, etc... Os trabalhos foram realizados independentemente de professores. Foi uma época muito criativa para os alunos e professores.

O II PAPE (Encontro de Pais-Alunos-Professores-Escola) ocorreu no final do ano letivo de 1972, fora da escola, num bosque existente no Campo de Produção de Mudas do Governo do Estado. Esse local foi proposto pelos alunos do Curso Normal, os quais sentiram a necessidade de propor um encontro descontraído onde o objetivo maior fosse o entrosamento, a convivência, a recreação e a reflexão entre pais e filhos. A técnica de preparação seguiu a mesma estratégia de outras atividades: discussão em sala de aula, coleta de sugestões, organização do encontro, preparação do pessoal envolvido, execução e avaliação. Foi garantido às famílias, o transporte até o local que distava aproximadamente 4(quatro) quilômetros da cidade. Algumas famílias fizeram a caminhada a pé; outras preferiram usar a condução. Todas levaram o seu lanche. Pais e filhos participaram de gincana, jogos, danças, brincadeiras, grupos de reflexão. E com eles estavam os professores e funcionários. Foi um dia diferente na vida da escola e marcou um novo tempo de trabalho junto à comunidade e junto aos pais²³.

Animados com os resultados desse encontro-PAPE, Direção e professores chegaram a conclusão de que os pais poderiam se reunir fora da escola, por grupo de bairro ou de rua, a fim de debaterem e procurarem soluções para melhor atendimento dos jovens,

23. Ver ANEXO 02, fotografias do PAPE.

seus filhos. Estava lançada a proposta de NÚCLEOS DE PAIS, cujo objetivo era comprometer os pais na educação dos próprios pais. A escola seria apenas o ponto de ligação entre eles. A proposta foi passada a um grupo de pais que a aprovou e se incumbiu de colocar em discussão com os demais. Em dezembro de 1972 estavam organizados os Núcleos de Pais e foi realizada a primeira reunião, tanto na cidade quanto nos distritos e zona rural.

Em cada núcleo havia um casal responsável, um professor (elo de ligação) e dois alunos (comunicação) encarregados de preparar a reunião, fazerem pessoalmente os convites aos pais, providenciarem o local, enfim, tomarem todas as providências para que ocorresse a reunião. Os locais escolhidos foram os mais variados, desde garagens até salão paroquial. Esses núcleos, aos poucos, formaram verdadeiras comunidades de estudo e proposta de ação educativa²⁴; floresceram até 1975; a partir de 1976, com a nova estrutura da escola dada pela L.F.5692/71, os núcleos foram desativados, à espera de uma nova articulação; as reuniões desde então, voltaram a ser realizadas no recinto da escola. No entanto, enquanto os núcleos funcionaram, excelentes resultados foram obtidos junto aos pais e aos alunos. São citados dois: dos núcleos saíram, por indicação, os pais que concorriam as eleições da Associação de Pais e Mestres; esta passou a ser, de fato, órgão de representação dos pais junto à Direção da Escola. Outro resultado obtido foi a instalação de uma biblioteca circulante no Horto Florestal de Pederneras. Havia ali um núcleo de pais bastante ativo; diante da necessidade de os alunos terem livros para estudarem, porém sem condições econômicas para adquiri-los e sendo o horto distante da cidade (10km, aproximadamente) o que dificultava o uso da biblioteca

24. Ver ANEXO 03, fotografias do Núcleo de Pais.

da escola, foi decidido que seria formada ali uma biblioteca, com livros doados pelos professores; essa biblioteca teria sede na residência do casal responsável pelo Núcleo de Pais; as retiradas de livros seriam feitas pelos interessados e o controle estaria a cargo desse casal. A biblioteca circulante do Horto Florestal funcionou até final de 1975.

Todas essas atividades foram fruto da criatividade desenvolvida nas reuniões semanais de professores e de alunos representantes. Por isso mesmo, a pessoa do Professor-Orientador de classe ficou muito desgastada, tão absorvido nas suas funções e nas aulas que ministrava. Na realidade, os professores passaram a trabalhar tempo integral, sem remuneração a não ser, por 10% de horas-atividades, que equivalia a 02,03 ou 04 horas semanais, além das aulas dadas em classe.

Em 1973, a escola procurou organizar-se de modo mais racional, para permitir uma melhor distribuição de tarefas a cada elemento envolvido. Houve reelaboração dos objetivos da escola, dos cursos, das disciplinas, embora o princípio de educação liberadora (educando, sujeito de seu próprio desenvolvimento) fosse mantido. O Calendário-Meta foi reestruturado e houve redução das tarefas-metas; foram estabelecidas equipes de trabalho docente e administrativo²⁵, com funções pré-determinadas para poderem atender a programação da escola. Os Professores-Orientadores de classe se distribuíram pelas diferentes equipes; ao darem movimento a elas, os professores se distanciaram dos alunos-representantes; sentindo a falha, Professores-Orientadores e alunos-representantes reto

25. As equipes formadas em 1973 foram as seguintes: Direção; Coordenação de Planejamento; Calendário e Tarefas-Metas; Coordenação da Equipe de Orientação; Orientação Vocacional dos Alunos; Orientação de Educação Moral e Cívica; Educação Religiosa; Núcleos de Pais; Representantes de Classes; Higiene e Conservação do Prédio; Promoções; Finanças; Pessoal Administrativo; Coordenação dos Serviços e Instituições Escolares. Extraído do Plano de Escola de 1973.

maram o diálogo e surgiu a proposta de serem criados o Conselho de Professores e o Conselho de Alunos para garantirem a execução das decisões tomadas. A criação desses conselhos sō aconteceu em 1974, após muitos estudos entre professores e alunos.

Ainda em 1973, a escola precisou atender à ordem da Secretaria da Educação e realizar, em dois períodos, o chamado recesso escolar (maio e setembro); como a instituição do recesso escolar ocorreu por força da legislação federal, não havia instruções estaduais a respeito. A programação desses dois períodos ficou a cargo de cada escola. A escola aproveitou para desenvolver estudos entre professores e funcionários; atividades de lazer entre alunos; preparo de reunião de pais-III PAPE (Encontro de Pais, Alunos, Professores, Escola). Para essa reunião, os alunos prepararam o texto a ser estudado pelos pais; puderam dizer de suas necessidades e de suas angústias de jovens adolescentes e juntos com os pais pudessem fazer uma revisão de vida e uma proposta de mudança.

O corpo docente, nesse ano de 1973, discutiu o sentido de seu trabalho, do conteúdo específico das disciplinas, da metodologia usada e do modo de avaliação. O importante não era verificar se o aluno sabia o "programa dado", mas sim, se sabia viver. Era o sentido de promoção do ser humano que estava em jogo e não a memorização de um programa pré-estabelecido pelos órgãos superiores.

Aproveitando as horas-atividades semanais, os professores organizaram um plantão de atendimento aos pais e alunos, nos diferentes turnos de aula.

No final do 2º semestre foi organizado por alunos, professores, funcionários e direção, um mutirão de limpeza no prédio da escola. Cada sala era ocupada por três classes, diariamente (manhã-tarde-noite). Os alunos representantes se reuniram e traçaram um plano de trabalho, distribuindo o serviço ao longo dos três períodos de aula, desde limpeza do forro, vitrais, até lixamento de

carteiras e assoalho, culminando com o verniz nas carteiras e cera no chão. Em seguida as classes ocupantes de cada sala de aula, decidiram a decoração do ambiente e cada sala ficou com uma decoração específica.

O ano de 1973 foi de muita importância para a escola porque as atividades desenvolvidas foram consequência do que havia sido preparado antes e serviram de fundamento para a reformulação de 1974. Contudo, as bases da organização participativa (democrática) estavam aī plantadas em todos os nīveis: alunos, professores, funcionários, pais, direção.

A análise crítica da execução do planejamento apontou o número excessivo de equipes (muitas delas não funcionaram), o que levou à burocratização interna da escola. Procurou-se um dispositivo de trabalho que onerasse menos o professor e que atribuísse mais atuação aos alunos; foi reforçado o diálogo entre professor e aluno; permaneceu a proposta de planejamento como unidade entre pensamento e ação, porém, o planejamento teria um tema-base, escolhido pelo grupo de trabalho, cujo tema seria a idéia central a ser desenvolvida durante o ano letivo.

Apesar dos pontos críticos, foi nesse ano de 1973 que a escola atingiu melhor índice de promoção ao longo dos quatorze anos de pesquisa²⁶. Esta observação coincide com o depoimento de professores da época, os quais afirmaram que o aluno orientado e entregue a seus próprios deveres tem condições de assumi-los com sucesso²⁷. Nesse ano, a promoção dos alunos no período diurno (manhã e tarde) atingiu 93% no 1º grau e 100% no 2º grau; no período noturno, atingiu 84% no 1º grau e 94% no 2º grau. Em média, foram promovidos 93% dos alunos da escola no ano de 1973 (Anexo 06).

26. Ver ANEXO 06, sobre quadro de resultados finais

27. CENE "ANCHIETA", Fragmentos de Ata de Reunião, 1974. Reunião realizada em 22/02/74.

1.4.2. As instituições criadas

A partir da análise crítica dos resultados obtidos em 1973, foi colocado em discussão no início do ano letivo de 1974, o tema "Reformulação do Planejamento Didático"²⁸.

Algumas medidas foram tomadas, tais como a diminuição do número de equipes de trabalho; o repensar da Equipe de Direção; a função do Corpo Docente; do Centro Cívico Escolar (CCE); da Associação de Pais e Mestres (APM). A idéia geradora dessa reformulação foi a INTEGRAÇÃO entre escola e comunidade; entre escola e família; na escola em si; entre as instituições escolares-APM liderando os Núcleos de Pais e o CCE liderando o Conselho de Alunos.

Após estudos realizados, o grupo de Coordenação de Planejamento propôs e foi decidida a criação de três Conselhos que seriam os coordenadores de todo o trabalho pedagógico e administrativo da escola: Conselho Técnico-Administrativo (CTA); Conselho de Professores (CP) e Conselho de Alunos (CA)²⁹.

O Conselho Técnico-Administrativo tinha a função de cuidar da circulação das idéias, criando canais adequados para isso; reuniões, levantamento de problemas, sugestões, pesquisa, com objetivo de informar, discutir, planejar, por em execução e avaliar o andamento pedagógico e administrativo da escola. Faziam parte do C.T.A.: Diretor, Assistente de Diretor, Professores Substitutos Eventuais da Direção, Coordenadora de Planejamento, Coordenador da equipe de funcionários administrativos, Orientador de Centro Cívico e um membro do Conselho de Professores (C.P.). Não seria desta vez, ainda, que os alunos conquistariam seu lugar junto ao órgão de decisão da escola.

28. Ibidem

29. Idem, reunião realizada em 15/03/74.

O Conselho de Professores (C.P.) tinha a função de vanguarda junto ao Conselho de Alunos (C.A.) a fim de estimular, orientar, apoiar o C.A. em sua atuação. O Corpo Docente (C.D.) colaboraria realizando uma atuação de retaguarda, sugerindo, assistindo e integrando a programação de sua disciplina na linha das atividades dos alunos.

O Conselho de Professores (CP) da escola era constituído da seguinte maneira: os professores-orientadores de classe se reuniam por período, formando o Conselho de Professores do período; cada C.P. do período escolhia dois representantes; estes representantes formavam o Conselho de Professores da Escola. Esse escolhia um de seus membros para fazer parte do Conselho Técnico-Administrativo, garantindo, dessa maneira, o elo de ligação e reivindicação junto à Direção da Escola.

Embora a idéia do Conselho de Alunos tenha surgido em reunião de professores, tal proposta foi discutida, aceita e posta em funcionamento pelos alunos. Os alunos do 3º ano do curso de Formação de Professores Primários elaboraram uma proposta sobre o Conselho³⁰:

"UM CONSELHO PODE SER...

1. uma possibilidade de tornar os alunos cada vez mais responsáveis; que se esforçam para transmitir as idéias aos colegas;
2. composto de alunos de todas as séries que diante dos problemas da escola comunicam-se entre si, criam soluções e organizam suas realizações. Portanto, devem se sentir responsáveis; tudo o que for planejado deve ser comunicado a todos;

30. Idem, reunião realizada em 24/04/74.

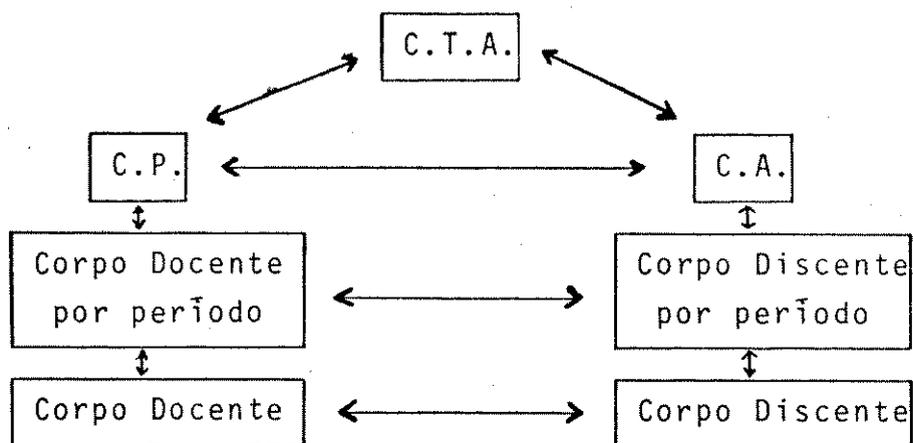
3. organizado, mas permitir a criatividade com a finalidade de integrar o trabalho de toda a escola;
4. atento, cuidadoso e responsável em tudo que planeja;
5. baseado na cooperação. Uns grupos podem ter funções de pensar, criar, outros de executar, outros de fazer certos trabalhos. Esses grupos devem permitir a ajuda mútua;
6. orientado e avaliado em sua atuação pelos próprios alunos e pelo Conselho de Professores;
7. a possibilidade de fazer cada aluno sentir-se seguro de si mesmo, dando valor às suas qualidades de reflexão e atuação".

Esse texto foi analisado pelos alunos representantes de classe e, após muitas discussões, foi aprovado e ficou decidido que o Conselho de Alunos (C.A.) seria formado por representantes de série, um por período, garantindo a presença de alunos de todas as séries e períodos. Assim, por exemplo, a 7ª série do 1º grau funcionava no período da manhã, da tarde e da noite e colocaria no Conselho de Alunos, três representantes; no entanto, o 2º colegial funcionava apenas no período da manhã e da noite e colocaria no C.A. apenas dois representantes.

O primeiro Conselho de Alunos do CENE "Anchieta" funcionou com 16 (dezesseis) alunos. Ele era encarregado das promoções da Escola, cujo tema norteador para 1974 era a INTEGRAÇÃO. Sua função era organizar, reunir, planejar as atividades, submeter à apreciação do Conselho de Professores e depois, decidir a ação. Os alunos tinham o poder de decidir, na medida em que o Conselho de Alunos trabalhava com os alunos-representantes e estes com as classes. Em seguida, havia o retorno das propostas e decisões.

Esse mesmo fluxo de participação era seguido pelo Conselho de Professores (C.P.) em relação aos professores da escola, ao Con

selho Técnico-Administrativo e, em reciprocidade com os demais alunos³¹ :



O Centro Cívico Escolar (CCE), instituição auxiliar e obrigatória por Lei, passou a ser formado pelos alunos representantes de classe. Dessa forma, o Centro Cívico assumiu a tarefa de órgão de representação de alunos junto à Direção e Professores. O Conselho de Alunos funcionava em conjunto com o Centro Cívico.

A função do Conselho de Alunos teve início com a organização³² dos Jogos Colegiais, momento em que a escola recebeu equipes de jogadores de várias cidades da região. O sucesso foi tão grande que os professores acompanhantes dessas equipes deixaram o seu depoimento transcrito em ata de Conselho Técnico-Administrativo³³. Tendo em vista a atuação do Conselho de Alunos, o CTA decidiu pela participação do Conselho de Alunos em suas reuniões³⁴. Estava plantado o grande marco de democratização do ensino secundário.

31. Idem, reunião realizada em 03/05/74.

32. Os alunos estavam acostumados a realizar "jogos inter-classes" desde 1970. Os professores de Educação Física Feminina e Educação Física Masculina propuseram e os alunos assumiram a idéia de um campeonato interno, com várias provas e modalidades. Esse campeonato seguia as regras gerais do Esporte e dos Jogos, porém, tinha as suas próprias regras e valores. Essa organização era feita em reunião dos professores envolvidos com os alunos representantes de cada classe. O regulamento dos Jogos Inter-Classes era estabelecido pelos próprios participantes e seguido à risca. Esse campeonato era realizado durante o mês de outubro. Ver ANEXO 05.

33. CENE "ANCHIETA", Fragments de Ata de Reunião, 1974, reunião realizada em 04/06/74.

34. Ibidem.

rio: a inclusão de alunos no órgão de decisão da escola.

Contudo, não bastava reconhecer esse direito aos alunos: era preciso prepará-los. Essa foi a função do Conselho de Professores que atuou através de reuniões com alunos por período, discutindo, avaliando o trabalho, colhendo sugestões, preparando a síntese para ser apresentada à Direção. Os professores também foram preparados para terem nas reuniões, a presença dos alunos, porque não se tratava de impor uma aceitação, mas de decidir um melhor caminho de ação pedagógica.

Uma vez que a Escola já se encontrava em época de avaliação de planejamento semestral (junho/74), a estréia dos alunos aconteceu nessas reuniões. Os alunos prepararam a avaliação da Escola e compareceram à reunião de planejamento através do Conselho de Alunos e Centro Cívico Escolar. A reunião foi aberta por um grupo de alunas do curso normal que colocaram em discussão um texto elaborado por elas e intitulado "Escola, Hoje"³⁵. Formaram-se dois grupos de estudo: um, constituído de membros do Conselho de Alunos, Conselho de Professores e Centro Cívico; outro, constituído pelo Corpo Docente e alunos, que se subdividiram em grupos referentes aos cursos ministrados na escola (ginasial, colegial, normal). As conclusões foram as seguintes:

- a. o Conselho de Professores deve ser escolhido por semestre, com troca dos elementos no 2º semestre;
- b. o Conselho de Alunos é encarregado de analisar e propor soluções aos problemas referentes aos alunos, tais como: entrada atrasada em aula, namoro excessivo, participação na organização do encontro de Pais-Alunos-Professores-Escola(PAPE), participação na preparação do período

35. Lamentavelmente o texto foi extraviado e só consta o título na ata de reunião.

do de avaliação final, quer com relação ao trabalho escolar, quer com relação ao trabalho realizado em classe, pelos alunos. O Conselho de Alunos ainda tem o papel de incentivar os alunos para participarem das reuniões de Núcleos de Pais, colaborando na preparação e na execução das mesmas, tanto na cidade, quanto na zona rural³⁶.

Contudo, ao terminar o ano letivo de 1974, concluiu-se que a troca de professores membros do Conselho de Professores não foi interessante porque causou "esfriamento" nas atividades e execução de suas funções. Na reformulação da escola para 1975, optou-se por uma equipe de supervisão do Conselho de Professores a fim de garantir coerência em sua atuação ao longo do ano.

Essa medida não foi a melhor solução porque na realidade, o que prejudicou a atuação dos membros do Conselho de Professores foi a falta de tempo para executarem suas tarefas como faziam outrora; nessa época (1975) os professores já estavam sentindo a pressão causada pela preparação das mudanças que iriam ocorrer em 1976, com a implantação da L.F.5692/71; além disso, os professores já estavam comprometidos com aulas em outras escolas (professores itinerantes).

Assim mesmo, a Escola realizou em 1975 a sua grande tarefa-meta que foi a comemoração do Jubileu de Prata de instalação da escola oficial. Foram feitas pesquisas para levantamento das origens dessa escola, da luta dos pioneiros para conseguí-la, dos resultados obtidos através de ex-alunos, da ligação com outras escolas da região. Enfim, foi um ano de "volta às origens" como que para adquirir forças a fim de enfrentar as mudanças de 1976.

36. CENE "ANCHIETA", Fragmentos de Ata de Reunião. Texto extraído da reunião de 27 e 28/06/74.

A festa, em agosto de 1975, reuniu o maior número de participantes dessa história que se iniciou em 1939. Nessa época foi criada uma escola particular para ministrar ensino secundário, respondendo assim, aos anseios da sociedade de Pederneiras que queria uma escola para os jovens. Em 1941, a Escola foi fechada, por ordem expressa do Ministério da Educação, uma vez que não possuía instalações suficientes. Uma caravana de alunos, pais, professores, amigos da Escola e autoridades foi até ao Palácio do Governo de São Paulo exigir a reabertura do Ginásio. As lojas comerciais da cidade fecharam suas portas até a questão ser resolvida. A reabertura do ginásio não era da alçada do Sr. Governador do Estado, porém ele, impressionado com a força daquele grupo, intercedeu junto às autoridades federais e o Ginásio foi reaberto. O Ginásio passou ainda, por diversos momentos críticos, até que em 1950 foi transformado em Ginásio do Estado, firmando-se nessa terra que tanto lutou para conseguí-lo³⁷.

Ao final do segundo semestre de 1975 algumas mudanças ocorreram por força da implantação da L.F.5692/71. Todas as escolas do Estado de São Paulo começaram a programar a reforma, com a preparação da redistribuição da rede física. Os diretores foram afastados das escolas para constituírem o grupo local de diretores (em cada município) para estudarem e proporem a reforma a nível do município. Além disto, alguns professores deixaram a escola; outros, cansados, se afastaram das atividades extra-classe; outros, sentiam a insegurança da mudança que viria. No relatório de avaliação das atividades, datado de 16/12/75, encontra-se o depoimento da professora coordenadora do planejamento e coordenadora do Conselho de

37. O chefe da caravana dirigiu-se ao Sr. Governador dizendo: "Não viemos pedir dinheiro; não viemos pedir favores. Viemos exigir a reabertura do nosso Ginásio que é o orgulho do seu povo". Depoimento de um professor da época. Em 1982, ao ser reescrita a história da Escola pela Profª Júlia M.R. Cefaly, o período de 1939 a 1950 foi denominado "FASE HERÓICA", pelas lutas travadas para manter a escola funcionando.

Professores: "O Conselho de Alunos não deixou de ser um grupo de representação. O primeiro semestre teve mais euforia, tanto da parte dos alunos quanto da parte dos professores orientadores de classe e do Conselho. No segundo semestre, após o afastamento de alguns professores, restando apenas uma, as coisas se complicaram, tanto para esta única orientadora como para os alunos do Conselho de Alunos"³⁸.

Contudo, ao analisar esse período de 1969 até 1975, verifica-se que a conquista da autonomia ocorreu através de um processo dinâmico, onde o funcionamento sugeria a estrutura das funções e imprimia o sentido da Organização: do dinamismo da relação professor x aluno³⁹, surgiu a organização pedagógica baseada no Calendário-Meta, no trabalho dos alunos-representantes, no trabalho dos professores-orientadores de classe, nos Encontros de Pais-Alunos-Professores-Escolas (PAPE), nos Núcleos de Pais, no Conselho de Professores, no Conselho de Alunos, no Conselho Técnico-Administrativo (CTA). Essa organização sofreu revezes, mas a semente aí lançada nunca mais deixou de germinar.

2. DA FORÇA BUROCRÁTICA

Em 1976, teve início em todo o Estado de São Paulo, a implantação da Lei Federal 5692/71. Para que isto ocorresse, várias medidas legais foram acionadas; medidas que alteraram a estrutura das escolas e o seu funcionamento. Deixaram de existir escolas primárias e secundárias na rede de escola pública. A partir de 1976, as escolas estaduais receberam o nome de acordo com os cursos ministrados: Escola Estadual de 1º grau; Escola Estadual de 2º grau; Escola Estadual de 1º e 2º graus, Centros Interescolares.

38. CENE "ANCHIETA", Fragmentos de ata de reunião, 1975.

39. Ver ANEXO 04 - Atividades.

O Colégio e Escola Normal Estadual "Anchieta" era uma escola onde se ministravam cursos ginásial, colegial e normal. Passou a denominar-se "Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus" "Anchieta". Com a redistribuição da rede física, isto é, a redistribuição de alunos para as escolas mais próximas de suas residências, aproveitando os períodos ociosos dos prédios, as crianças menores chegaram à EEPSG "Anchieta". Foram instaladas classes de 1ª a 4ª séries do 1º grau na escola, onde só funcionavam classes de 5ª série em diante. Isto significou remanejar alunos das últimas séries para outros prédios; com os alunos, foram-se alguns professores e vieram outros. A escola de 1975 estava desestruturada; manteve, porém, alguns instrumentos de trabalho: Calendário-Meta, alunos-representantes, professores-orientadores de classe, Conselho de Alunos, Centro Cívico Escolar e Associação de Pais e Mestres. Estas duas últimas instituições eram obrigatórias por Lei. Mais do que nunca o calendário se tornou imprescindível para o funcionamento da escola. Ele continha os temas-objetivos em torno dos quais seriam desenvolvidas as atividades de reestruturação.

As mudanças não se limitaram à rede física. Os órgãos centrais da Secretaria da Educação emitiam ordens e determinações quanto ao processo pedagógico realizado no interior da escola. Em maio de 1976⁴⁰ o sistema de avaliação e promoção de alunos foi mudado; instituiu-se o sistema de avaliação por conceitos, os quais deveriam expressar a realização dos objetivos propostos e não a quantidade de acertos. A avaliação passou a ser objeto de discussão durante o ano letivo, entre professores, alunos e pais, com muita dificuldade de ser aceita por todos, principalmente pelos professores que não sabiam trabalhar nessa nova sistemática. O princípio básico era considerar a realização do aluno e não a quantidade de

40. RES. SE. nº 134/76, D.O. de 05/05/76.

acertos ou erros. Até hoje, a pedra de toque do processo "ensino x aprendizagem" ainda é a avaliação.

Para auxiliar nesse tipo de avaliação foram criados, por Lei, o Conselho de Classe e Sêrie, responsáveis pela avaliação final dos alunos, remessa dos mesmos à recuperação, promoção ou retenção. O Conselho de Classe foi formado pelos professores da mesma classe, a partir da 5ª série. O Conselho de Sêrie foi formado por professores que lecionavam na mesma série em classes de 1ª a 4ª séries do 1º grau. O Diretor da escola passou a ser o presidente desses Conselhos.

Foi instituída pela Secretaria da Educação, nova grade curricular para todo o curso de 1º grau, determinando 20 (vinte) horas semanais para as classes de 1ª a 4ª séries e 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete) e 28 (vinte e oito) aulas semanais para as classes de 5ª série em diante. Para o 2º grau a grade curricular passou a ter 28 (vinte e oito) a 30 (trinta) aulas semanais o que vale dizer que alunos das últimas séries do 1º grau, bem como, os alunos do 2º grau permaneceriam na sala de aula, aproximadamente, 5 (cinco) horas e até 6 horas por dia, num total de 5 (cinco) dias por semana. Contudo esse aumento de horas-aula não foi seguido de uma coerente política de emprego para o professor; em virtude de falta de verbas, as escolas ficaram nos primeiros meses de 76 e 77 sem todos os professores: a contratação de novos professores dependia sempre de uma resolução da Secretaria da Educação, cuja resolução demorava a ser publicada em Diário Oficial. Maior problema de contratação ocorreu nas escolas de 2º grau, uma vez que a profissionalização foi obrigatória e não havia pessoal docente preparado para lecionar disciplinas profissionalizantes.

A partir de 1977 foi instalado nas escolas da região de Bauru, em caráter experimental, o serviço de processamento de dados para registro dos resultados de avaliação e frequência dos alu

nos, cuja sigla era PRODORE. Este serviço manteve o pessoal da secretaria da escola ocupado no preenchimento de fichas e os professores, no preenchimento de papeletas para alimentarem o computador. Foi a época de maior confusão nos registros pessoais dos alunos e na execução das tarefas e rotinas administrativas. Esse serviço de processamento de dados foi implantado sem consulta prévia do pessoal envolvido. A reação dos educadores foi tanta, que o serviço de PRODORE foi retirado das escolas abrangidas, em 1979.

Uma Reforma imposta precisava de instrumentos capazes de manter essa imposição. O planejamento do trabalho escolar foi assumido pelos órgãos centrais da Secretaria da Educação que mandavam orientações para as escolas através do pessoal da Divisão Regional de Ensino e da Delegacia de Ensino. Outro instrumento imperativo para a implantação da reforma foi a obrigatoriedade do Calendário Escolar, único para todo o Estado, conforme determinação publicada em Diário Oficial, a partir de 1977. A EEPSEG "Anchieta", enquanto escola estadual não conseguiu escapar a essas imposições, contudo, manteve até 1978 a participação dos alunos em reuniões de escola. As reuniões de professores, que eram semanais até 1975, passaram a ser quinzenais em 1976; durante os anos de 1977 e 1978 foram realizadas mensalmente; no entanto, em 1979 (ano da greve do magistério) a escola só realizou uma reunião pedagógica por semestre, bem como as referentes ao planejamento inicial e de avaliação final⁴¹. Não havia pessoal administrativo suficiente para os trabalhos da escola e, não havia também, autorização para um Assis-
tente de Diretor, o que fez a diretora da escola trabalhar sozinha no seu campo de atuação, em 1979.

Os anos de 1977 a 1980 foram marcados pelos concursos de ingresso e remoção de professores e diretores. Desta maneira, hou

41. EEPSEG "Anchieta", Fragments de Ata de Reunião, ano de 1976 e Livro 02 de Ata de Reuniões do Conselho de Professores, p.61-verso a 107.

ve fluxo de idas e vindas de professores. Uma vez que a diretora titular da escola estava afastada junto à Delegacia de Ensino, nas funções de supervisora de ensino, a Direção da EEPG "Anchieta", nesse período, teve 3 (três) diretoras e 2 (duas) assistentes de diretor. No intervalo de um concurso de professor e outro, quando faltava professor, admitia-se pessoal temporário. Isso causou transtorno na organização didática da escola: os planos das diferentes disciplinas eram escritos por professores que, depois, deixavam as aulas; os substitutos não seguiam o planejado. Os alunos ficaram entregues a sua própria sorte. Nesse período, o índice de promoção e reprovação de alunos oscilava para mais e para menos⁴², apesar do esforço da Direção em manter uma certa coerência no trabalho pedagógico.

Professores e membros da Direção da Escola eram constantemente requisitados para reuniões em Delegacia de Ensino a fim de aprenderem a preencher fichas, responder a questionários, ler "documentos oficiais" preparados na cúpula da Secretaria da Educação, sem sentido para o trabalho escolar de cada um. Tantas fichas, tantos questionários, tantas papeletas, tantos planos e controle de execução de planos, que o interesse dos professores e da direção deixou de ter em vista o desenvolvimento dos alunos e passou a atender à hierarquia nas suas solicitações legais.

A partir do 2º semestre de 1980, os concursos de ingresso e remoção de professores e diretores tornaram-se anuais; a diretora titular da escola retornou, após 4 anos de ausência; foi normalizada a admissão de novos professores, quando não houvesse o professor efetivo por concurso. Houve certa estabilidade nas escolas em geral, e particularmente, na EEPG "Anchieta" com a fixação relativa do corpo docente concursado. Em fins de 1980 a escola apresentava as marcas de desintegração em virtude de tantas mudanças in

42. Ver ANEXO 06.

ternas e externas; os alunos já não acreditavam nos professores (ca da época surgia um professor novo para a mesma disciplina e classe); não se importavam com a mensagem que esses professores traziam; os alunos queriam terminar os cursos e obterem os diplomas; sentiam-se fora do processo educativo, sem vez, sem voz, sem diálogo. Esse quadro não era diferente entre os professores, os quais eram vistos pela hierarquia como incapazes para organizarem o seu trabalho. Esta visão foi demonstrada, implicitamente, pelo planejamento imposto às escolas e para cada professor. Mesma visão de incapacidade estava implícita nas relações dos funcionários administrativos e Direção da escola com os elementos da Delegacia de Ensino.

A EEPSG "Anchieta", como todas as outras do Estado de São Paulo perdeu seu sentido principal de ensino x aprendizagem. O trabalho escolar foi para o chão; sucumbiu diante da força de implantação da reforma que vista agora, foi na verdade, a implantação de um regime de força. Contudo, mesmo sucumbida pela imposição da burocracia, a EEPSG "Anchieta" não perdeu suas raízes de trabalho participativo; era preciso criar o momento oportuno para crescer novamente. Assim, em 1977 realizou mais um encontro entre PAIS-ALUNOS-PROFESSORES-ESCOLA (PAPE); em 1978, os alunos ainda participaram de reunião de avaliação da escola; em 1979 e 1980, realizou a festa do Município e a festa da Escola.

3. DA RECONSTRUÇÃO PEDAGÓGICA

Com a normalização dos concursos de ingresso e remoção, diminuiu a movimentação de professor durante o ano letivo, dando mais estabilidade ao corpo docente da Escola. O planejamento deixou de ser imposto pelos órgãos centrais (a reação dos educadores já foi analisada no 2º capítulo) da Secretaria da Educação; em 1980 e início de 1981 a orientação para o plano escolar passou a ser a ní-

vel da Divisão Regional de Ensino e, a partir de 1983, passar definitivamente para a competência da Escola. Isso permitiu uma maior flexibilidade às escolas para organizarem suas atividades de acordo com a sua realidade. Sem a pressão do planejamento imposto e com o pessoal docente mais fixado à escola, as reuniões pedagógicas foram retomadas. Era urgente e necessário que se restaurasse a credibilidade da educação através da credibilidade do trabalho docente. Isso só seria possível se fosse retomada a capacidade crítica e criativa de cada elemento envolvido no trabalho educativo, bem como, sua ação transformadora da realidade. Acima de tudo, porém, era preciso restaurar o processo dinâmico de reflexão e ação nas relações "educador x educando". À princípio, essa restauração foi entendida, pela maioria do corpo docente, como transmissão de cultura e, portanto, como um maior número de informações a serem passadas aos alunos. Em consequência, o índice de promoção em 1981 baixou, principalmente no período noturno (Ver ANEXO 06).

As reuniões passaram a ter o objetivo de desenvolver o espírito crítico, criativo e coletivo do corpo docente e administrativo, estendendo-se, por conseguinte, aos alunos.

O interesse pelo aluno e sua realização⁴³ voltaram ser o ponto central da ação pedagógica. Foi retomado o trabalho de alunos-representantes de classe, de professor "conselheiro" (antigo professor orientador). Deu-se de novo a importância dos pais no processo educativo.

O referencial teórico para esta nova fase em educação na EEPSG "Anchieta" está sendo o currículo como conjunto de informa-

43. "Vocês fizeram-me ver a força que eu tinha e deveria usar. Sem esse trabalho, talvez hoje eu fosse um perdido". Depoimento de um rapaz, ex-aluno da Escola. "Não quero nem ouvir falar de outra Escola. Aqui eu me sinto bem. Aqui eu me sinto bem. Tenho amigos, participo. Estou bem aqui". Depoimento de uma aluna na 6ª série do 1º grau.

ções culturais e de atividades que o aluno necessita para seu desenvolvimento pessoal e para sua atuação na sociedade. Os objetivos dos diferentes cursos e disciplinas estão sendo propostos tendo em vista as expectativas dos alunos e o conjunto de informação cultural a ser transmitido, uma vez que a escola é um centro de cultura e como tal, contribui para sua criação e recriação.

Todas as atividades extra-classe, sejam festas cívicas, sejam de recreação e lazer, sejam artísticas passaram a ser planejadas e executadas pelo binômio "professor-aluno" e coordenadas pela Direção da Escola (a escola não conta com Coordenador Pedagógico). A atuação artística dos alunos está sendo desenvolvida através de danças, teatro de fantoche, encenação de pequenas histórias infantís, canto, desenhos. A escola tem uma sala de educação artística junto ao pátio, que é transformada em palco quando se faz necessário.

Dentro da sala de aula foi retomado o estudo em grupo com auxílio de monitores a fim de auxiliar a aprendizagem dos alunos mais "lentos". Os alunos readquiriram o hábito de estudo e pesquisa fora da sala de aula: passaram a frequentar a biblioteca para leituras complementares. O ensino de Ciências e Biologia é feito no laboratório de Ciências Físicas e Biológicas, desde o 1º grau.

Muitos professores já aceitaram discutir com os alunos a sua proposta de trabalho e os critérios de avaliação. Esta recomeça a ser entendida como um dos momentos do processo educativo e não como seu fim último. A avaliação é contínua, propiciando um trabalho de recuperação da aprendizagem. Contudo, o índice de reprovção no período noturno ainda é grande (o maior ao longo desses anos), demonstrando que há muito trabalho a fazer no sentido de ajustar o ensino às reais necessidades dos alunos, e, principalmente, dos alunos que estudam à noite.

De acordo com o Regimento Comum das Escolas Estaduais de

Primeiro e Segundo Graus e Regimento Comum das Escolas Estaduais de Segundo Grau, somente os alunos do 2º grau podem participar do Conselho da Escola. Desde 1981, os alunos têm tido seus representantes no Conselho da Escola, com direito a voz e voto (esta forma de participação não está contida no Regimento). Em 1982, membros do Conselho sugeriram que participasse, também, um representante do 1º grau. Esta proposta ainda não foi executada.

O Centro Cívico Escolar tem sido órgão de realização das atividades cívicas, culturais e de lazer; a sua excelente atuação é respaldada todos os anos, pela eleição direta dos membros da diretoria, pelos alunos, desde a pré-escola até o 4º ano do curso de magistério. Os alunos interessados em disputar a eleição do Centro Cívico se inscrevem junto à Direção da escola e promovem a campanha eleitoral que constitui em divulgar aos colegas o seu plano de trabalho. A divulgação é feita em cada classe e período de aulas; cartazes e propagandas são distribuídos na escola; a eleição é secreta. No entanto, para resolver o problema dos alunos de pré-escola que não sabem escrever, mas sabem escolher, a professora da classe e mais a professora orientadora de Educação Moral e Cívica, responsável pela organização da eleição, tomam por escrito a opção de cada aluno dita de viva voz por ele. Desde a criação de classes de pré em 1982, esses alunos têm participado, com muita seriedade, das eleições do Centro Cívico Escolar.

As comemorações e festas da Escola são realizadas ouvindo primeiro as sugestões dos alunos, os quais participam também da execução. Na festa da Escola de 1981 (agosto), foram os alunos de 1ª a 4ª séries do 1º grau quem propuseram uma merenda especial no dia do aniversário da Escola. Ficou instituída a "merenda de aniversário" em todos os períodos. Foi por solicitação dos alunos de 2º grau, do período noturno, que a merenda passou a ser servida para todos os alunos nesse período; o serviço está implantado

desde 1982⁴⁴.

As reuniões de pais foram dinamizadas e retomadas por período, ao final de cada bimestre de estudo. Nestas reuniões está sendo restaurado o sentido dos pais como partícipes do processo educativo de seus filhos. Os textos estudados em reuniões de professores (sobre currículo, metodologia, avaliação, recuperação) são discutidos em classe com os alunos e nas reuniões de pais. Os alunos tomam parte nessas reuniões tanto na organização, quanto na execução. Os alunos da habilitação para magistério participam na recepção, na distribuição de grupos de pais e professores e secretariando a reunião. Os pais são recebidos no pátio da escola e grupo de alunos apresentam sua mensagem de boas-vindas; em seguida todos passam às salas de aula com o professor-conselheiro da classe, demais professores e representantes de alunos; tem início a segunda parte da reunião, estudo e discussão em grupo para chegarem às propostas de melhor atendimento ao aluno. Após esse momento, os pais são convidados a uma entrevista pessoal com cada professor de seu filho para tratarem de casos específicos. Alguns casos de alunos faltosos e de baixo rendimento escolar têm sido resolvidos por causa dessas entrevistas. Ao final de cada ano, os pais têm apresentado avaliação da escola e propostas referentes à metodologia e ao trabalho de avaliação dos alunos, cujas propostas têm sido aceitas pelos professores.

A reconstrução pedagógica iniciou-se pela valorização da pessoa e sua capacidade de agir em sociedade, transformando-a, criando e recriando essa sociedade. Somente esse ponto é capaz de quebrar a estrutura de massificação, de alienação e de inutilidade

44. A partir de 1984, a merenda escolar é servida em dois horários no período noturno: das 18:30 horas às 19:10 horas (para os alunos que não têm tempo de jantar em casa) e das 21:10 horas às 21:20 horas, hora do lanche.

de ensino a que ficou reduzida a educação a partir da proposta burocrática levada a efeito nos primeiros anos de implantação da Lei Federal 5692/71.

Em 1982, o governo federal aboliu a obrigatoriedade de profissionalização nas escolas de 2º grau; a partir de 1983, o governo do Estado de São Paulo solicitou às escolas que pesquisassem junto as suas comunidades para reestruturarem o ensino de 2º grau a ser implantado em 1984. Também foi solicitado às escolas que discutissem e decidissem sobre a reestruturação pedagógica e administrativa do curso noturno. Estes projetos entraram em funcionamento em 1984, mas são assuntos para outra pesquisa.

Conclusões

Na fase denominada "Renovação Pedagógica" (1969 a 1975), o Colégio e Escola Normal Estadual "Anchieta" era submetido às Normas Regimentais: diretrizes de trabalho para todas as escolas estaduais secundárias. Isso dava um maior espaço de atuação às escolas e o CENE "Anchieta" aproveitou esse espaço, criando suas próprias instituições e forma de trabalho. Floresceram a criatividade e participação. As Normas Regimentais foram extintas em 1977 com o Regimento Comum das Escolas Estaduais de Primeiro Grau (já mencionado no primeiro capítulo); em 1978 foi expedido o Regimento Comum das Escolas Estaduais de Segundo Grau. Estes dois regimentos foram assinados pelo Governador do Estado. Ainda em 1978, a Secretaria da Educação expediu resolução instituindo o Regimento Comum das Escolas Estaduais de Primeiro e Segundo Graus; cada regimento é minuciosamente detalhado e determinado para cada tipo de escola. A Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Anchieta" é regida pelo Regimento Comum das Escolas Estaduais de Primeiro e Segundo Graus. Acompanhando o relato da experiência pedagógica realizada nessa escola constatou-se que a representação de alu

nos junto aos professores e Direção durou até 1978 - ano da implantação do regimento. Depois disso, pelas atas de reunião não se tem mais notícias dessa participação, a não ser, a partir de 1981, quando os alunos de 2º grau passaram a fazer parte do Conselho da Escola. No momento em que foi imposto o novo regimento, as últimas instituições próprias da escola desapareceram, restando apenas as criadas por Lei: Associação de Pais e Mestres e Centro Cívico Escolar. O movimento dinâmico da escola cessou; estruturada pelo regimento comum, a escola perdeu o seu funcionamento criativo. Restou somente a situação "sala-de-aula" para o trabalho "professor x aluno". Fora da sala de aula, professores e diretora precisavam atender às solicitações superiores não só quanto ao planejamento, como à rotina administrativa dos registros de alunos; precisavam atender à imposição de treinamento de pessoal feita pelos órgãos centrais da Secretaria da Educação. Treinamentos esses que não contribuíram para a mudança (pelo menos na EEPG "Anchieta"), porque não diziam respeito às necessidades pedagógicas do pessoal docente. Essa situação foi descrita no capítulo segundo quando se analisou o planejamento paralelo.

Os sucessivos concursos de ingresso e remoção de professores e diretores, a falta de uma legislação para admissão de novos professores e substitutos temporários trouxeram como consequência muita mudança de docentes no período de 1978 a 1980, consolidando-se, assim, a falência do ensino paulista.

A análise da experiência vivida pela EEPG "Anchieta" de Pederneiras, mostra as forças capazes de construir uma escola onde o trabalho é voltado, de fato, para os alunos que dela fazem parte. Essas forças estão dentro da própria escola fundamentalmente no trabalho "educador x educando".

As épocas de maior criatividade coincidiram com a de maior dedicação do professor à escola. Toda vez em que houve mudança no

sistema de admissão do professor e que o mesmo precisou trabalhar em várias escolas ao mesmo tempo, o trabalho docente ficou diminuído e desgastado. Isto significa que é importante para o desenvolvimento da participação da autonomia, a fixação do pessoal na escola. Perambulando de uma escola para outra muito pouco o professor poderá realizar em termos de educação.

Antes de 1976, as grades curriculares, tanto do 1º grau, como do 2º grau continham menor número de aulas por disciplina, e, portanto, havia mais tempo para os alunos fora da sala de aula. Isto deu origem ao desenvolvimento de atividades chamadas "extra-classe". Nos anos de 1970 até 1975 verifica-se que não só houve um bom número de alunos promovidos, como também, foi uma época de muitas realizações no campo do esporte e das artes. A Escola tem inúmeros troféus recebidos em campeonatos colegiais e disputas regionais (basquete, futebol de salão, atletismo); durante 4 (quatro) anos consecutivos grupos de alunos foram classificados em 1º lugar no Concurso Estadual "Anchieta", promovido pela Casa de Anchieta: trata-se de trabalho artístico referente à obra do missionário. Nessa época floresceu o teatro estudantil, o jornal escolar. Com a implantação da reforma e mudanças nas grades curriculares, os alunos passaram a ficar em sala-de-aula, cerca de 5 horas diárias, além das aulas de educação física, realizadas em outro período de estudo; diminuiu a convivência professor-aluno fora da sala de aula, dificultando a realização de outras atividades, principalmente no período noturno.

O movimento iniciado em 1981 na EEPSG "Anchieta", para retornar ao compromisso pedagógico, tornou-se mais intenso em 1982, coincidindo com a maior politização da sociedade civil, através de jornal e televisão; através da análise da sociedade por meio de debates, entrevistas, reportagens, denúncias públicas.

A politização, a nível de sociedade, está contribuindo pa

ra a politização do grupo de educadores; está permitindo que a escola volte seu ponto de enfoque para o povo que a frequenta, com o objetivo de tornar esse povo mais consciente, mais participativo do processo de transformação de sua realidade.

A primeira fase analisada no então Colégio e Escola Normal "Anchieta" indica a renovação, iniciando a partir da chamada competência técnica para se chegar a uma visão sócio-política da Educação e assumir nova didática mais comprometida com a sociedade. Nesta fase de reconstrução (a partir de 1981), o caminho percorrido é inverso; da consciência social desenvolvida fora da escola está-se pretendendo chegar a uma competência técnica capaz de por em prática essa visão socialmente comprometida da educação.

CAPÍTULO IV - DIREÇÃO DE ESCOLA: DILEMAS E CAMINHOS

Introdução

A Escola Estadual Paulista é uma organização burocrática, com regimento único, estabelecido pelos órgãos superiores da Secretaria da Educação e Governo do Estado. Cada unidade escolar é ligada ao Sistema Educacional¹, através da linha de subordinação que se manifesta a partir da Secretaria da Educação, passa pela Coordenadoria de Ensino, Divisão Regional de Ensino, Delegacia de Ensino e chega a Unidade Escolar².

No interior da escola estadual, a divisão burocrática permanece entre direção, professores, funcionários, alunos. Estes são oriundos dos vários segmentos da sociedade: filhos de operários, de industriais, de funcionários públicos, de intelectuais, de desempregados, etc...; alunos oriundos da periferia e da zona rural. É uma escola aberta a todos porque é gratuita e nesse sentido, é democrática; no entanto, ainda está longe de ser "pública" (do povo), no sentido de atender às necessidades, expectativas, carências do povo que a frequenta:

- os elementos que frequentam a escola estadual não opinam, não discutem, não decidem sobre seus estudos e atividades, nem tampouco, discutem os objetivos e finalidades desses estudos, tanto no âmbito restrito de sala de aula, como em âmbito maior da Escola;
- a escola mantém uma posição "fabril". Tudo é feito em série, fragmentado, para juntar ao final de alguns anos e formar o "diploma" que será dado ao aluno. Valorizam-se objetivos e técnicas de trabalho; não se discutem as finalidades;

1. Definição de "Sistema Educacional" encontra-se no capítulo I.

2. DEC.7510/76 estabeleceu a estrutura da Secretaria da Educação. Já citado no capítulo I.

- os alunos que não conseguem acompanhar a "linha de produção" a bandonam a escola (desistem) ou são reprovados;
- ao final do ano letivo, a direção encaminha aos chefes superiores, relatórios das atividades.

A sociedade é dinâmica e contraditória pela própria vida dos grupos sociais que a compõem. Sobretudo, em determinadas épocas de crise há maior envolvimento em torno dos problemas importantes para a vida das pessoas e da sociedade. A conscientização decorrente dessa movimentação social pressiona os órgãos estaduais e dentro deles, a Escola. Assim sendo, as "forças populares" da escola (alunos, professores, funcionários, pais, comunidade) se confrontam com ordens emanadas da hierarquia e asseguradas pela burocracia.

A direção da escola estadual é responsável perante a Lei e a hierarquia, pelo trabalho realizado na Escola. Contudo, esse trabalho é feito com o pessoal que a frequenta. O que fazer para atender a ambos ou a um só? Como conciliar a realização das necessidades dos diferentes grupos que atuam na Escola?

1. DIREÇÃO DE ESCOLA CONFORME O REGIMENTO COMUM DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE 2º GRAU E DE 1º E 2º GRAUS

A direção de escola estadual de 2º Grau é composta de um núcleo executivo - diretor e assistente de diretor e um órgão consultivo, o Conselho de Escola³. O Conselho de Escola congrega, além do próprio diretor e assistente, representantes dos demais elementos envolvidos na escola: orientador educacional, orientador de educação moral e cívica, representantes dos pais, representantes dos professores, secretário da escola, representantes dos alunos⁴.

3. Art. 5º e 6º do R.C.E.E.S.G. e do R.C.E.E.P.S.G.

4. Art. 9º, idem, idem.

A composição do Conselho de Escola de 2º grau pode parecer, à princípio, uma composição participativa. No entanto, a análise do regimento indicará que a competência legal para a decisão é do diretor, e não do conjunto de Direção⁵.

A primeira competência legal do diretor, referente às atividades específicas, é "definir a linha de ação a ser adotada pela escola, observadas as diretrizes da administração superior"⁶.

Tanto no âmbito das atribuições como no âmbito das competências (poder legal), o Regimento coloca o diretor no cumprimento das ordens superiores: por determinação regimental, o diretor deve assegurar a compatibilização do Plano da Escola com o Plano Setorial de Educação; tem a obrigação de subsidiar o planejamento educacional (do sistema); deve assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como regulamentos e determinações estabelecidas pelas autoridades superiores⁷.

No que diz respeito à administração de pessoal⁸, a sua competência é para receber o pessoal nomeado e admitido pela autoridade superior, dando-lhe posse e exercício; não pode admitir ou demitir pessoal docente ou administrativo; cuida da organização do pessoal, podendo aplicar pena de repreensão, suspensão de serviço ou multa; tem a competência de avaliar o mérito dos funcionários; avaliação esta que influi na promoção e evolução funcional (aumento de salário).

Quanto aos alunos⁹, poderá aplicar pena de repreensão ou suspensão de aulas até 6 (seis) dias. Para a transferência compulsória do aluno em falta grave, será ouvida uma comissão de profes

5. Art.50 do RCEESG e Art.51 do RCEEPSG

6. Alínea "a", Inc.I do Art.50 do RECCSG, e do Art.51 do RECCPSG.

7. Incisos I e II do Art.79 do RCEESG e do RCEEPSG.

8. Inc. III do Art.50 do RCEESG e do Art.51 do RCEEPSG

9. Art.64 do RCEESG e Art.65 do RCEEPSG.

sores e o Conselho de Escola, assegurado o direito de defesa ao aluno.

As competências do diretor se resumem em cumprir e fazer cumprir a lei referente às atividades escolares. São, portanto, competências de executivo. Mesmo quando o diretor submeter ao Conselho de Escola matéria a ele pertinente, caberá a esse Conselho, opinar, apreciar, assessorar, mas nunca decidir¹⁰.

As atribuições do assistente de diretor de Escola¹¹ o colocam como substituto do diretor na sua ausência e, ainda, responsável pelas atividades de apoio técnico-pedagógico e apoio administrativo; pelas atividades referentes à manutenção e conservação do prédio, mobiliário e equipamento; atividades referentes a segurança e higiene das oficinas, laboratórios e outros locais de trabalho; atividades referentes à merenda escolar¹². Tais atribuições servem para reforçar as atividades administrativas do diretor de Escola. Porém, o próprio regimento abre um espaço para a atuação do diretor no campo educativo, quando no seu Art.79 determina, entre outras, as seguintes atribuições:

- "promover o contínuo aperfeiçoamento dos recursos físicos, materiais e humanos da escola"; (inc.VI)
- "coordenar a elaboração de projetos de execução de trabalhos de interesse da aprendizagem, não constante das programações básicas, submetendo-as a aprovação dos órgãos competentes"; (inc.IX)
- "criar condições e estimular experiências para o aprimoramento do processo educativo". (inc.XIII)

A competência legal do diretor é subordinada a hierarquia, contudo, parte de suas atribuições é ligada à ação pedagógica e

10. Art.10 do RCEESG e do RCEEPSG

11. O assistente de diretor não tem competência - o poder legal de decisão. Ele apenas assessora o diretor de escola: tem atribuições.

12. Art.89 do RCEESG e do RCEEPSG.

aos elementos envolvidos no processo educativo. Por conseguinte, o diretor atua em dois campos de trabalho - é administrador (executivo) e sobretudo, é educador.

Para o provimento¹³ do cargo de diretor de Escola são exigidos os requisitos mínimos: habilitação específica em grau superior, correspondente à licenciatura plena (curso de Pedagogia, com habilitação em administração) e experiência mínima de 3 (três) anos no magistério oficial de 1º e 2º graus no Estado de São Paulo; concurso público de títulos e provas, onde o tempo de serviço é valorizado. Para as provas são exigidos conhecimentos gerais da cultura e da educação; conhecimentos de administração geral e da escola; conhecimentos da legislação escolar. A nomeação se fará pelo Secretário da Educação, após escolha de vagas. Ao iniciar o exercício na escola, o diretor poderá indicar o assistente de diretor, se a escola ainda não tiver esse funcionário. A cada ano, o diretor poderá se remover para outra escola. Cada vez que chega ao novo ambiente de trabalho tem a garantia do regimento para seu desempenho. No entanto, a escola é feita de pessoas concretas, situadas e datadas; colocar o desempenho somente na dependência da Lei (desempenho administrativo e burocrático) será negar a função social da educação, sua função de educador e reduzir o seu desempenho a uma simples função legal da burocracia escolar¹⁴.

2. HETEROGESTÃO E AUTOGESTÃO

O trabalho do diretor numa organização escolar burocrati-

13. Art.11 e 12 da L.C.201/78. In: Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus-Ementário, Vol.VI (atualização), p.43.

14. Há uma outra função que o diretor tem nas pequenas cidades de interior ou em bairros de periferia: a população local passa a ver o diretor como aquele que "sabe das coisas", o "conselheiro". Quantas vezes, em minha sala de diretoria, recebi pais de alunos que vieram discutir assuntos relacionados a sua vida, inclusive os mais íntimos.

ca expressa a relação de domínio e submissão, de exercício do poder. Os subordinados passam a cumprir tarefas determinadas, perdendo de vista o sentido do seu próprio trabalho educativo. O mesmo acontece na sala-de-aula, na relação professor x aluno. Ela se torna uma relação do tipo "dominante x dominado", na medida em que o professor se coloca como único detentor do saber proclamado, "o dono da verdade".

Da mesma maneira que a burocracia se instala na Escola através da figura do diretor, porque ele é responsável em fazer cumprir a ordem pré-estabelecida, a burocracia se instala na sala-de-aula através do professor que se torna o superior "hierárquico" dentro da classe.

A burocracia escolar é consequência da burocracia existente no sistema educacional; a organização escolar, enquanto relação de domínio e subordinação aliena as pessoas envolvidas, apropriando-se da vontade individual e coletiva: cada um faz o que a "organização" quer e determina.

O motivo principal da falência do ensino, já descrito em capítulos anteriores, foi a apropriação, pela burocracia, da espontaneidade e criatividade dos educadores nas escolas estaduais, tanto de 1º como de 2º grau nestes últimos anos, principalmente a partir de 1976. O trabalho voltado para a hierarquia, caracteriza-se por ser fragmentado entre funções de direção e de execução; entre funções de magistério e funções de alunos; entre funções de professores das diferentes disciplinas (professores das chamadas "ciências exatas" se consideram os intelectuais, em detrimento dos professores das chamadas "ciências humanas"). O autoritarismo permeia todo o trabalho escolar.

Nesse contexto, a característica da organização escolar é ser heterogerida, isto é, ser gerida por outros que não os envolvidos diretamente na execução do trabalho escolar. A heterogestão

instaura a divisão técnica do trabalho e do tempo controlando a conduta; o trabalho se torna "coisificado", sem sentido, porque se torna um trabalho de submissão. Até a "palavra" se torna fragmentada e coisificada: só se pode falar de problemas restritos a cada esfera de competência e expressar essa palavra em memorandos, relatórios, atas, regulamentos. A disciplina na organização escolar burocrática expressa a ordem coletiva e o método de organizar essa ordem: a separação entre os que planejam, organizam e controlam e os que executam e obedecem. A heterogestão rompe com a unidade do trabalho humano, separa dirigente de dirigido, mascara o poder como "autoridade necessária"¹⁵.

Porém, seria posição ingênua e até certo ponto perigosa, considerar anti-autoritarismo o simples fato dos usuários da escola assumirem sua administração diretamente, ou através de representantes. Seria apenas inverter posições, mas a relação de poder permaneceria.

Fernando C. Prestes Motta¹⁶, usa a expressão "convulsões históricas" para indicar as consequências desastrosas das duas posições extremas:

- "um aristocratismo científico, ou seja, um governo de sábios ou de pretensos sábios, caracterizado pela ilusão, de um homem ou de uma classe, de ter o monopólio da ciência e da razão social, e uma demagogia ideológica ou um governo de massas, caracterizado pela ilusão de que o povo, ator da prática social, possa, por procedimentos elementares e anticientíficos, exprimir, adequadamente, a lei que lhe é inerente, aparecem como dois erros antinômicos que levam às convulsões históricas".

15. Fernando C. Prestes MOTTA, Burocracia e Autogestão, p.37-38.

16. Ibidem, p.134-135.

Não se trata, pois, de simplesmente substituir o grupo que está no poder; trata-se, isto sim, de procurar viver a liberdade de decisão-e-ação. Maurício Tragtenberg afirma que diante de uma civilização burocrática e autoritária há o caminho da autogestão¹⁷. Autogestão é a negação da burocracia e da heterogestão. Fernando C.P.Motta, ao estudar a proposta teórica de Proudhon sobre autogestão concluiu que nas sociedades contemporâneas, tal proposta deve funcionar como "indicador de uma forma de organização social que respeita a liberdade e o pluralismo"¹⁸.

A direção da escola estadual de 2º grau encontra-se frente ao dilema: cair no imobilismo da rotina administrativa ou assumir com o povo, um projeto de educação livre e criadora, própria do sujeito individual e social, transformadora da realidade.

3. AUTONOMIA E COMPROMISSO COM O PEDAGÓGICO

Numa sociedade autônoma, os grupos se auto-administram; a vida entre eles exige coordenação e não hierarquização. Autonomia não requer domínio de uns e submissão de outros. Autonomia significa que o funcionamento do grupo não é imposto de fora para dentro: os próprios membros do grupo decidem a sua ordem interna. Mesmo quando o dirigente da associação for nomeado por alguém externo a essa associação, no seu interior a ordem será autônoma se os membros do grupo organizarem o seu funcionamento¹⁹.

Grupos e indivíduos autônomos formam a sociedade real que se descobre e descobre as leis de seu desenvolvimento. As verdadeiras leis sociais não resultam do arbítrio de uma vontade particular ou de uma vontade geral, que é a soma das vontades particulares. As leis sociais existem na medida em que são discutidas, deba

17. Maurício TRAGTENBERG, Administração, Poder e Ideologia, p.33.

18. Fernando C.Prestes MOTTA, op.cit.,p.167.

19. Max WEBER, Economia y Sociedad, Vol.I, p.40.

tidas e aprovadas pelo grupo. Assim sendo, a obediência a essas leis é uma obediência liberadora, reconhecimento de algo que o próprio grupo elaborou²⁰, havendo coincidência do oficial com o real. A elaboração dessas regras não é estática; o próprio grupo revê e reformula sua posição; é a expressão do auto-governo.

Uma escola estadual, mesmo de 2º grau, não tem autonomia em relação ao sistema educacional, que é burocratizado; porém ela tem em seu interior os usuários da Escola, que são pessoas históricas, vivendo o seu tempo, com determinados condicionamentos, ca rências, emoções e contradições. É no interior da Escola que pode rã ter início o trabalho de autonomia e autogestão. Esse trabalho faz parte de um projeto de educação que propõe o educando como su jeito de sua própria educação, agindo e se relacionando com os ou tros. Tal projeto fundamenta-se na relação "professor x aluno". Es se é o ponto de partida; nele, os dois elementos apresentam condi ções desiguais: um, (professor) tem a posse de determinados conhe cimentos, de um saber relativo; o outro (aluno) possui outros co nhecimentos, outro saber relativo; ambos, enquanto seres humanos são iguais, têm a mesma origem, se respeitam mutuamente, se amam mu tuamente, sem estabelecer-se entre eles a relação do domínio e sub missão (hierarquização)²¹. O mesmo acontece a nível de escola, nas relações da direção com os demais envolvidos no processo educativo.

Contudo, nas condições dadas atualmente nas escolas estaduais, o diretor é o fator principal da hierarquia dentro da Esco la; ao engajar-se num processo educativo livre e criador (liberador), deverá voltar-se para os usuários da Escola e colocar todo o seu trabalho em função desse processo educativo. A direção, ao invês de reproduzir a força da hierarquia, assumirá a coordenação

20. Fernando C. Prestes MOTTA, op.cit., p.136.

21. Paulo FREIRE, Educação e Mudança, p.28 e segs.

do trabalho, criando e recriando com os demais elementos da Escola, as condições favoráveis para que ocorra a educação. A direção de Escola deixa de ser burocrática, rotineira, para ser coordenadora do trabalho criativo: diretor e demais elementos da escola passam a produzir a educação que lhe é própria. Forma-se o grupo de trabalho da Escola, comprometido com o pedagógico; grupo de trabalho que pensa e age, concebe e executa a ação educativa. O "ser coletivo" da Escola não é formado pela soma de vários grupos existentes na Escola; esses diferentes grupos (professores, alunos, funcionários, pais, diretores), sem perder sua individualidade e independência, estabelecem entre si, uma relação mútua, tendo em vista o sonho comum, suas inquietações e suas esperanças comuns. Esse grande grupo não tem "dono"; a sua estruturação social evolutiva se caracteriza pelo equilíbrio entre forças livres; a sua organização se caracteriza pelo estabelecimento de um regime contratual mútuo que traduz as relações reais do trabalho escolar²².

O caminho para a restauração do compromisso com o pedagógico é o repensar da educação em todos os níveis: CRÍTICA²³.

Pelo Regimento da Escola, a direção tem condições de estimular a crítica, através de reuniões de pessoal docente e administrativo, de pais e mestres. As reuniões de alunos não são determinadas e nem proibidas no Regimento. Logo, este espaço precisa ser conquistado, tanto pelos alunos, como pela direção criativa.

Ao se falar em reunião, não se está determinando apenas a reunião formal, prevista em Regimento. Fala-se, sobretudo, da reunião informal, feita em pequenos encontros, em conversas de corredor, em sala-de-aula, em recreio, etc... .

22. Fernando C.P. MOTTA, op.cit., p.162-163.

23. "... trata-se apenas de refletir o que estamos fazendo". Hannah ARENDT, Condição Humana, p.13.

A reunião é o momento em que tudo é discutido; não basta, porém, reunir o pessoal; é preciso que haja apresentação de propostas, apresentação das várias facetas de um problema, das várias questões que envolvem um assunto. Essa discussão é enriquecedora para a decisão a ser tomada; é ela que dá sentido a decisão²⁴. Essa discussão enriquecedora é chamada DIÁLOGO.

O diálogo se manifesta, também, através dos canais de comunicação existentes na escola. Quanto mais informais forem esses canais, mais aberto, dinâmico e criativo será o diálogo e a própria organização, porque se tornará de fato, uma organização escolar real. Toda vez que a direção de escola adotar a comunicação formal (ofícios, memorandos, etc...) estará fechando o livre transitar de idéias e atitudes, de pensamentos e ação, de concepção e execução.

A finalidade da educação é que dá sentido a todo o trabalho educativo. Assim sendo, ao propor a autonomia para os diferentes grupos que atuam na escola, não se pode deixar de questionar os fins desejados e esperados. É esse ponto de chegada que mantém coesa e interligada a ação educativa realizada na escola: o trabalho escolar deixa de ser fragmentado, feito em série, para ser vivido em conjunto e por inteiro - pensado, decidido e executado em termos das finalidades. Os diferentes grupos existentes na Escola, embora interligados, passam a ter força própria e, por isso mesmo, correm o risco de se transformarem em "republichetas" diversificadas de trabalho. Por conta disso, o diretor tem que acionar o Regimento para impedir esse tipo de autoritarismo. Autonomia, portanto, significa que o próprio grupo ou os grupos organizam seu sistema de código social, seu "contrato mútuo" de trabalho para que

24. "Mas os homens no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos". Ibidem, p.12.

as regras a serem seguidas surjam do próprio trabalho e a obediência liberadora e não, uma imposição de um grupo (republicueta) sobre o outro, dentro da Escola. Para que isso aconteça, é preciso que os indivíduos de per si, sejam livres e autônomos e evoluam nessa liberdade.

Conclusões

Na Escola Estadual, tanto de 1º como de 2º grau, a competência da decisão pertence, por Lei, ao Diretor da Escola. Como parte da estrutura legal, o Conselho de Escola é órgão consultivo composto por representantes de todos os grupos existentes na Escola, incluindo os alunos, no 2º grau. O Conselho poderá se transformar em Conselho Deliberativo desde que seja de fato, representante dos diferentes grupos de reivindicação da Escola e o diretor assuma a posição de coordenador do trabalho escolar, decidindo com os demais membros desse Conselho, a linha de atuação pedagógica.

No Regimento atual, o diretor aparece como figura que cumpre e faz cumprir a Lei; essa função deve ser revista na medida em que a força legal existente deve sustentar a ação pedagógica e esta, por sua vez, deve ser elaborada a partir de uma visão de homem e de mundo, onde a vida e a liberdade são respeitadas. Evidentemente poderá haver diretrizes gerais para manter a estrutura da Escola Estadual, em âmbito do Estado. No entanto, sua organização interna deve ser criada pelos elementos que a compõem. Até os instrumentos de trabalho, fichas de avaliação, diário de classe, etc..., só serão significativos para o trabalho escolar quando propostos pelo grupo. O Regimento Escolar determina que o aluno tem direito de ter garantidas "ótimas condições de aprendizagem"²⁵, mas não explicita o que entende por isso. Exatamente aí, a escola deve abrir

25. Inc.III do art.62 do RCEESG e inc.III do art.63 do RCEEPSG.

a discussão ampla em todos os níveis de trabalho (professores, alunos, funcionários, pais) para serem decididas as "condições ótimas de aprendizagem". Esta decisão é o "contrato mútuo", é a organização interna real da escola para chegar às finalidades da educação.

Essa organização interna tem seu ponto de partida no trabalho "professor x aluno":

- o professor chega à sala-de-aula com um conjunto de conhecimentos e informações em determinada área de estudo, atividade ou disciplina;
- os alunos chegam com suas expectativas, necessidades, interesses, carências, informações e conhecimentos primários de uma realidade em que vivem;
- alunos e professores discutem e elaboram uma proposta de estudos para a classe: executam e avaliam os resultados; reformulam quando necessário reconstróem a sua proposta tendo em vista a educação livre e transformadora da realidade.

Essa linha de atuação se estende por toda a Escola, na realização das finalidades da Educação.

A experiência na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Anchieta" demonstrou que somente a partir da tomada de posição da direção frente ao compromisso pedagógico, é que a escola passou a funcionar em termos de trabalho conjunto em busca de um ponto de chegada comum. Por outro lado, seria ingenuidade defender o pressuposto que basta o diretor da escola querer, para as coisas acontecerem; também, não será só por querer dos professores e/ou alunos, que a educação acontecerá na Escola. É preciso que todos os grupos da Escola decidam e executem, coletivamente, a ação pedagógica, autônoma, autogerida.

A dominação, no sentido de exercício de Poder e Saber, fica abolida internamente na Escola, em todos os níveis, e com ela, a heterogestão. Surge a autonomia dos grupos de trabalho; a inter

ligação entre eles, tendo em vista o ponto de chegada da educação: o homem como sujeito de sua própria educação. Estabelece-se o diálogo através das reuniões formais, informais e dos encontros: os diferentes grupos determinam sua forma de atuação, estabelecem as regras da organização interna, se tornam um conjunto real dentro do processo educativo. O diretor da Escola aparece como coordenador desse trabalho, por necessidade do próprio conjunto, uma vez que a Escola Estadual é uma organização complexa.

É bem verdade que a forma atual do diretor de Escola Estadual Paulista ser nomeado por concurso público é burocrática, mas nas atuais condições sociais, ainda é a melhor forma, pois evita, sobremaneira, o "filhotismo", o "compadrismo", o "peleguismo" e o domínio do grupo que o elegeu sobre os outros.

A organização interna da Escola baseada na proposta de autonomia dará sustentação ao trabalho pedagógico; por outro lado, dará sustentação às reivindicações da Escola junto à hierarquia existente no Sistema Educacional, tais como: jornada de trabalho apropriada ao desenvolvimento do processo educativo (os educadores com tempo para os alunos e em função deles: pesquisa, preparo de atividades, reuniões, etc...); reorganização da Escola como centro cultural e educativo, onde o pessoal administrativo (funcionários) também é visto como educador. O diretor se sentirá livre para assumir com os usuários da Escola o repensar da educação, sua criação e execução.

A estratégia principal é a reflexão a partir da ação pedagógica; as reuniões e os encontros de estudos transformarão a Escola em um pequeno fórum de debates e o lugar público (do povo), onde também acontece a educação: um lugar de comunhão e de busca, onde os alunos são livres para crescerem como sujeitos de seu próprio destino.

É difícil realizar essa trajetória numa Escola Estadual, po

rêm, não é impossível: basta conquistar os espaços de liberdade e existentes. E para isso, o diretor de Escola é um elemento importante, desde que assuma o compromisso com o pedagógico e coloque a sua função de administrador a serviço do processo educativo.

CONCLUSÕES FINAIS E GERAIS

Para o estudo do autoritarismo sobre e nas escolas estaduais e para uma proposta alternativa de direção de escola, o ponto principal foi o período de 1976 a 1982, tendo em vista a implantação da reforma determinada pela L.F.5692/71. Para entender esse período, foi necessário abordar criticamente a estrutura legal que existia desde 1962, com a implantação da L.F.4024/61.

O ideal presente na reforma de 1976, teve sustentação no planejamento; a organização burocrática tentou assumir a educação, através do planejamento escolar e treinamento de pessoal docente e administrativo. No entanto, educadores, educandos e a comunidade reagiram, e a situação ao final de 1982 já se apresentava mudada.

A partir da experiência de educação participativa realizada na EEPSG "Anchieta" no período de 1969 a 1982, e considerando os estudos sobre autonomia e autogestão, pôde-se chegar a uma proposta de direção de escola estadual onde diretor e todos os demais elementos da escola decidem e executam o seu compromisso com o pedagógico, colocando a organização administrativa a serviço desse compromisso.

1. No Capítulo I, "A Escola Estadual de 2º Grau conforme as Leis", foi desvelada a imposição de uma estrutura legal nas reformas e mudanças educacionais. Até 1967, no Estado de São Paulo, as escolas estavam se ordenando em termos da L.F.4024/61. Nesse ano, foi abolido o exame de admissão ao ginásio e deu oportunidade de entrada no ensino secundário, a todos os alunos oriundos do ensino primário, básico; floresciam experiências pedagógicas e estavam em funcionamento escolas experimentais, entre elas, o ginásio vocacional e ginásio pluricurricular.

A partir de 1968, por Lei Estadual, o sentido da educação

paulista passou a ser vinculado ao desenvolvimento econômico; em 1969 foram criadas em todo o Estado, as Divisões Regionais de Educação (atuais, Divisões Regionais de Ensino) como justificativa de descentralização da Secretaria da Educação. No entanto, o que se observou, na prática, foi o controle descentralizado, chegando mais próximo das escolas. Nesse mesmo ano, os ginásios vocacionais foram extintos e os ginásios secundários passaram a ser pluricurriculares, sem contudo, serem instalados.

Em 1972 foi criado o sistema de assessoramento da Secretaria da Educação e teve início a preparação para a implantação da reforma pela L.F.5692/71, o que só aconteceria em 1976, por força do Ato Institucional nº 08. A partir daí, instalou-se oficialmente a burocracia nas escolas estaduais, apropriando-se da criatividade das mesmas. O ensino tornou-se alienado e massificado. Como se isso não bastasse, a L.F.5692/71 que determinou a profissionalização obrigatória no 2º grau, ao ser implantada neste Estado, descaracterizou as antigas escolas técnicas, transformando-as em escolas comuns de 2º grau, retirando delas a autonomia pedagógica e de manipulação de verbas próprias. Toda a rede estadual foi reestruturada; os professores do ensino médio perderam suas aulas nas escolas de origem: parte dessas escolas (ginásios) foi acoplada ao ensino primário, transformando-se em escola de 1º grau; parte delas (colégio) transformou-se em escola de 2º grau. Tais professores, que já vinham sentindo os efeitos dessa separação desde 1972, com a instalação de 5ª séries nos antigos grupos escolares, tiveram, a partir de 1976, decidida a sua situação de itinerantes - caminham de escola em escola para manter o número semanal de aulas que propicie um salário condigno.

A visão de educação percebida explicitamente a partir da reforma de 1976, é de que o trabalho do professor é somente aquele que se faz em sala-de-aula, com aluno; não se leva em conta, o

trabalho que o professor faz em função do aluno: estudar os assuntos, pesquisar, preparar textos, preparar aulas, estudar a situação do aluno, quer quanto a aprendizagem, quer quanto a problemas psíquicos e sociais e muitas vezes, econômicos; preparar e executar atividades extra-classe e que são parte integrante da educação. A política de implantação da L.F.5692/71 não foi seguida de uma política salarial que levasse em conta o trabalho educativo do professor.

Por Lei, os alunos de 2º grau poderiam escolher o curso profissionalizante pretendido; mas na prática, os cursos foram instalados de acordo com as possibilidades das escolas, porque não havia verba para atender as necessidades do ensino de 2º grau. A realidade das escolas estaduais obrigou o Conselho Estadual de Educação estabelecer cursos de Formação Profissionalizante Básica, porque as escolas paulistas não tinham condições de oferecer habilitações técnicas, plenas ou parciais; faltavam professores especializados, material, verbas próprias.

A nível de escola, o regimento prevê a participação de alunos de 2º grau no Conselho da Escola. Essa participação, no entanto, é figurativa, uma vez que o Conselho é órgão consultivo e a decisão final cabe ao diretor da escola.

No início da implantação, anos de 1976 e 1977, houve remanejamento de pessoal docente e administrativo. Em seguida, os cursos públicos foram retomados e até 1980, professores mudavam de escola até duas vezes por ano, em decorrência dos concursos. O trabalho escolar programado no início do ano não era terminado pelo professor. Por outro lado, os alunos queriam terminar os cursos e receberem os diplomas. A educação perdeu o seu sentido voltado para o aluno, e, portanto, perdeu o seu sentido. A burocratização das escolas paulistas acentuada e exclusiva a partir de 1976, apropriou-se da espontaneidade e da criatividade das escolas, levando a edu

cação a falência.

A Lei Federal 7044/82, instituída em 1982, desobrigando o 2º grau da profissionalização compulsória é o atestado da falência da reforma de 2º grau por força da L.F.5692/71.

2. No Capítulo II, "Planejamento e Participação", analisou-se o aspecto do funcionamento das escolas em termos dos ideais propostos, a partir da reforma de 1976. O planejamento tornou-se o instrumento de sustentação da reforma; consolidou-se a visão "fabril" da educação e a sua realização "em série".

A crítica a esse tipo de planejamento fundamenta-se em Weber e nos seus estudos sobre burocracia enquanto quadro administrativo para manutenção do Poder.

No entanto, a escola está sujeita às contradições existentes na sociedade. Assim sendo, o ideal proposto teve reação do pessoal envolvido nas escolas. Documentos oficiais demonstram essa reação, bem como a retomada do processo educativo pelos educadores.

A alternativa para o planejamento imposto é a participação dos elementos envolvidos na decisão e execução do processo educativo. Participação que envolve 3 momentos: produção dos bens e serviços, gestão da sociedade, usufruto dos bens (Safira Ammann). Na escola burocrática, no entanto, educadores e educandos ficam na posição de "não pensar", "não fazer" e, por conseguinte, "não usufruir" a educação; tudo já está pré-determinado e basta apenas chegar ao resultado no final do ano, obter o diploma.

3. No capítulo III, "Realidade da Escola - o caso de Pederniras", apresenta-se uma experiência de trabalho participativo em termos de decisão e execução escolar. A experiência da Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus "Anchieta", ao procurar o seu caminho de autonomia desnudou o autoritarismo a que foi submetida

a Escola Estadual Paulista. É bem verdade que a experiência mostrou também, que esse autoritarismo não é só externo, mas sobretudo, é uma postura interior, arraigada às pessoas. O trabalho de direção de Escola voltado para a livre decisão e execução tem que começar com a liberação dos próprios elementos envolvidos em educação. O relato das fases pelas quais passou a EEPSPG "Anchieta" durante o período analisado demonstra que a luta pela autonomia é individual e coletiva, e vice-versa. A análise demonstra, ainda, que os melhores momentos da escola, aqueles em que ela atingiu maior índice de promoção de alunos e a realização de maior número de atividades esportivas e culturais, coincidiram com a época em que os professores se reuniam periodicamente, e os alunos também, para decidirem e executarem o trabalho escolar numa ação conjunta.

4. No capítulo IV, "Direção de Escola - Dilemas e Caminhos" o estudo incidiu especificamente na função da direção de escola e nos dilemas em que se coloca o diretor:

- a) pela luta entre ser um elemento da hierarquia administrativa e ao mesmo tempo, um elemento ligado à educação do povo que frequenta a escola;
- b) pela luta entre as regras e determinações a serem cumpridas e o "querer" dos usuários da escola e da comunidade.

A solução para esses dilemas, a partir do projeto de educação livre e transformadora da realidade, encontra-se na proposta de direção de escola autônoma e compromissada com a ação pedagógica.

Embora a autogestão seja alternativa radical à burocracia e não pode conviver com ela, nas atuais condições das escolas estaduais, a direção é o ponto de inflexão para a alternativa autogestionária, a partir da autonomia.

FINALMENTE,

1. o estudo do autoritarismo sobre e nas escolas estaduais

de 2º grau levou a uma proposta alternativa - autogestão.

2. Autogestão faz parte de um projeto social amplo. Esperar que esse projeto se realize na sociedade para depois agir na escola é reconhecer a força do imobilismo burocrático.

3. A Escola Estadual de 2º Grau faz parte de uma engrenagem burocrática. No entanto há dentro dela, um espaço pelo qual é possível iniciar a proposta autogestionária através da autonomia da ação pedagógica. E o diretor é um dos fatores para essa proposta.

ANEXO 1 - CALENDÁRIO-META*

CENE "ANCHIETA" - PEDERNEIRAS

1º SEMESTRE/1973

1º BIMESTRE

TEMA-OBJETIVO: NÓS, SERES LIVRES

CONCEITO: RESPONSABILIDADE

1. Recepção aos alunos - Tarefa-meta
16 e 17/fev.

conceitos: responsabilidade

Comissão de Profº

socialização

2. Recepção aos Pais - T.Meta
até 24 de março

integração

Núcleo de Pais

socialização

amizade

humanização

responsabilidade

3. Revolução de 31 de Março
31/março

responsabilidade

Equipe de E.M.C.-C.C.E.

civismo

liberdade

criatividade

participação

4. Tiradentes

responsabilidade

21/abril

civismo

Equipe de E.M.C.-C.C.E.

liberdade

coragem

criatividade

cooperação

5. Páscoa

responsabilidade

22/abril

liberdade

Equipe de Educação Religiosa

criatividade

religiosidade

amor

6. Reunião de Pais - T.Meta

integração

De 23 a 30/abril

humanização

Núcleos de Pais

responsabilidade

Professores Orientadores

cooperação

2º BIMESTRE

TEMA-OBJETIVO: NÓS, MEMBROS DA SOCIEDADE

CONCEITO: COOPERAÇÃO

1. Dia do trabalho

participação

1/Maio

honestidade

C.C.E.

realização

cooperação

responsabilidade

* Extraído do Plano da Escola(1973)

ANEXO 1 - CALENDÁRIO-META
 CENE "ANCHIETA" - PEDERNEIRAS
 1º SEMESTRE/1973

- | | |
|---|---|
| 2. Dia das Mães - T.Meta
13/Maio
Núcleos de Pais
Profº Orientadores
Alunos Representantes | responsabilidade
socialização
participação
humanização
cooperação |
| 3. Dia do Município - T.Meta
22/Maio
C.C.E. - Promoções | responsabilidade
participação
integração
cooperação
civismo |
| 4. Soldado Constitucionalista
23/Maio
C.C.E. - Promoções | participação
responsabilidade
civismo
cooperação |
| 5. Semana de Anchieta
09/Junho - Dia de Anchieta
C.C.E. - Promoções | despreendimento
responsabilidade
participação
caridade
religiosidade
cooperação |
| 6. Dia dos Namorados
12/Junho
Promoções - Profº Orientadores
Equipe Educação Religiosa | criatividade
amor
responsabilidade
honestidade
cooperação |
| 7. Festa de Corpus Christi
21/Junho
Equipe de Educação Religiosa
Promoções | socialização
participação
religiosidade
participação
criatividade
cooperação |
| 8. Festa Junina - T.Meta
fim de junho
Promoções e Equipes de Trabalho | criatividade
participação
cooperação |
| 9. Reunião de Pais
1ª Semana de julho
Núcleo de Pais | responsabilidade
socialização
integração
responsabilidade
socialização
cooperação |

ANEXO 2 - P.A.P.E.
ENCONTRO DE PAIS-ALUNOS-PROFESSORES-ESCOLA
CENE "ANCHIETA"



II P.A.P.E.- Setembro/72

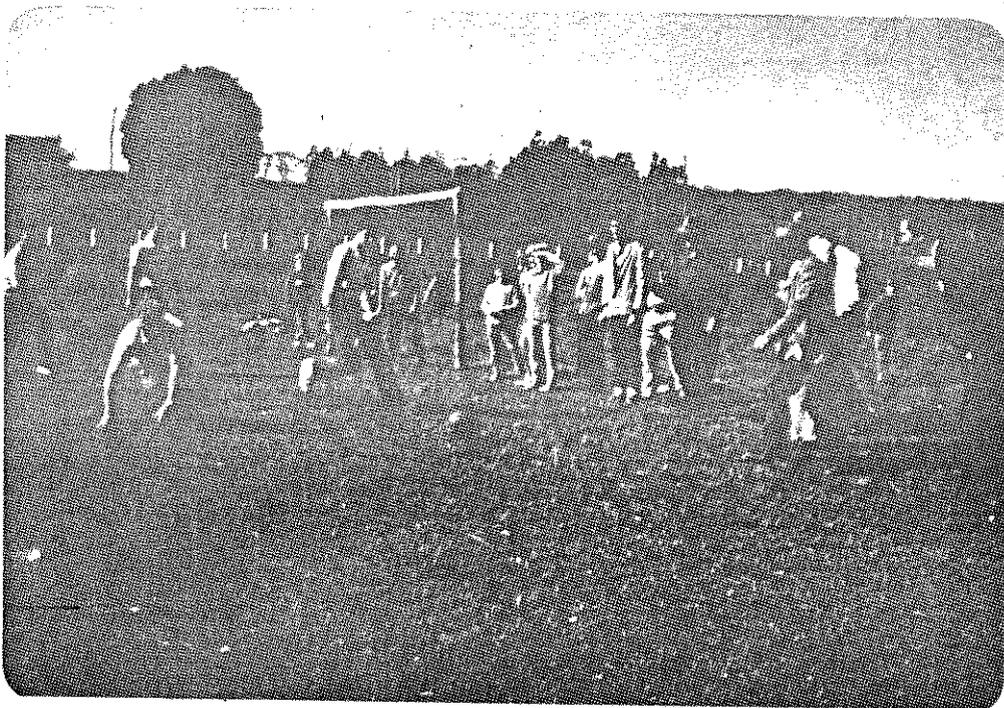
Grupos de reflexão compostos por pais, alunos, professores

ANEXO 2 - P.A.P.E.
ENCONTRO DE PAIS-ALUNOS-PROFESSORES-ESCOLA
CENE "ANCHIETA"



II P.A.P.E.- Setembro/72

Aluna normalista promove recreação das crianças



II P.A.P.E.- Setembro/72

Jogo de Futebol entrê pais e filhos

ANEXO 2 - P.A.P.E.
ENCONTRO DE PAIS-ALUNOS-PROFESSORES-ESCOLA
CENE "ANCHIETA"

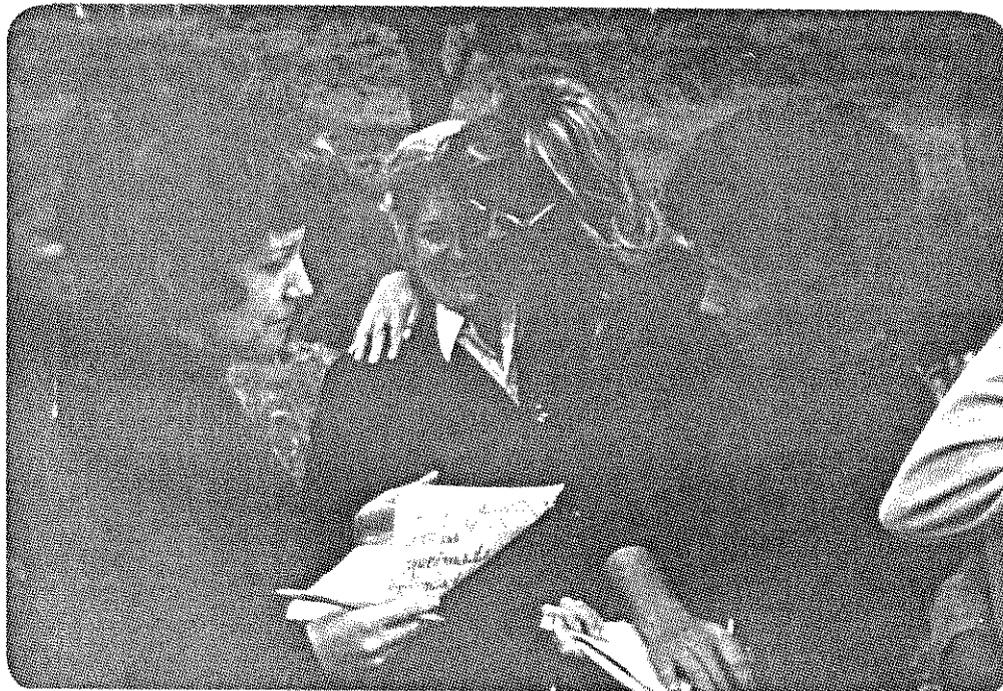
II P.A.P.E.-Set/72

Vovô também veio!



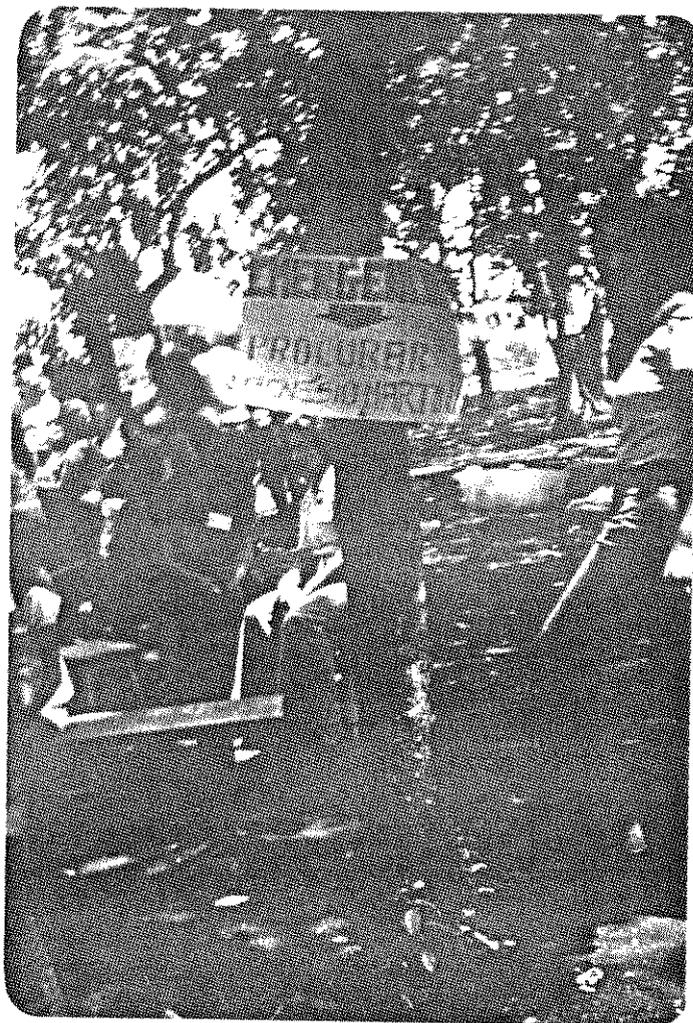
II P.A.P.E.-Set/72
...toda a família participa!

ANEXO 2 - P.A.P.E.
 ENCONTRO DE PAIS-ALUNOS-PROFESSORES-ESCOLA
 CENE "ANCHIETA



III P.A.P.E.-Outubro/73

Organização do local, por um grupo de professores e alunos



III P.A.P.E.-Outubro/73

Avisos necessários

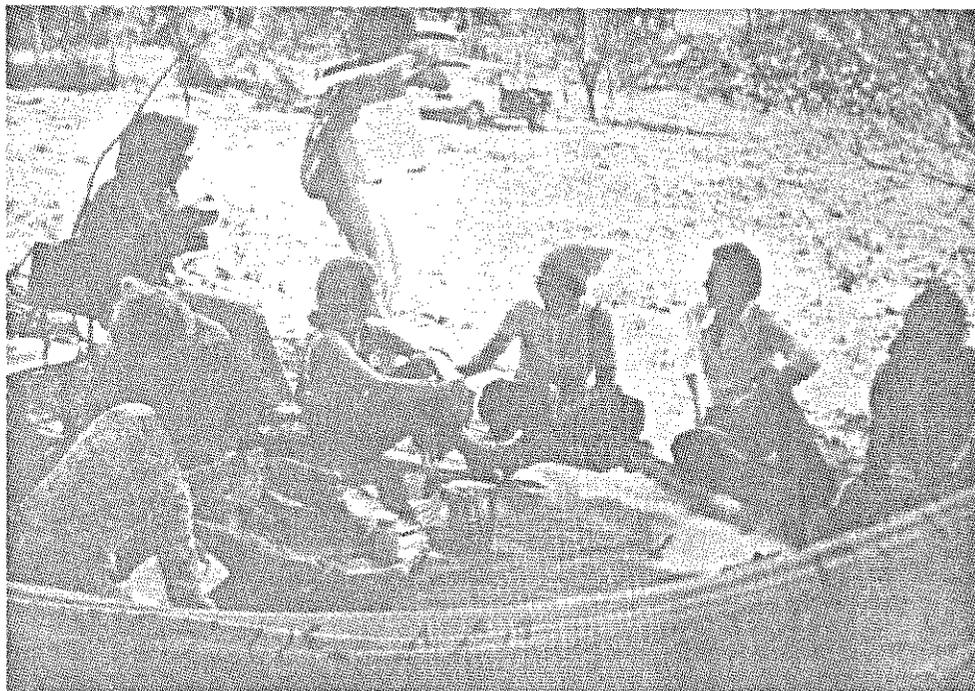
ANEXO 2 - P.A.P.E.
ENCONTRO DE PAIS-ALUNOS-PROFESSORES-ESCOLA
EPPSG "ANCHIETA"

III P.A.P.E.-Outubro/73
Hora do lanche



IV P.A.P.E.-Outubro/77
Abertura e recepção aos participantes

ANEXO 2 - P.A.P.E.
 ENCONTRO DE PAIS-ALUNOS-PROFESSORES-ESCOLA
 EEPG "ANCHIETA"



IV P.A.P.E.-Outubro/77
 Professores também descansam!

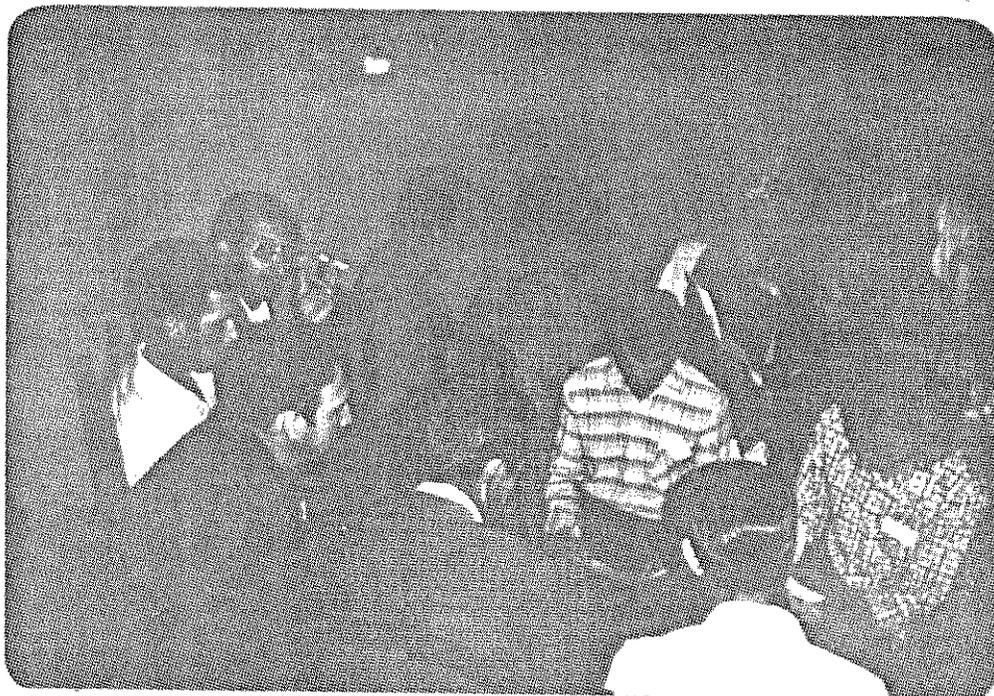
ANEXO 3 - NÚCLEOS DE PAIS
 CENE "ANCHIETA"



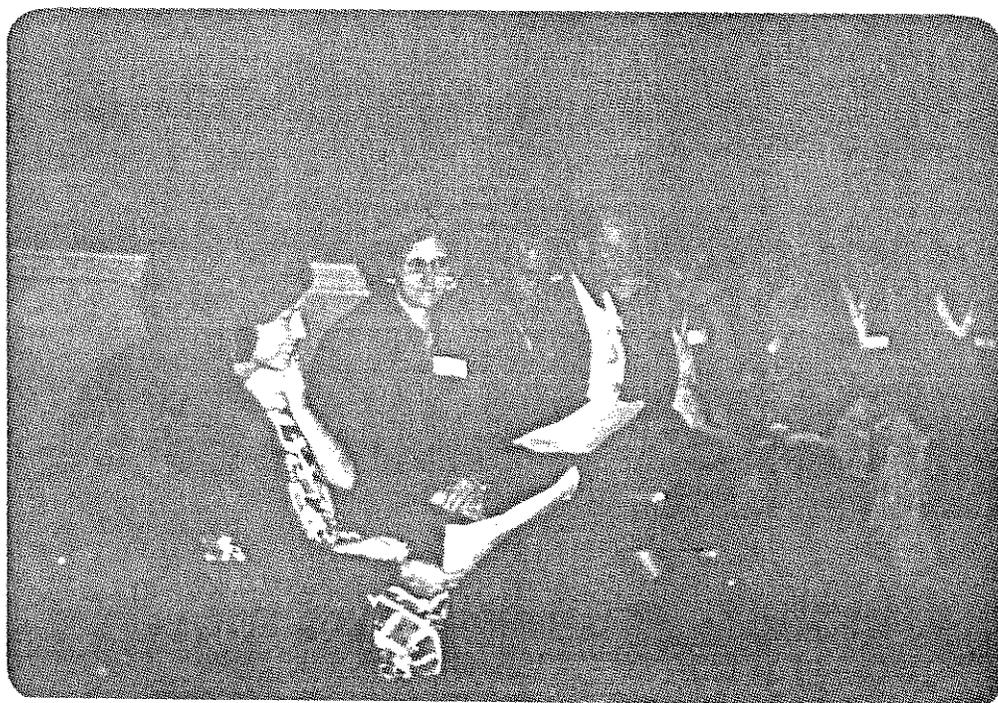
Reunião de pais, realizada em garagem de uma residência
 na cidade de Pederneiras. Setor 01 - 1973

ANEXO 3 - NÚCLEOS DE PAIS

CENE "ANCHIETA"



Reunião de pais realizada em residência na cidade de Ped_{er}
neiras. Setor 02 - 1973.



Reunião de pais residentes no Distrito de Guaianãs. Local:
Grupo Escolar de Guaianãs. Setor 11 - 1973

ANEXO 3 - NÚCLEOS DE PAIS

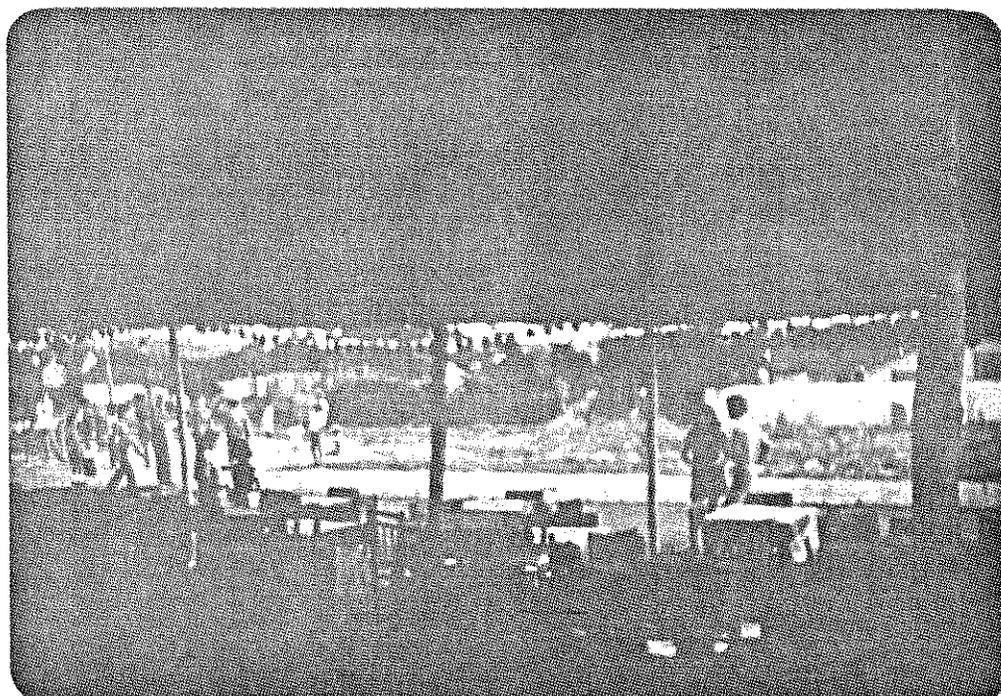
CENE "ANCHIETA"



Reunião de pais residentes no Distrito de Vanglória. Local:
Grupo Escolar de Vanglória. Setor 12 - 1973

ANEXO 4 - ATIVIDADES

CENE "ANCHIETA"

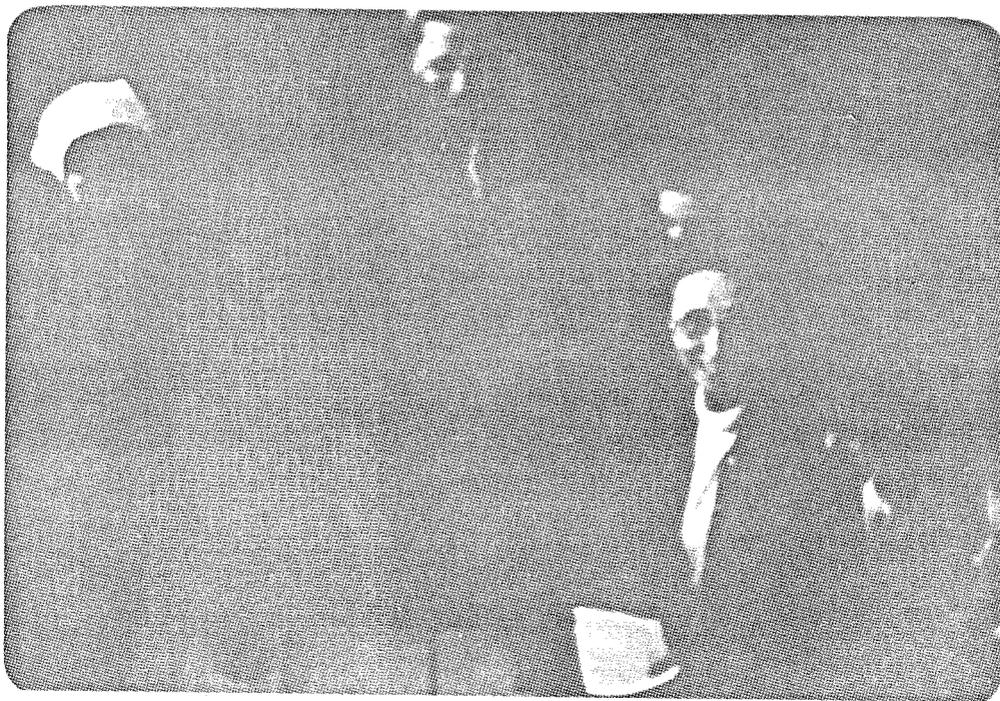


Festa Junina - 1972

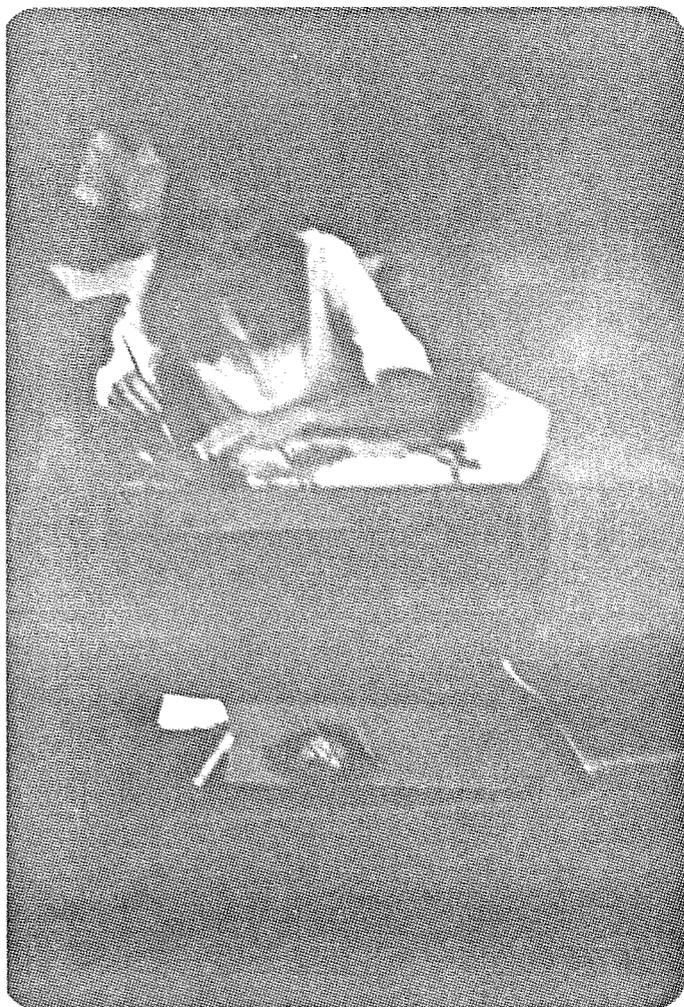
Barraca armada na rua em frente a Escola

ANEXO 4 - ATIVIDADES

CENE "ANCHIETA"



Grupo de Estudos no interior da sala de aula. Junho/1972



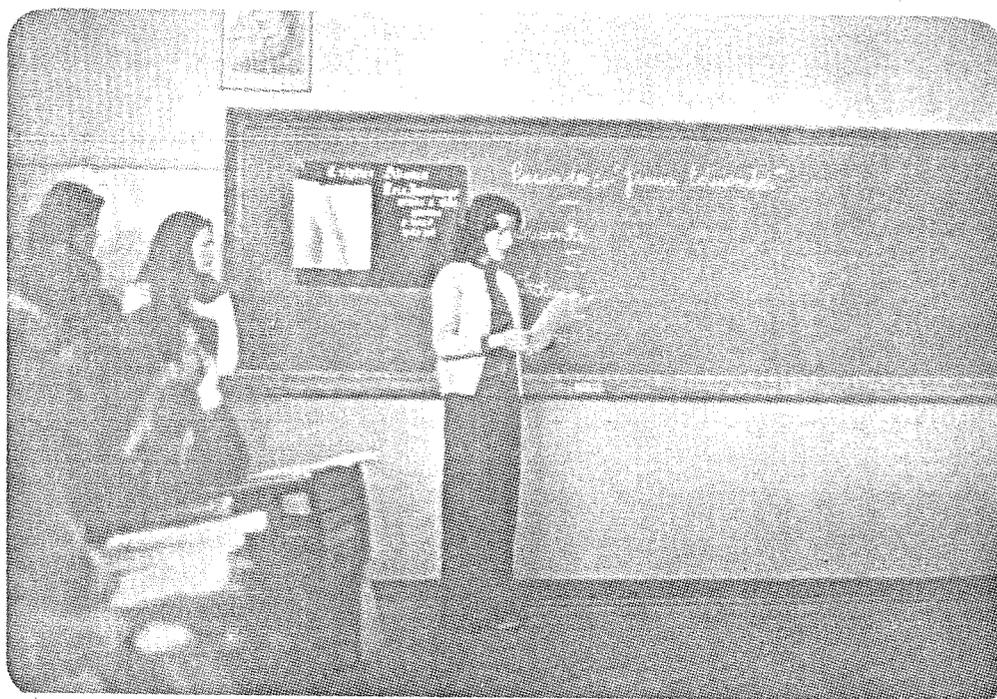
Pintura de cartazes
dentro da sala de au
la. Março/1973

ANEXO 4 - ATIVIDADES

CENE "ANCHIETA"



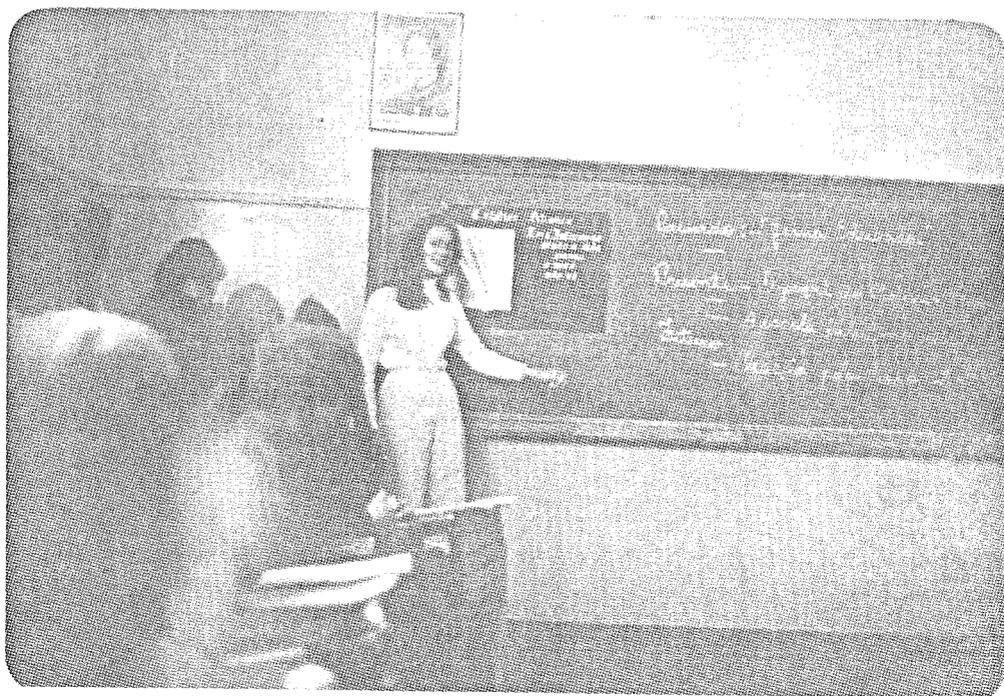
Pintura de painel ao "Ar Livre"
Professor e alunas. Março/1973



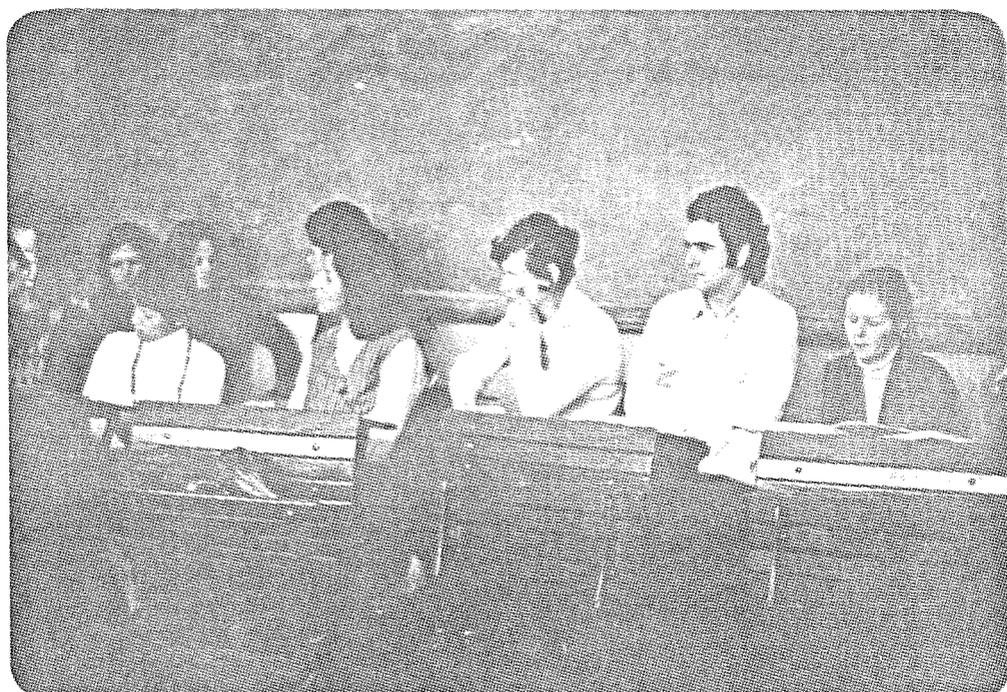
Alunos participando de avaliação do planejamento. Junho/1974

ANEXO 4 - ATIVIDADES

CENE "ANCHIETA"



Alunos participando de avaliação do planejamento. Junho/1974



Grupo de professores participando da avaliação do planejamento. Junho/1974

ANEXO 4 - ATIVIDADES

EETPSG "ANCHIETA"

ANIVERSÁRIO DA ESCOLA - AGOSTO DE 1982



Homenagem a professores e funcionários aposentados durante o ano

ANEXO 5

JOGOS DA PRIMAVERA - 1971

II Torneio Inter-classes*

Regulamento dos Jogos

1. Sendo os jogos inter-classes uma atividade oficial do estabelecimento, ficam convidadas todas as classes que tiverem no currículo Educação Física a participarem dos referidos jogos.

2. As classes foram classificadas por homogeneidade em grupos sendo: Grupo I : 1ªs e 2ªs séries (Vespertino e Tarde)

Grupo II : 3ªs e 4ªs séries (Manhã)

Grupo III: Colegiais - 1ªs e 2ªs (Manhã e Noite)

3. As modalidades a serem disputadas serão as seguintes:

Grupo I: Futebol de salão (M); Queimada(F); Dama (Misto); Ping-Pong(Misto);Natação(M) e (F); Atletismo (M) e (F).

OBS.: Natação: 50m - nado livre

Atletismo: Corrida - 100m

Salto em altura - FEM(0,80m) MASC(0,90m)

Salto em extensão

Arremesso de peso - 3 quilos

Revezamento - 4 x 100m

Grupos II e III: Futebol de salão (M); Bola ao Cesto(M) e (F); Dama(misto);Ping-Pong (Misto); Natação(M) e (F); Atletismo (M) e (F).

OBS.: Natação: 50m - nado livre

Atletismo: Corrida - 100m

Salto em altura-FEM(0,90m) MASC(1,15m)

Salto em extensão

Arremesso de peso - 5 quilos

Revezamento - 4 x 100m

* Extraído do arquivo do Professor

4. Contagem de pontos

- . Serão contados pontos até o 3º colocado e será vencedora a classe que no final do torneio obtiver maior número de pontos (masculino e feminino)

1º lugar: 8 pontos

2º lugar: 5 pontos

3º lugar: 3 pontos

- . A contagem de pontos para o atletismo é a seguinte:

<u>Por prova:</u> 1º lugar - 13 pontos	Revezamento-1º lugar - 26 pontos
2º lugar - 8 pontos	(em dobro) 2º lugar - 16 pontos
3º lugar - 5 pontos	3º lugar - 10 pontos
4º lugar - 3 pontos	4º lugar - 6 pontos
5º lugar - 2 pontos	5º lugar - 4 pontos
6º lugar - 1 ponto	6º lugar - 2 pontos

- . A equipe que obtiver maior número de pontos será a vencedora e somará para a sua classe 8 pontos; em 2º lugar, 5 pontos e em 3º lugar, 3 pontos.

5. Número de participantes nas diversas modalidades:

- . futebol de salão - 8 elementos
- . queimada - 15 elementos
- . bola ao cesto - 8 elementos
- . dama - 3 elementos
- . ping-pong - 3 elementos
- . natação - 1 masculino e 1 feminino
- . atletismo - 2 elementos por prova e 1 equipe de revezamento

6. Os alunos poderão participar tanto nos jogos coletivos como nos individuais. No atletismo, poderá participar de quantas provas quiser.

7. Cada classe deverá ter um representante que tomará conhecimento da tabela e horário dos jogos.

O representante da classe deverá fazer uma relação dos elementos que tomarão parte nos jogos e entregar até 4ª feira, dia

6, aos responsáveis pela organização dos mesmos.

8. As equipes deverão se apresentar devidamente uniformizadas, pois caso contrário, não entrarão em campo para as disputas.

9. Os jogos do Grupo I serão realizados no período da manhã.

Os jogos do Grupo II e Grupo III serão realizados no período da tarde.

10. A tabela de jogos e o horário deverão ser respeitados e a classe que não se apresentar no local e horário perderá os pontos.

11. Cada aluno participante deverá ter seu material de jogo em condições para as disputas.

12. Duração das partidas:

- futebol de salão: 20 x 20 (caso houver empate, 5 minutos de prorrogação. Caso ainda terminar empatado - 3 penaltis)
- bola ao cesto : 20 x 20 (caso houver empate, 5 minutos de prorrogação. Caso ainda terminar empatado, 5 lances livres)
- dama : melhor de 3 partidas
- ping-pong : 50 pontos (25 x 25)
- atletismo : 100m - eliminatórias
Saltos - 3 saltos com 3 tentativas
Arremessos - 3

13. À classe vencedora (campeã) serão ofertadas medalhas aos alunos participantes, como merecimento pelo sucesso obtido.

Organizadores: Profª Mary Pagan Littério e Gilney A. Montanaro

ALUNOS: participem e colaborem com o brilhantismo dos jogos. Prestigiem sua classe.

O importante nos jogos não é vencer, mas competir. Assim como o importante na vida não é o triunfo, mas a luta. O essencial é...ter lutado bem!

BIBLIOGRAFIA

I. LIVROS

- . ALONSO, Myrtes. O papel do diretor na Administração Escolar. São Paulo, Difel/Educ.,1976. 198p.
- . AMMANN, Safira B.- Participação Social.2 ed. São Paulo, Cortez e Moraes, 1978. 133p.
- . ARENDT, Hannah. A condição humana. Trad.bras.São Paulo. Ed.Universidade de São Paulo,1981. 338p.
- . CELAM - A igreja na atual transformação da América Latina. Petrópolis, Vozes, 1970. 182p.
- . CHAUI, Marilena de Souza - Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas.2ed. São Paulo,Ed. Moderna,1981. 220p.
- . CUNHA, Luiz Antonio. Educação e Desenvolvimento Social do Brasil.5 ed. Rio, Francisco Alves, 1980. 293p.
- . FREIRE, Paulo - Ação cultural para a Liberdade. 5ed., Rio, Paz e Terra, 1981. 149p.
- . FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: três artigos que se completam.4 ed. São Paulo,Autores Associados:Cortez,1983. 96p.
- . FREIRE, Paulo. Educação e Mudança.6 ed. Trad.Bras.Rio, Paz e Terra, 1983. 79p.
- . FREIRE, Paulo e outros. Vivendo e aprendendo.3 ed. São Paulo,Brasiliense,1980. 127p.
- . FREITAG, Bárbara. Escola, Estado e Sociedade.4 ed. São Paulo, Cortez e Moraes,1980. 142p.
- . GARCIA, Walter E.(org.). Educação Brasileira Contemporânea: organização e funcionamento. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil,1976. 280p.

- . GOLDMANN, Lucien. Dialética e Cultura. 2 ed. Trad. Bras. Rio, Paz e Terra, 1979. 197p.
- . HARPER, Babette e outros. Cuidado, Escola. 7 ed. Trad. Bras. São Paulo, Brasiliense, s/d. 120p.
- . LAFER, Betty Mindilin. Planejamento no Brasil. 3 ed. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975. 187p.
- . LATERZA, Moacir e RIOS, M.T. Filosofia da Educação. S. Paulo, Herder, 1971. Vol. I e Vol. II.
- . LIMA, Lauro de Oliveira. Escola Secundária Moderna. 5 ed. São Paulo, Fundo de Cultura, 1967. 386p.
- . MOTTA, Fernando C. Prestes. Burocracia e Autogestão. São Paulo, Brasiliense, 1981. 172p.
- . MELLO, Guiomar Nano de. Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político. 5 ed. São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982. 151p.
- . NEILL, A.S. Liberdade sem medo (summerhill). Trad. bras. São Paulo, IBRASA, 1965.
- . NIDELCOFF, Maria Teresa. Uma escola para o povo. Trad. Bras. São Paulo, Brasiliense, 1978. 102p.
- . PEREIRA, Luiz. Ensaio de sociologia do desenvolvimento. 3 ed. São Paulo, Pioneira, 1978. 158p.
- . RESENDE, Antonio Muniz. O saber e o poder na Universidade: Dominação ou Serviço? São Paulo, Autores Associados: Cortez, 1982. 88p.
- . RIBEIRO, José Quirino. Ensaio de uma teoria de Administração Escolar. ed. rev. São Paulo, Saraiva, 1978. 206p.
- . ROCHA, Any Dutra Coelho. Conselho de Classe: Burocratização ou Participação? Rio, Francisco Alves, 1982. 117p.
- . ROGERS, Carl. Liberdade para Aprender. 2 ed. Trad. Bras. Belo Horizonte, Interlivros de Minas Gerais, 1972. 329p.

- . GOLDEBERG, M. Amélia Azevedo. Por que temos sido e por que talvez continuemos sendo inocentes em Educação? Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 17:75-77, Junho, 1976.
- . MEDEIROS, Marluce. Organização Racional do Trabalho e a Educação. Educação e Sociedade. São Paulo, 16:5-26, dez., 1983.
- . MINGUILI, Maria da Glória. Exame Unificado de Admissão e suas implicações. Educação e Desenvolvimento, Jahu, 1:59-74, 1968.

III. DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO

- . SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Reforma de Ensino. Aspectos da Implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º Graus. São Paulo, SE, 1972.
- . SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional. Melhoria do Processo de Planejamento do 2º Grau. São Paulo/DE/ATPCE, Ibidem, 1979.
- . SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais "Profº Laerte Ramos de Carvalho". Estatísticas escolares básicas - Ensino de 1º e 2º Graus. S. Paulo, CERHUPE, 1975.
- . SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Legislação de Ensino de 1º e 2º Graus - Ementário. São Paulo, SE/CENP. Volumes 1 a 8.
- . Ibidem. Atualização. Volumes I a XIV.
- . Ibidem. Federal. Volumes 1 e 2.

- . SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Subsídios para a implantação da proposta curricular de Matemática para o 2º Grau. Coord. Almerindo M. Bastos. São Paulo, SE/CENP/CESISP, 1980.
- . SÃO PAULO. Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. Supervisão Pedagógica em Ação. Coord. Loyde A. Faustini. 2ed. São Paulo, SE/CENP/1979.
- . BAURU. Divisão Regional de Ensino. Doc. PT-DREB, 1980 - 1982. Bauru, DRE, 1981.
- . Ibidem, 1982.
- . PEDERNEIRAS. CENE "Anchieta". Fragmentos de Atas de Reunião. Período de abril/71 a dezembro/75.
- . PEDERNEIRAS. EEPSP "Anchieta". Atas de Resultados Finais. Período de 1969 a 1982.
- . PEDERNEIRAS. EEPSP "Anchieta". Fragmentos de Atas de Reunião. Período de fevereiro/1976 a dezembro de 1976.
- . PEDERNEIRAS. EEPSP "Anchieta". Livro nº 02 da Associação de Pais e Mestres-APM. Período de 3.3.69 a 15.5.80.
- . PEDERNEIRAS. EEPSP "Anchieta". Livro nº 02 de Ata de Reunião do Conselho de Professores. Período de 28/02/66 a 04/07/83.
- . PEDERNEIRAS. EEPSP "Anchieta". Plano da Escola. Período de 1972 a 1982.
- . PEDERNEIRAS. EEPSP "Anchieta". Relatório de Atividades. Período de 1969 a 1982.

IV. PERIÓDICOS

- . DIÁRIO OFICIAL
- . FOLHA DE SÃO PAULO
- . O AVARÉ
- . O ESTADO DE SÃO PAULO